



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Tecnologia e Ciências

Escola Superior de Desenho Industrial

Liana Ventura Coutinho Amaral

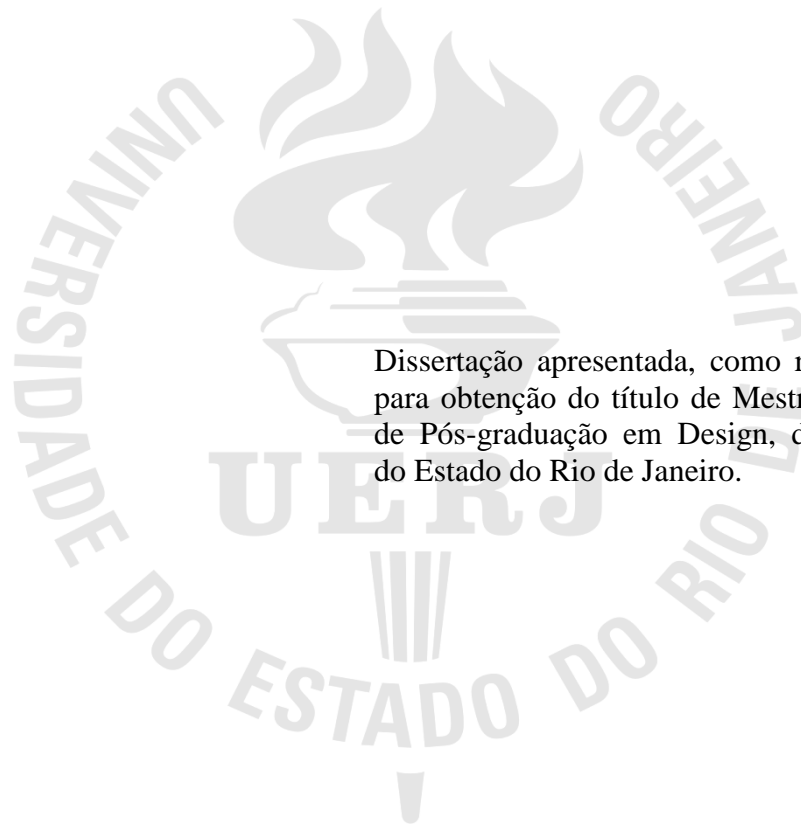
**Design, democracia e cidadania: a experiência do Círculo de Cidadania do  
Bairro de Fátima e Vizinhanças no Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2018

Liana Ventura Coutinho Amaral

**Design, democracia e cidadania: a experiência do Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças no Rio de Janeiro**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Barbara Peccei Szaniecki

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CTC/G

V468 Ventura, Liana.

Design, democracia e cidadania : a experiência do Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças no Rio de Janeiro / Liana Ventura Coutinho Amaral. - 2018.

155 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Barbara Peccei Szaniecki.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Escola Superior de Desenho Industrial.

1. Design e cidadania - Teses. 2. Design e democracia- Teses. 3. Design - Teses. 4. Práticas políticas – Teses. I. Szaniecki, Barbara Peccei . II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Escola Superior de Desenho Industrial. III. Título.

CDU 7.05 + 342.71

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra CRB7/6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Liana Ventura Coutinho Amaral

**Design, democracia e cidadania: a experiência do Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças no Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 09 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Barbara Peccei Szaniecki (Orientadora)  
Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Zoy Anastassakis  
Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Clarissa da Costa Moreira  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2018

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os que no esvaziamento das ruas sísmicas de um país semearam na praça o embrião de um movimento. A todas as pessoas que fizeram parte da história do Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças, Mariana, Marcelo, Fernanda, Tião, Mauro, Arli, Livia, Gabriel, Roosivelt, Luiza, Alexandre, Fabiana, Andre, Érico, Mariana, Thabata, Renato, Pedro, Thiago, Fernando, França, Presidente, Letícia, Wilson, Sônia, Sueli, Arlindo, Rafaella, Bianca, Maria Cecília, Ramique, Carmem, Flávia, Anna, Jorge, Giselle, Solange, Luciana, Elisa, Nahema, os “meninos da bola” e tantos outros e outras que passaram por nós. A todos vocês que dedicam a vida a transformar desafios em potência, a sonhar utopias, a abraçar o desconhecido e a arriscar incertezas. Vocês me mostraram que o afeto é a mais revolucionária das políticas.

## AGRADECIMENTOS

A Gabriel, cúmplice fiel desde a eufórica brevidade do carnaval até a insistente lida diária. Confidente com quem compartilho as mais distantes utopias e as mais íntimas inseguranças. Oriente para o qual miro em cada passada errante. Equilibrista que sustenta com maestria as oscilações de uma geminiana incurável. Inspiração que me lembra todos os dias que quem perde tempo ganha espaço. *Te quiero.*

A meus pais, Sérgio e Gilse, que, mesmo com tantas adversidades, acreditaram em mim antes de eu mesma, me deram asas e me ensinaram a sonhar. A meus irmãos e irmãs, Ulisses, Artur, Leonardo, Luiza, Sônia, Rudah e em especial à Layse, que durante todo o percurso me deu a mão, a mente e o coração. Meus melhores exemplos do que é ser coletivo e singular, uno e infinito. Eu sozinha ando bem, mas com vocês ando melhor. A meus avós, Layse e Gildásio, por quem tenho a mais profunda admiração, me mostraram que a beleza da vida está na simplicidade do caminhar. E à dinda Ana, meu maior exemplo de que força e ternura caminham lado a lado.

À Barbara Szaniecki, generosa orientadora, brilhante pesquisadora e incansável batalhadora, cuja dedicação transborda a militância da educação para acreditar que outro mundo é possível. À Zoy Anastassakis, que na sua potente habilidade de agregar me acolheu em sua contagiante guerrilha por um design outro e trouxe valiosas contribuições para esse trabalho. Ao LaDA, minha mais recente família, em especial Mari, Bibi, Flavia, Talita, Paula, Cris, Cassia e Moema que tornaram essa partilha ainda mais prazerosa. Aos atenciosos professores e funcionários da ESDI, em especial Ligia, Anna, Mauricio e Carlinhos que sempre fazem tudo que podem para ajudar.

À “mainha” Elisa e Monica pelos francos conselhos, pela abundante generosidade e pelos respiros proporcionados. Aos queridos guerreiros do Bairro São Jorge, que me ensinam diariamente que vizinhança também pode ser família, e que nas horas vagas pode ser festa. Aos adoráveis “sacis” do GPMC que me mostraram que fazer pesquisa pode ser uma deliciosa travessura. Em especial à Leticia, pela gentil contribuição.

A todos os membros da banca de qualificação e de defesa, pela disponibilidade e inestimável contribuição: Zoy Anastassakis, Roberta Portas, Ligia Medeiros, Maria Beatriz Afflalo, Clarissa Moreira, Talita Tibola e Clorisval Pereira.

À CAPES por tornar possível a realização desse trabalho. E finalmente, mas não menos importante, a todos os professores e funcionários da UERJ e da ESDI pela inexorável resistência na luta pelo ensino público de qualidade. A vocês, minha eterna gratidão.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos além. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar.

*Eduardo Galeano*

## RESUMO

VENTURA, Liana. *Design, democracia e cidadania: a experiência do Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças no Rio de Janeiro*. 2018. 155f. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Questões sobre democracia, cidadania e participação popular têm sido temas frequentes não apenas nos debates políticos, mas vêm despertando interesse inclusive no campo do Design devido à introdução de perspectivas críticas acerca dos impactos socioambientais causados pela sua atividade. Alguns efeitos dessas reflexões podem ser percebidos nos constantes processos de atualização do campo, que transformaram o “fazer design” em uma multiplicidade de práticas, metodologias e finalidades, deslocando sua atenção para pensar a elaboração até mesmo de espaços, paisagens, cidade e cultura. Nesse novo cenário, as práticas participativas e colaborativas do Design vêm ganhando destaque e têm sido pensadas por diversos teóricos e profissionais do campo como abordagens capazes de auxiliar a constituição de uma democracia feita de baixo para cima, ensejando, assim, um vasto campo de investigações sobre processos de democratização da democracia. Desse modo, podemos perceber um Design mais próximo das questões sociais e mesmo de instituições públicas, onde algumas de suas práticas vêm sendo experimentadas no sentido de promover tanto processos projetuais mais abertos e participativos, como a elaboração de espaços políticos democráticos capazes de acolher a disputa e o dissenso como aspectos fundamentais na construção das questões que concernem à coletividade. Por outro lado, temos visto a emergência de múltiplas iniciativas sociais autônomas no território da cidade que — ainda que de modo mais experimental e intuitivo — procuram experimentar modos colaborativos e participativos de fazer política e de lutar pelo direito à cidade pela via da democracia direta e da cidadania. A partir das aproximações entre Design, democracia e cidadania, essa pesquisa visa explorar os pontos de contato entre as abordagens participativas e colaborativas do campo do design e as práticas experimentais realizadas em uma iniciativa cidadã na qual a pesquisadora participou durante dois anos no Rio de Janeiro: O Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças. Desse modo, esse trabalho procura investigar como e em que medida as práticas de design podem contribuir para o engajamento cidadão nos debates e nas ações que concernem à coletividade e para a constituição de espaços políticos democráticos. Além disso, investigaremos como as experiências de democracia, cidadania e participação vividas em campo extrapolam os limites do Design, provocando processos de ressignificação de suas atividades, usos e funções em práticas micropolíticas mais experimentais.

Palavras-chave: Design. Democracia. Cidadania. Práticas participativas e colaborativas. Práticas políticas experimentais.



## ABSTRACT

VENTURA, Liana. *Design, democracy and citizenship: the experience of the Citizenship Circle of Fátima's Neighborhood and Surrounding Areas in Rio de Janeiro*. 2018. 155f. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Issues of democracy, citizenship and popular participation have been themes not only in political debates, but have also aroused interest in the field of Design due to the introduction of critical perspectives on the socio-environmental impacts caused by its activity. Some effects of these reflections can be seen in the constant updating processes of the field, which transformed "designing" into a multiplicity of practices, methodologies and purposes, shifting their focus to think of the elaboration of spaces, landscapes, city and culture. In this new scenario, participatory and collaborative practices of Design have been gaining prominence and have been thought by various theorists and professionals in the field as approaches capable of building a democracy from the bottom up, thus giving rise to a vast field of research on democratization processes of democracy. In this way, we can perceive a Design closer to social issues as well as to public institutions, where some of its practices have been explored in order to promote both more open and participatory processes, and the elaboration of democratic political spaces capable of hosting the dispute and dissent as fundamental aspects in the construction of matters that concern collectivity. On the other hand, we have seen the emergence of multiple autonomous social initiatives in the urban territory that - although in a more experimental and intuitive way - try to experiment with collaborative and participatory ways of doing politics and fighting for the right to the city by means of direct democracy and citizenship. Based on the approximations between Design, Democracy and Citizenship, this research aims at exploring the points of contact between Design participatory and collaborative approaches and the experimental practices carried out in a citizen initiative in which the researcher participated for two years in Rio de Janeiro: the Citizenship Circle of Fátima's Neighborhood and Surrounding Areas. Thus, this work seeks to investigate how and to what extent design practices can contribute to citizen engagement in debates and actions that concern the collectivity and to the constitution of democratic political spaces. In addition, we will investigate how the experiences of democracy, citizenship and participation lived in the field exceed the limits of Design, provoking processes of re-signification of its activities, uses and functions inside experimental micropolitical practices.

Keywords: Design. Democracy. Citizenship. Participatory and collaborative practices. Experimental political practices.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Encontro semanal do CCBFV na pracinha em novembro de 2015.....	48
Figura 2 –	Terceiro encontro do CCBFV na pracinha do BF.....	61
Figura 3 –	A - B – Encontros do CCBFV na pracinha do BF.....	65
Figura 4 –	Panfleto de divulgação do CCBFV.....	67
Figura 5 –	A - B – Exemplos de desterritorialização dos encontros do CCBFV.....	73
Figura 6 –	Etimologia da palavra ‘desenvolvimento’.....	77
Figura 7 –	A - B – Conversas com moradores e visitantes durante a 2ª Feira de Doações.....	84
Figura 8 –	Encontro do CCBFV após evento da 1ª Feira de Doação com participação de outros moradores do BF.....	87
Figura 9 –	Encontro do CCBFV na pracinha do BF.....	90
Figura 10 –	Participação de moradores da ocupação na 1ª Feira de Doações.....	101
Figura 11 –	A - B – Apresentação cultural e piquenique colaborativo Sarau do Saci....	102
Figura 12 –	A - D – Revezamento de chamadas e informes na página de Facebook do CCBFV.....	106
Figura 13 –	A - C – Cartazes de eventos do CCBFV produzidos pela designer.....	107
Figura 14 –	A - C – Cartazes de evento de aniversário do CCBFV produzidos coletivamente.....	108
Figura 15 –	A - D – Dispositivo de conversação ‘Troca de ideias’.....	119
Figura 16 –	A - B – Dispositivo de conversação ‘Leve um cusuz, Doe uma palavra’..	120
Figura 17 –	A - C – Dispositivo de conversação ‘Construindo a vizinhança’.....	121
Figura 18 –	A - D – Dispositivo de conversação ‘Preciso/Ofereço’.....	122
Figura 19 –	A - B – Dispositivo de conversação ‘Plantação de ideias’.....	123
Figura 20 –	A - F – Varal de ideias.....	129
Figura 21 –	A - E – (RE)Imagine nossa praça.....	131
Figura 22 –	A - B – Ata caosgráfica.....	134

Figura 23 – A - B – Oficina de horta caseira.....	137
Figura 24 – A - C – Bibliotecas DêDica Livro.....	140
Figura 25 – A - C – Bibliotecas DêDica Livro.....	141

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BF –	Bairro de Fátima
CCBFV –	Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças
ESDI –	Escola Superior de Desenho Industrial
GPMC –	Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura
IPPUR –	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
LaDA –	Laboratório de Design e Antropologia
LASTRO –	Laboratório da Conjuntura Social Tecnologia e Território
MPL –	Movimento Passe Livre
UERJ –	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ –	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>DESIGN, DEMOCRACIA E CIDADANIA</b> .....	20
2	<b>EXPANSÕES DO CAMPO DO CAMPO DO DESIGN</b> .....	32
2.1	<b>Virada ontológica do Design</b> .....	34
2.2	<b>Design como produção de sentido</b> .....	37
2.3	<b>Práticas participativas e colaborativas</b> .....	40
3	<b>CÍRCULO DE CIDADANIA DO BAIRRO DE FÁTIMA E VIZINHANÇAS</b>	48
3.1	<b>Preâmbulos: 2013, multiplicidade e desdobramentos</b> .....	49
3.1.1	<u>As pradarias</u> .....	49
3.1.2	<u>A fagulha</u> .....	50
3.1.3	<u>O incêndio</u> .....	51
3.1.4	<u>O arrefecimento</u> .....	53
3.1.5	<u>O deserto</u> .....	55
3.2	<b>No vácuo de 2013</b> .....	57
3.2.1	<u>CCBFV: quem estamos sendo?</u> .....	59
3.2.2	<u>Identidade</u> .....	61
3.2.3	<u>Princípios</u> .....	63
3.2.4	<u>Funcionamento</u> .....	64
3.2.5	<u>Algumas reflexões</u> .....	66
4	<b>DESIGN EM CAMPO</b> .....	68
4.1	<b>Design</b> .....	70
4.1.1	<u>Modos políticos</u> .....	71
4.1.2	<u>(Des)envolvimento de projeto</u> .....	76
4.1.3	<u>Participação</u> .....	82
4.1.4	<u>Democratização da democracia</u> .....	87
4.2	<b>Designer</b> .....	93
4.2.1	<u>Modéstia</u> .....	94
4.2.2	<u>Revezamento</u> .....	103
4.2.3	<u>Alteridade</u> .....	108
4.3	<b>Designing</b> .....	115
4.3.1	<u>Dispositivos de conversação</u> .....	117

4.3.2	<u>Cartografias</u> .....	125
4.3.3	<u>Prototipação</u> .....	135
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	142
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	147

## INTRODUÇÃO

Em decorrência dos profundos processos de transformação no interior dos sistemas de produção europeu e norte-americano, e da percepção dos impactos socioambientais gerados pela expansão de mercado e pelo vertiginoso aumento da produção de bens de consumo, o Design vem passando, desde a década de 1960, por intensos processos de revisão e atualização, por meio dos quais profissionais e pesquisadores do campo têm procurado lançar uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as responsabilidades éticas e sociais da profissão (PAPANNEK, 2006; THACKARA, 2008; CARDOSO, 2013). Mas a emergência dessas questões enunciava não apenas a responsabilidade de designers nos processos produtivos e a importância da revisão de seus papéis e atuação, como também apontavam para a necessidade de uma significativa reestruturação produtiva como um caminho para modos de vida mais sustentáveis (PEREIRA JR., 2017; PAPANNEK, 2006). Consequentemente, essas perspectivas encaminham uma reorientação da atividade do design para uma possível expansão do campo e dos significados do projeto, os quais incitam a abertura dos modos de investigar e produzir por meio de experimentações de abordagens mais participativas e colaborativas (SIMONSEN; ROBERTSON, 2012).

Em função dessas transformações o Design vem transbordando para além do chão da fábrica e expandindo seu campo de atuação não apenas para projetar artefatos, mas, a partir da experimentação dessas novas metodologias e abordagens, vem refletindo sobre os próprios processos pelos quais se efetua. Atualmente, podemos dizer que ‘fazer design’ pode implicar em uma multiplicidade de atividades, campos de atuação, metodologias e finalidades. Inclusive pode significar a extensão de suas práticas para pensar até mesmo a elaboração de espaços, paisagens, cidades e cultura (LATOUR, 2014; IRWIN, 2015). Nesse sentido, além das atualizações dos meios e métodos de abordagem do campo também podemos perceber processos de resignificação de suas funções e objetivos. Assim, tanto as reflexões críticas sobre seu papel, como a inclusão de práticas participativas e colaborativas nos processos projetuais, ensejam um campo de investigações sobre a abertura das práticas de projeto como um modo de democratizar a democracia (BINDER et. al., 2015).

A aproximação entre o campo do Design e as questões de democracia incitam uma abordagem que seja capaz de revelar as complexas relações envolvidas em um processo projetual, contribuindo, também, para o surgimento de um design mais próximo das questões sociais e de instituições públicas, evidenciando, assim, uma dimensão política mais explícita (SELLONI, 2017; DESIGN COMMISSION, 2015). Nesse sentido, algumas práticas de design vêm sendo

experimentadas tanto como ferramentas que estimulam processos mais participativos e colaborativos nas esferas políticas, como abordagens que auxiliam a constituição de espaços políticos democráticos capazes de acolher a disputa e o dissenso como aspectos fundamentais na construção do público (DISALVO, 2009; 2010; 2012; SELLONI, 2017).

Paralelamente aos processos que introduziram reflexões e reorientações no campo do Design, a adoção de políticas liberais de gestão e produção visando a expansão do mercado desencadearam, também, intensos processos de transformação social e de agravamentos de questões urbanas (HARVEY, 2008). Assim, além dos desafios ambientais levantados pelos efeitos do capitalismo industrial, as políticas liberais contribuíram significativamente para o aumento das fissuras da democracia representativa resultando no aprofundamento de crises políticas, sociais e econômicas, como, por exemplo, a excessiva divisão do trabalho, a precarização do trabalhador, a alienação do consumidor, a fragmentação do saber, o aumento das desigualdades sociais e o distanciamento do sociedade do poder de decisão sobre questões que concernem à coletividade (BONSIEPE, 2006; ESCOBAR, 2016). Em decorrência disso, temos visto a ampliação do debate sobre democracia e cidadania, e a emergência de múltiplos movimentos sociais que procuram questionar os sistemas produtivos, bem como tensionar os limites das estruturas políticas, principalmente aquelas ligadas ao modelo democrático de representação (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2011). Tomando a cidade como campo de batalha pelo "direito à cidade", as lutas sociais se proliferaram pelo território urbano exigindo igualdade de direitos e uma democracia mais direta e participativa, apontando, conseqüentemente, para a expansão das contradições do capitalismo — antes restritas ao local de trabalho — para a metrópole, o território e a própria cultura (LAZZARATO, 2006; HARVEY, 2008; ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000).

No entanto, as cidades não apenas se tornaram o lugar privilegiado da produção de riquezas e de explosão de insurgências sociais. No interior dessa fábrica difusa, a mesma pressão que faz irromper as emergências sociais provoca também o surgimento de experiências alternativas de resistência, de partilha e de gestão e produção autônoma da vida amparadas, muitas vezes, por práticas colaborativas e participativas (JUNIOR; FARBIARZ; SPITZ, 2016; CASTELLS, 1999). Em decorrência desses movimentos, podemos perceber, em muitos lugares, a emergência de iniciativas urbanas autônomas e cidadãs, que procuram experimentar modos democráticos e participativos de fazer junto, de produzir por meios mais sustentáveis e de lutar pelo direito à cidade. São iniciativas de diversas naturezas, com propósitos e metodologias múltiplas, mas que encarnam na cidade o seu terreno de batalha e de criação. Além disso, essa produção vem se apresentando como um horizonte de enfrentamento ao capital e como



construção de novos modos de viver, trabalhar, agregar e criar sentidos fora do eixo Estado-Capital (MAYER, 2016).

Nesse novo cenário, o Design vem sendo pensado por diversos teóricos e profissionais do campo, como uma ferramenta-chave para auxiliar a constituição de uma democracia feita de baixo para cima pela via da participação cidadã, assumindo papéis ora táticos, ora estratégicos nos processos de investigação e experimentação desses novos modos de produzir coletivamente (MANZINI; JÉGOU, 2008; MANZINI, 2007; MERONI, 2007). A medida em que o Design vem demonstrando um crescente interesse pelas questões públicas, podemos perceber a aproximação entre o campo e a produção da cidade, por meio da qual suas práticas vêm sendo exploradas como ferramentas potencialmente capazes de contribuir com processos de democratização da democracia (BINDER et al., 2015). Alinhados a esse movimento, temos visto a emergência de experimentações entre práticas de design e as esferas micro e macro da política, que, por meio de abordagens participativas e colaborativas, procuram constituir espaços políticos mais democráticos, assim como auxiliar processos que possam contribuir para a transição de modos de vida mais sustentáveis e autônomos (ESCOBAR, 2016).

Por outro lado, iniciativas autônomas no território da cidade vêm ensaiando modos alternativos de fazer política de maneira mais experimental e intuitiva, nos quais o design não se apresenta, necessariamente, como uma prática explícita. São movimentos cidadãos que exploram livremente algumas metodologias, ferramentas, práticas e abordagens que possam contribuir com a construção de processos e espaços mais participativos, visando o fortalecimento da democracia pela via da participação cidadã. No Rio de Janeiro, por exemplo, diversas iniciativas e movimentos sociais autônomos surgiram nos últimos anos em decorrência dos impasses políticos e da crescente crise de representação política (MARICATO et al., 2013). Dentre os vários movimentos populares surgidos na cidade, o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças (CCBFV) foi uma iniciativa cidadã e experimental da qual fiz parte entre o início de 2015 e final de 2016, e que tinha como proposta a construção de um espaço político democrático pela via da ação cidadã. Interessada por esses novos modos políticos, participei desse encontro ao mesmo tempo como cidadã e pesquisadora em Design. Neste sentido, minha inserção no grupo foi estimulada, em primeiro lugar, por um desejo de, junto com aquelas pessoas, experimentar e ensaiar outros modos políticos. Mas, além disso, o CCBFV se tornou um campo de pesquisa no qual me interessava investigar como as práticas participativas e colaborativas do campo do Design poderiam ser usadas a favor da construção de espaços democráticos e participativos. Assim, a pesquisa foi orientada, principalmente, por um desejo de refletir sobre as possíveis relações entre Design, democracia, cidade e cidadania,

levando em consideração a problematização das atuais estruturas democráticas de representação e o esforço para compreender o que produz engajamento cidadão em experiências que lutam por direitos sociais e que vêm demonstrando alianças profícuas entre design e processos de produção de imaginário coletivo e de cidadania.

Com base nessa experiência de democracia local e das reflexões levantadas por alguns autores do campo do Design sobre as suas potencialidades para trabalhar a serviço de questões públicas e sociais, outras questões emergiram. Por exemplo, quais metodologias, abordagens e ferramentas são capazes de gerar engajamento cidadão nos debates e nas ações que concernem à coletividade? Em que medida essas práticas conseguem efetuar transformações sociais no sentido de colaborar para a produção democrática da cidade e para a transição de modos de vida mais sustentáveis? Será que para a realização de uma sociedade mais democrática bastaria que fossem implementados mecanismos de participação cidadã ou isso dependeria da constituição de uma cultura de participação? Como veremos nesse trabalho, essas não são perguntas simples de responder e dependem da composição de múltiplas perspectivas. Por outro lado, podemos supor que a constituição de espaços democráticos de alta intensidade depende, necessariamente, da participação direta dos cidadãos que os compõem. Mas, então, como o design pode contribuir para o incremento da participação cidadã nas questões que interessam à coletividade?

A partir das aproximações entre design, democracia e cidadania, essa pesquisa visa explorar os pontos de contato entre as abordagens participativas e colaborativas do campo do Design e as práticas experimentais realizadas no âmbito do CCBFV pela via da ação cidadã. Desse modo, a questão de pesquisa procura investigar como e em que medidas as práticas participativas e colaborativas do Design são capazes de estimular o engajamento cidadão nos debates e nas ações que concernem à coletividade, fortalecendo a constituição de espaços políticos democráticos. Além disso, investigaremos como as experiências vividas no CCBFV e as questões sobre democracia, cidadania e participação atravessam o Design, provocando processos de ressignificação da sua atividade, bem como de atualização das noções de projeto, seus usos e funções em práticas políticas cotidianas, do papel de designers e não-designers nesses contextos, além de expandir o debate sobre a atividade do Design em práticas democráticas para além das questões técnicas restritas ao campo profissional.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se por buscar contribuir com o debate sobre a relação entre design, democracia e cidadania, inserindo-se no campo da reflexão crítica sobre as funções sociais da atividade do Design e as possibilidades de suas abordagens como catalizadoras de práticas participativas e democráticas em contextos políticos locais onde existam tanto práticas de

compartilhamento como o dissenso inerente ao exercício político. Além disso, essa pesquisa procura levantar alguns questionamentos acerca da relevância e da centralidade do design, principalmente em contextos políticos nos quais as práticas sociais se dão de modo mais empírico e autônomo. Para isso, o trabalho realizado ao longo de dois anos foi estruturado sobre dois eixos principais e complementares, um de caráter teórico e outro de caráter prático.

A pesquisa teórica tinha por objetivo construir um arcabouço epistemológico e conceitual tanto sobre a relação entre design, democracia e cidadania, quanto sobre as investigações existentes sobre as práticas participativas e colaborativas do campo do Design e as questões que delas emergem. Esse eixo procurou problematizar as relações entre design e democracia tanto do ponto de vista histórico e da formação do campo, quanto de investigações sobre experiências contemporâneas que procuram construir alianças entre as práticas participativas e colaborativas e experimentos políticos que visam a democratização da democracia. Para isso, foi feito um amplo levantamento teórico sobre as questões relativas a essa temática, bem como de leituras complementares, por meio dos quais foi possível identificar e analisar algumas importantes reflexões e debates para a pesquisa. Além disso, foi realizado o mapeamento e a organização das experiências e ações realizados pelo CCBFV, visando construir uma reflexão crítica sobre as potencialidade das práticas e ferramentas participativas e colaborativas do campo do Design na constituição de espaços democráticos e sobre a atualização da atividade e dos papéis do design a partir da questões de democracia, cidadania e práticas políticas autônomas no território da cidade.

O caráter prático da pesquisa teve como proposta identificar, compreender e experimentar práticas capazes de estimular o engajamento cidadão e a constituição de um espaço político democrático por meio da ação cidadã, tomando como campo de pesquisa a experiência do CCBFV. As experiências desenvolvidas em campo tinham como foco estimular o engajamento cidadão nas questões de interesse local e coletivo do bairro, amplificar o interesse e o envolvimento dos moradores nas questões relativas ao território ao qual pertencem, e constituir um espaço de diálogo aberto e democrático entre os participantes. Além disso, esse eixo procurou ancorar as questões teóricas aos desafios de uma experiência concreta, bem como lançar uma perspectiva crítica ao contexto empírico no qual a pesquisadora se encontrava implicada. Assim, as práticas, ferramentas e metodologias exploradas de forma empírica pelo CCBFV nas ações realizadas no bairro, foram analisadas segundo sua capacidade de: construir redes de conhecimento que favorecessem o senso de pertencimento e de cidadania dos indivíduos; contribuir ao mapeamento de questões de interesse que concernem à coletividade; organizar o conhecimento sobre o território; traçar

planos de ação; instaurar procedimentos democráticos capazes de distribuir o poder de decisão e de responsabilidade; e construir colaborativamente soluções viáveis para a transformação do espaço, englobando um esforço contínuo pela valorização das singularidades dos diversos sujeitos envolvidos.

Desse modo, a metodologia de pesquisa fundamentou-se em cinco etapas: (1) leitura e revisão bibliográfica de fontes de conteúdo relevante para o tema abordado, incluindo artigos, periódicos, sites, fóruns e outros projetos desenvolvidos em torno de temas como democracia, cidadania, design participativo e colaborativo, e experimentações políticas autônomas e cidadãs. Esta pesquisa foi fundamental para o embasamento e aprofundamento teórico acerca da contribuição do design no âmbito social, identificando abordagens e ferramentas potencialmente capazes de ajudar a responder a problemática da pesquisa; (2) registro das experiências realizadas e vividas em campo ao longo dos dois anos de existência do CCBFV; (3) experimentação de abordagens e práticas participativas e colaborativas realizadas no âmbito do CCBFV, tanto nos encontros semanais, como nos eventos temáticos realizados pelo grupo; (4) análise dos efeitos gerados pelas abordagens e práticas, tanto no interior do grupo como nos moradores que participavam de nossas ações e eventos no Bairro Fátima; (5) levantamento de reflexões críticas sobre essas experiências e as suas relações com as práticas participativas e colaborativas do campo do Design.

Os capítulos a seguir irão explorar, em primeiro lugar, as possibilidades da atuação de um design expandido para o território da cidade. Em seguida, apresentaremos o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças como uma experiência local de democracia cidadã da qual a pesquisadora participou ativamente. Por fim, examinaremos como essa experiência se desdobrou e em que medida as práticas de design se efeturaram enquanto possibilidade de construção de espaços democráticos e cidadãos.

No capítulo um procuramos relacionar alguns conceitos de democracia e cidadania às questões do campo do Design, principalmente aquelas relativas aos desafios de implementação de práticas participativas e colaborativas voltadas à democratização dos processos políticos. Veremos, assim, como o campo do Design parece estar intimamente relacionado às transformações geradas pelo modo de produção, apontando para a expansão de suas práticas para pensar, também, sobre a produção da cidade e em modos de fortalecer as emergentes experimentações políticas alternativas no espaço urbano que visam a democratização da democracia pela via da cidadania.

Seguindo o fluxo da abertura do campo do Design para outras questões, no capítulo dois, abordaremos como os impactos socioambientais gerados pelo modo de produção com o

qual o design está ligado, engendraram processos de intensas reflexões críticas sobre o campo, convocando, assim, novas perspectivas e abordagens capazes de delinear algumas práticas mais interessadas na produção de modos políticos democráticos mais participativos.

A partir da construção da genealogia da pesquisa, no capítulo três nos debruçaremos sobre os caminhos que levaram à pesquisa de campo, a experiência de micropolítica territorial vivida no CCBFV entre os anos de 2015 e 2016, no Rio de Janeiro. Uma experiência que surge de um momento em que o Brasil, segundo alguns autores, vivia um impasse político ligado à insuficiência dos modos democráticos e participativos de representação para responder às demandas de uma população.

Por fim, com base nas reflexões e análises apontadas pelos capítulos anteriores, o capítulo quatro focará nas análises dos experimentos de campo realizados no âmbito do CCBFV, procurando refletir criticamente sobre os efeitos gerados por essas abordagens, e sobre as suas relações com as práticas participativas e colaborativas do campo do Design.

## 1 DESIGN, DEMOCRACIA E CIDADANIA

Alguns historiadores apontam que o paradigma do design moderno teria se estruturado sobre o movimento de ampliação do mercado no contexto do modo de produção industrial que teve seu despertar na Europa, entre os séculos XVIII e XIX (BUCHANAN, 1995; MARGOLIN, 1992; CARDOSO, 2000; MEGGS, 2009). Segundo essa perspectiva, à medida que o mercado se expandia, crescia, também, a necessidade de sistematização da produção industrial. Assim, impulsionado pelo desejo de incrementar a produção de bens de consumo do crescente mercado, o design moderno teria surgido com o propósito de colocar ordem na produção, sistematizando toda a cadeia produtiva de modo a estabelecer padrões e controles formais, estéticos e de qualidade dos produtos, bem como reduzir as possibilidades de falhas e otimizar os custos da produção (FORTY, 2007; CARDOSO, 2013).

Uma outra perspectiva acerca dos processos de industrialização da produção nos revela, ainda, outros desdobramentos acerca do papel do design nesse contexto. Se por um lado as medidas de sistematização, otimização e uniformização da produção foram tomadas em função do aumento da produtividade no sentido de alimentar um mercado em acelerada expansão, por outro, essas medidas também contribuíram para dar, a um público cada vez maior, o acesso a bens de consumo de qualidade (FORTY, 2007). Assim, concomitante ao processo de expansão de mercado derivado do aumento da produção e da classe consumidora, subjaz o discurso pelo fomento à democratização do acesso aos bens de consumo de qualidade por meio da produção em massa (CARDOSO, 2013). A partir dessa observação podemos perceber que, de algum modo, questões relativas à democracia estiveram presentes como objeto do pensamento crítico do Design desde sua constituição enquanto um campo de pensamento e de elaboração de modelos de produção industrial, estabelecendo, assim, uma íntima relação com o modo de produção vigente (FORTY, 2007).<sup>1</sup> No entanto, a questão da democracia no campo do Design não se limita à democratização de bens de consumo, como veremos mais adiante, mas se amplia para a própria prática projetual.

---

<sup>1</sup> Podemos notar diferentes nuances desta questão, por exemplo, no contexto do *Arts and Crafts*. Promovido como um contramovimento da Revolução Industrial, esse movimento tinha como preocupação a manutenção e valorização do artesanato em detrimento da produção industrial em massa e a busca pela unificação do papel do artista e do artesão. Mais adiante, na Alemanha de meados do século XX, é fundada a Bauhaus, escola de design que, ao articular a arte e o artesanato à indústria, buscava elevar a qualidade funcional e estética da produção em massa. Apesar das diferenças fundamentais que norteiam cada um desses projetos – sendo o primeiro contra o processo de industrialização e o segundo, baseado no reconhecimento da potência do projeto como um aliado na produção em grande escala de bens de qualidade – em ambos os casos encontra-se a valorização da dimensão global das etapas do processo do fazer como parte indispensável do projeto e o desejo de democratizar o acesso aos bens materiais de qualidade à sociedade de forma geral (MEGGS, 2009).

Além dos desafios ambientais levantados pelos efeitos do capitalismo industrial e pela expansão do mercado, as políticas liberais contribuíram fortemente para o aumento das fissuras da democracia representativa resultando no aprofundamento de crises políticas, sociais e econômicas, como, por exemplo, a excessiva divisão do trabalho, a precarização do trabalhador, a alienação do consumidor, a fragmentação do saber, o aumento das desigualdades sociais e o distanciamento da sociedade do poder de decisão sobre questões que concernem à coletividade (BONSIEPE, 2006). Assim, poderíamos dizer que o processo de industrialização não foi apenas responsável pela separação do artesão de seu objeto de trabalho, como também provocou a separação entre o cidadão e a sua vida, contribuindo para a alienação dos processos produtivos e para o conseqüente empobrecimento de sua vida.

Questionando as estruturas produtivas e democráticas, as lutas sociais proliferaram-se pelo território da cidade exigindo igualdade de direitos por meio de uma democracia mais direta e participativa.<sup>2</sup> Alguns autores apontam que a explosão de insurgências sociais na década de 1960 e a reestruturação produtiva que se inicia nos anos de 1970, em meio à crise urbana e econômica, foram grandes responsáveis pela expansão das contradições do capitalismo para além do ambiente das fábricas (HARVEY, 2008; ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000). Assim, as lutas pelos direitos civis e os movimentos sociais urbanos indicam que as disputas antes restritas ao local de trabalho transbordaram para a metrópole, o território e a cultura (HARVEY, 2014). Salvo cada uma de suas particularidades, essas lutas demonstram um desejo crescente por uma revisão e atualização dos sistemas políticos para que sejam capazes de incentivar maior participação cidadã nas decisões que concernem à coletividade, demandando uma maior e melhor articulação entre a escala macro e micro da vida social nas cidades. Ainda hoje podemos ver que a luta por uma democracia mais direta continua a se manifestar nas ruas e redes da vida contemporânea, inclusive questionando e tensionando os limites do modelo de democracia representativa existente em muitos países. Afinal, quais seriam os limites e entraves da participação cidadã nesse sistema?

A partir da leitura de Boaventura de Souza Santos (2002) podemos perceber que não só o conceito de democracia diz respeito a uma construção social, como o atual conceito amplamente difundido representa uma visão hegemônica de democracia que vem sendo construída desde meados do século XIX com base em valores modernos, tais como racionalidade, progresso, liberdade e igualdade. Tais valores, além de legitimar uma

---

<sup>2</sup> Alguns exemplos relevantes dessas lutas e manifestações foram identificados como os movimentos *hippies* e de contracultura, as lutas sociais por direitos de igualdades como o feminismo e as lutas raciais. Outras evidências dessas lutas podem ser lembradas em episódios como a Guerra do Vietnã, a Guerra Fria, a Revolução Cubana, Maio de 68 na França, a Ditadura Militar no Brasil e os processos de independência tardios de alguns países da África, por exemplo.

epistemologia ocidental característica dos países centrais, procuram configurar uma ideologia única e universalizante, a qual os países semiperiféricos e periféricos vêm subordinando-se. Ao retomar esse processo, Santos nos mostra que, desde então, muitos debates surgiram em torno do conceito de democracia, discutindo não apenas seu conteúdo, mas principalmente a forma que poderia tomar, de modo que sua institucionalização permitisse um arranjo compatível entre democracia e capitalismo. Essa forma triunfou nos países centrais e mais do que isso, foi implementada nos países semiperiféricos e periféricos como meio de mantê-los subordinados aos países centrais. Portanto, o autor aponta que a expressão hegemônica da democracia vem se pautando pela lógica do capitalismo global e neoliberal. Além disso, tanto a concepção como a forma de democracia que prevaleceu na maior parte do ocidente foi, e continua sendo, a democracia representativa, ou pelo menos é esse o nome que muitos desses países adotaram, independentemente do modo como ela se realiza ou não. O sociólogo aponta também que a construção de uma noção hegemônica de democracia corresponde a um conjunto preciso de valores entendidos como universais e como única e verdadeira forma de organização política. Para ele, essa concepção não apenas subordina a ela uma multiplicidade de culturas existentes, como também solapa as possibilidades de uma democracia de alta intensidade na medida em que distancia representantes de representados por meio da intensificação de sistemas administrativos cada vez mais complexos e burocráticos, pela imposição de um governo tecnocrático que delega o controle político e econômico aos especialistas e pela redução das esferas públicas de participação cidadã ao sistema eleitoral. Além disso, o autor argumenta que todas essas medidas têm sido tomadas em favor da priorização dos privilégios das elites e da expansão do mercado e, portanto, segundo essa visão, poderíamos dizer que esse modelo — democracia liberal representativa — apesar de amplamente difundido, não sustenta uma democracia real, direta e estendida a todo e qualquer cidadão, mas ao contrário, define aqueles que têm ou não direitos dentro desse sistema político.

Por outro lado, Santos (Ibid.) nos mostra que, às margens desse modelo hegemônico, existem outras concepções contra-hegemônicas de democracia, modelos alternativos que visam a construção de uma democracia feita de baixo para cima, tais como a democracia popular e a democracia participativa. Segundo o autor, tais concepções se constituem a partir de uma pluralidade de outras gramáticas sociais e políticas e são protagonizadas, muitas vezes, por comunidades e grupos sociais marginalizados que lutam por melhores condições de vida, por políticas de inclusão social mais plurais, pela valorização e ampliação da cidadania e por uma democracia mais direta. Como consequência, os processos de aprofundamento da democracia pela via da participação podem implicar, de acordo com Santos, na incorporação de diversos



atores sociais e elementos culturais, na implementação e experimentação de múltiplos arranjos de participação e de tomada de decisão, na inclusão de questões frequentemente ignoradas pelos governos, e na redefinição, expansão e reconhecimento de outras identidades, em suma, na ampliação da própria prática participativa. Em outras palavras, seria possível reconhecer nesses movimentos diversos modos de democratização da democracia. Por essa perspectiva, podemos perceber que os movimentos que visam a emancipação social têm apresentado uma importante chave de leitura a respeito do fortalecimento do exercício de uma cidadania plena, de direitos e responsabilidade sociais — individuais e coletivos — especialmente no que tange a questões sociais emergentes (SANTOS, 2002).

Na prática, os movimentos que lutam pela democratização da democracia visam combater o que o autor chama de perversão da democracia, ou seja, os processos de burocratização administrativa que regulam e mitigam os meios de participação cidadã, as diversas formas de clientelismo político, a manipulação partidária e o aparelhamento do Estado, o desmantelamento sistemático dos direitos sociais, o silenciamento das minorias e a cooptação ou deslegitimação das instituições participativas. No entanto, o sociólogo nos lembra que a vitória dessas lutas não é garantia de uma estabilidade democrática e participativa, e que, portanto, não deveria ser um fim em si. Mas antes deve-se compreender que a democracia consiste em um processo contínuo de aprendizado e reflexão que só pode se efetuar plenamente à medida que for construída coletivamente. Portanto, o elogio sobre a democratização da democracia não se limita à defesa de uma participação cidadã nos processos de tomada de decisão, mas, argumenta a favor de uma abertura política à participação popular nas proposições e elaborações das questões que concernem à coletividade, propondo novas formas de atuação e gestão na e com a sociedade. Nesse sentido, o discurso sobre a democratização da democracia consiste não apenas em disputar um conceito que seja capaz de incluir identidades e conteúdos múltiplos, mas de devolver o poder público ao povo, eliminando a distância entre representantes e representados, ou mesmo, encarnando outros modos de decisão que não necessariamente pela via da representação. A democratização da democracia poderia ser entendida, então, como a própria profanação da política, ou seja, restituir ao uso comum do povo aquilo que foi separado e destituído da esfera do direito humano (AGAMBEN, 2007). Mas, como alerta Agamben, o ato de profanar não se reduz à mera restituição de um uso preexistente daquilo que foi “sacralizado”, separado, mas impele um uso novo e criativo do mesmo, ressignificando-o e recriando-o não de modo simplesmente utilitário. Portanto, profanar a política e a democracia

significa romper com o velho para inventar novos modos de uso, novas práticas e novas gramáticas políticas.

Ao concluir seu raciocínio, Santos (2002) argumenta que o fortalecimento da democracia participativa dependeria, então, de três princípios básicos: o primeiro consiste em reconhecer a diversidade sociocultural como indispensável no interior das práticas participativas, e, desse modo, a democracia pode assumir formas tão diversas quanto as do multiculturalismo global. O segundo princípio se pauta no fortalecimento de redes locais-globais que articulam essas diversas formas contra-hegemônicas de democracia. E o terceiro defende o experimentalismo democrático como procedimento capaz de gerar novas gramáticas sociais e políticas, bem como a inovação social.

Outro conceito bastante debatido e disputado no cenário político contemporâneo é a noção de cidadania. Segundo Botelho e Schwarcz (2013), o conceito vem se tornando um tema central tanto na contenda intelectual como na agenda política dos últimos anos. Mas apesar de ter ganhado tanta relevância nas discussões que circundam nosso cotidiano, principalmente aquelas circunscritas pelo modelo de democracia representativa, os autores apontam para a ausência de análises históricas definitivas ou mesmo de um consenso em relação a sua definição. Para eles, apesar de o conceito apresentar considerável tradição de pensamento, suas antigas raízes históricas evidenciam um campo de acirradas disputas sobre seus significados práticos e simbólicos. Como esclarece o historiador Jaime Pinsky:

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. É muito diferente ser cidadão na Alemanha, nos Estados Unidos ou no Brasil (...), não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania (por direito territorial ou de sangue), mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-nacionais contemporâneos. Mesmo dentro de cada Estado-nacional o conceito e a prática de cidadania vêm se alterando ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos. Isso ocorre tanto em relação a uma abertura maior ou menor do estatuto de cidadão para sua população (...), ao grau de participação política de diferentes grupos (...), quanto aos direitos sociais, à proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam. (PINSKY, 2005. p. 9-10).

Desse modo, podemos dizer que seus múltiplos significados exprimem diversos valores e práticas, bem como evidenciam um terreno bastante irregular no que toca às suas possibilidades e limites. Uma definição bastante compartilhada — ainda que consideravelmente insuficiente — é a ideia de que cidadania se define pelos direitos e deveres de um dado cidadão com relação ao Estado. Seguindo essa linha, cidadania foi definida pelo sociólogo britânico

Thomas Humphrey Marshall (1967) como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais<sup>3</sup>. Para o autor, um cidadão pleno seria aquele que tivesse direito a essas três dimensões de cidadania. Mas, como alerta o cientista político José Murilo de Carvalho (2002), apesar de essa definição ter servido como um dos principais parâmetros de avaliação da qualidade da cidadania em cada local e momento histórico, essa é uma concepção construída no Ocidente e muito alinhada aos valores modernistas e liberais. Portanto, apesar de se apresentar como o modelo mais aperfeiçoado, ele se torna, pelas próprias contradições do contexto capitalista de produção, uma realidade inalcançável. Um bom exemplo disso é análise que alguns desses autores fazem sobre como os valores e os significados de cidadania se desdobraram no Brasil, expondo a fragilidade do conceito na medida em que institucionalmente ele se apresenta de um modo — como a Constituição de 1988 chamada popularmente de Constituição Cidadã — mas na prática continua deixando uma grande parcela da população à margem dos seus direitos civis, políticos e sociais (CARVALHO, 2002).

Outro ponto importante levantado por Carvalho (Ibid.) se refere às transformações do conceito ao longo dos anos e em relação com as transformações no interior do próprio modo de produção. As definições de cidadania acima descritas revelam sua íntima relação com a formação dos Estados-nação. Assim, a noção de cidadania exprime também uma identificação nacional, um sentido de fazer parte de algo maior. Além disso, nesse contexto, o que garante a efetuação dos direitos cidadãos seria o Estado. Ora, mesmo as noções de Estado e nação têm sofrido profundas transformações com os impactos gerados pelo processo de internacionalização do sistema capitalista, oriundo dos avanços tecnológicos, e pelo surgimento de blocos econômicos e políticos. Analisando esses aspectos, o autor sublinha que esses processos têm contribuído significativamente para o encolhimento do Estado em detrimento do Mercado, afetando diretamente a natureza dos direitos e sua atuação na garantia dos mesmos para os cidadãos. Nas palavras do autor, “se os direitos políticos significam participação no governo, uma diminuição no poder do governo reduz também a relevância do direito de participar.” (Ibid., p.13). Nesse sentido, seria importante considerar outras estratégias de atuação e reivindicação que fossem capazes de garantir que os direitos cidadãos não fossem nem limitados pelo poder de atuação do Estado, nem reféns da vontade do Mercado. Talvez, um caminho seja ressignificar o que seria o exercício de cidadania por meio de uma atuação social

---

<sup>3</sup> Segundo Marshall (1967) o exercício de uma cidadania plena se daria na medida da conquista de três de suas dimensões, sendo elas: I) civil: definida como aqueles direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei; II) política: confere ao cidadão o direito de participar da esfera política, consistindo na capacidade de organizar partidos, realizar demonstrações políticas, votar e ser votado; e III) social: incluem o direito à educação, ao trabalho, à saúde, à qualidade de vida, ou seja, garantem a participação do cidadão na riqueza coletiva e o mínimo de um estado de bem-estar para todos, procurando reduzir as desigualdades sociais.

autônoma e garantida por práticas colaborativas e participativas e que, ao mesmo tempo, fossem capazes de construir diálogos com as instituições públicas e privadas. Como explicam Botelho e Schwarcz (2013), cidadania é um conceito construído coletivamente e por isso pode ser entendido como uma “identidade social politizada”, ou seja, uma resposta política que depende de determinadas demandas e circunstâncias igualmente políticas.

Outro caminho possível para a construção do conceito de cidadania é remontar à sua origem etimológica. Derivada do termo latim *civitas*, que quer dizer cidade, cidadania exprimiria uma qualidade ou condição de um cidadão, indicando um conjunto de direitos atribuídos a ele. Por sua vez, cidadão seria aquele que habita e exerce seus direitos e deveres na e para com a cidade<sup>4</sup>. Portanto, poderíamos julgar que a premissa do exercício da cidadania baseia-se no direito de agir sobre a cidade. Por meio dessa leitura, podemos relacionar essa perspectiva ao conceito de “direito à cidade” definido por Lefebvre em 1968 como um direito de participar ativamente da produção da cidade e, portanto, da vida urbana, ou seja, de poder usufruir de todos os benefícios e qualidades que envolvem a vida na cidade (LEFEBVRE, 2011). Mas no atual contexto produtivo e político, a questão do direito à cidade, e, portanto, à cidadania, tem sofrido duros impactos decorrentes do processo de privatização dos espaços urbanos via parceria público-privada. Essa parceria enxerga nas cidades não apenas o lugar privilegiado da produção de riquezas e expansão de seus negócios, mas é ela mesma uma das principais mercadorias no capitalismo pós-fordista (HARVEY, 2008). Não à toa o *urban design* e a comunicação visual vêm sendo explorados em projetos de “requalificação urbana” promovendo um modelo de cidade-mercadoria voltada para atrair investimentos e ampliar a concentração de riqueza (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000).

Deleuze e Guattari (1997) definem a cidade como um espaço que é, por excelência, um espaço estriado, repartido entre os indivíduos segundo cortes e intervalos determinados. Mas quem determina essas divisões e como elas são distribuídas é o cerne do debate sobre o direito à cidade (LEFEBVRE, 2011; HARVEY, 2014). Poderíamos dizer que o sistema pelo qual essa divisão se faz segue a lógica daquilo que Rancière denomina partilha do sensível, um “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas.” (RANCIÈRE, 2009, p. 15). Segundo o filósofo, é esse o sistema que determina quem pode ou não tomar parte de determinados espaços, tempos e atividades. E ainda nos alerta que nem sempre essa partilha é realizada por meio da ação direta dos que desejam tomar parte, mas pode ser resultado de uma

---

<sup>4</sup> Referência: Dicionário etimológico. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/cidadania/>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

forma de partilha que determina quem é que vai tomar parte ou não. Mas que sistema de partilha é esse, quem são os sujeitos que determinam essa partilha, no que elas podem resultar, e como se pode retomar a possibilidade de fazer parte nesses processos?

Harvey nos lembra que atualmente a maior parte da população vive na cidade e que esta, por sua vez, encontra-se cada vez mais fragmentada e segregada, constituindo-se enquanto um verdadeiro caldeirão de conflitos e desigualdades sociais. Segundo o autor, a causa para tanto se fundaria no capitalismo globalizado, no neoliberalismo e no desenvolvimento urbano desigual que reparte a cidade entre as elites financeiras e a grande parcela de trabalhadores de baixa renda, grupos marginalizados e desempregados (HARVEY, 2013). Então, se é nas cidades que as contradições do capitalismo se agravam, é nela também que as lutas sociais encarnam seu campo de batalha. Questionando as estruturas produtivas e democráticas, bem como o sistema de partilha instaurado, elas proliferam-se pelo território urbano exigindo igualdade de direitos por meio de uma democracia mais direta e participativa (HARVEY, 2014).

No Brasil, a questão da segregação urbana não é muito diferente. Na escalada desenvolvimentista que se sucedeu durante o processo de redemocratização do país a partir da década de 80, a cidade neoliberal foi construída com muitas cercas e violência. De um lado, o modelo excludente no qual o Estado tem se pautado criminaliza a pobreza e os movimentos sociais, expulsa os trabalhadores para lugares cada vez mais distantes de seu local de trabalho, precariza e privatiza os serviços públicos como saúde, educação e transporte, degrada o ambiente, segrega os espaços urbanos, aumenta as desigualdades sociais e a violência urbana, em suma, desrespeita muitos dos direitos adquiridos constitucionalmente (MAIOR, 2013). De outro, o Estado viu nesse modelo uma oportunidade para sustentar uma suposta governabilidade à base de parcerias público-privadas, que, por sua vez, compreendem a cidade-negócio como um meio altamente lucrativo de concentrar riquezas (VAINER, 2013).

Seguindo a lógica da cidade-negócio, Raquel Rolnik aponta para a questão urbana como sendo um dos principais pivôs de todo um processo que vem se arrastando desde a década de 1980. Não se trata apenas da ausência de planejamento urbano, mas de um feito às avessas, em detrimento dos interesses da população e a favor do interesse de poucos (ROLNIK, 2013). Nas palavras da urbanista:

A questão urbana e, particularmente, a agenda da reforma urbana, constitutiva da pauta das lutas sociais e fragilmente experimentada em esferas municipais nos anos 1980 e início dos anos 1990, foram abandonadas pelo poder político dominante no país, em todas as esferas. Isso se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação

do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado, do qual o projeto Copa/Olimpíadas é a expressão mais recente... e radical. (ROLNIK, 2013, p. 9).

É nesse sentido que Ermínia Maricato (2013) critica o mito da geração de empregos e do aumento de renda como solução para a melhoria das condições de vida. Segundo a autora, esses mecanismos servem, em última instância, para alavancar o consumo e fazer girar a economia. Mas não resolvem os problemas urbanos e a precarização dos serviços públicos que deveriam ser pauta de políticas públicas urbanas efetivas.

Na mesma linha de pensamento o geógrafo Milton Santos (2007) destaca as políticas desenvolvimentistas adotadas no Brasil, principalmente a partir da década de 1950 com os programas de expansão industrial e de infraestrutura, que visaram, quase sempre, o beneficiamento de interesses particulares, de instituições privadas e do capital internacional em detrimento dos direitos sociais. Soma-se a isso o papel fundamental da indústria da comunicação na expansão da cultura e do consumo de massa, estes erigidos sob o símbolo da liberdade de escolha — de produtos — como meio para a conquista de ascensão social. Portanto, apesar do aparente crescimento econômico, essas medidas contribuíram não apenas para o aumento da concentração de riquezas e das desigualdades sociais, como também para o comportamento negligente das instituições políticas para com os cidadãos no que se refere às garantias de seus direitos constitucionais. Considerando esses complexos processos Milton Santos declara que nem todos os habitantes desse país são reconhecidos e nem se reconhecem enquanto cidadãos, pois “em lugar do *cidadão*, formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de usuário.” (SANTOS, 2007, p. 25).

Analisando os recentes processos econômicos e políticos do país, o sociólogo Ruy Braga argumenta que nem mesmo os recentes 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) — um partido que se constituiu junto com os trabalhadores a partir dos movimentos sociais e de políticas de base e que representava uma das grandes promessas da esquerda —, conseguiu dar conta das questões sociais que afetam o país (BRAGA, 2013). Para ele, apesar dos sucessivos governos petistas terem investido amplamente em gastos sociais, reduzindo sensivelmente o índice de miséria no país, e aumentando a inclusão social de boa parte dos grupos sociais marginalizados — como foi o caso das políticas de cotas no ensino público —, eles não conseguiram efetuar plenamente os direitos sociais a todas as camadas da população. Pelo contrário, afastaram ainda mais a população da vida pública e da política ao subtrair progressivamente a pauta da participação popular e da gestão participativa direta das políticas públicas em prol de um pacto de governabilidade sustentado por trocas de favores e financiamento de campanhas eleitorais. Assim, o sociólogo aponta que o que vemos hoje é um

crescente “precariado” que luta tanto pelos seus direitos básicos, como saúde, educação, transporte e segurança, “quanto pela ampliação de seu direito à cidade.” (Ibid., p. 77).

Nesse sentido, Harvey (2013) reforça que o direito à cidade não se limita apenas ao direito de ter acesso a ela e usufruir de suas estruturas e facilidades tais como são dadas. Nem pode ser realizado enquanto um direito individual. O direito à cidade convoca a coletividade para o engajamento na luta por direitos sociais, na solidariedade às questões do outro e no acolhimento às diferenças. E conclui dizendo que são as nossas práticas e ações diárias que irão operar as mudanças na cidade mais alinhadas ao nossos desejos e demandas.

Por outro lado, as cidades não apenas se tornaram o lugar privilegiado da produção de riquezas como também o de experimentações de modos alternativos de compartilhamento amparados na forma de produção social contemporânea. O que caracteriza esse novo modo de produzir como um capitalismo pós-fordista, é uma “estrutura produtiva dinâmica e flexível, disseminada em rede e fundada sobre a cooperação das singularidades” (MAYER, 2015), na qual a produção de subjetividade — saberes, linguagens e afetos — é tida como uma das maiores fontes de riqueza. No interior dessa fábrica difusa, a mesma pressão que faz irromper as emergências sociais provoca também o surgimento de formas alternativas de resistências, de experiências de partilha e de gestão autônoma (MANZINI, 2007; MERONI, 2007). Essa produção vem se apresentando como um horizonte de enfrentamento ao capital e como construção de novos modos de viver, trabalhar, agregar e criar sentidos fora do eixo Estado-Capital. Nesse novo contexto o design, antes limitado pela produção industrial, mais uma vez se reconfigura e vem sendo pensado crítica e criativamente por diversos teóricos e profissionais do campo, assumindo papéis ora táticos, ora estratégicos nos processos de investigação de novos modos de produzir. De um lado, o *urban design* e a comunicação visual promovem um modelo de cidade-mercadoria voltado para atrair investimentos e ampliar a concentração de riqueza (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000). De outro, múltiplos coletivos, novas formas de organização e tecnologias sociais apostam na produção e gestão colaborativa de bens comuns e no livre compartilhamento de informação, nos quais o design tem sido explorado como uma ferramenta-chave para promover a participação cidadã e ampliar a democracia de baixo para cima, aumentando, assim, os pontos de contato entre o Design e a produção de cidade (JÉGOU; MANZINI, 2008; MERONI, 2007).

No caminho de pensar juntos sobre questões e alternativas que concernem a coletividade, temos percebido a emergência de um design mais próximo das questões públicas, e, portanto, das instituições públicas, assumindo, assim, uma dimensão política mais explícita. Alguns países, por exemplo, têm experimentado parcerias entre equipes de design e

governos para pensar políticas públicas a partir de sistemas que possibilitem uma governabilidade mais participativa, ou seja, a partir dos desejos e necessidades dos próprios cidadãos (SELLONI, 2017; DESIGN COMMISSION, 2015). Além disso, numa perspectiva mais abrangente, podemos encontrar investigações sobre as possibilidades de um design político como abordagem para a construção do público, por meio da constituição e defesa de espaços de disputa e de dissensos (DISALVO, 2009). No entanto, apesar dessas experiências terem se demonstrado profícuas em muitos países, o arranjo entre design e questões públicas ainda parece ser uma realidade distante em muitos outros países, como o Brasil. Além disso, a inclusão de processos participativos em questões públicas parece não ser garantia de engajamento em ações coletivas, como podemos perceber em algumas tentativas de implementação de políticas cidadãs no Brasil <sup>5</sup>.

Assim, de um lado temos visto a emergência de experimentações entre práticas de design e a esfera política micro e macro que procuram constituir uma cultura política mais participativa, cidadã e democrática e, de outro, os desafios de implementação de metodologias e abordagens experimentais e não convencionais no interior de práticas políticas engessadas pelo tempo, pelas hierarquias e pelos interesses privados. Esses aspectos nos levam a refletir em que medida o design pode trabalhar a serviço de questões públicas e sociais, oferecendo abordagens capazes de fortalecer processos de democratização da democracia pela via da participação cidadã nas questões que concernem à coletividade. Mas que metodologias, abordagens e ferramentas são capazes de gerar engajamento cidadão nos debates e nas ações que podem exercer para que a produção da cidade seja, de fato, mais democrática? Em que medida essas práticas conseguem efetuar transformações sociais no sentido de colaborar para a transição de modos de vida mais sustentáveis? Será que para a efetuação de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e efetivamente engajada nos assuntos que interessam à coletividade bastaria que fossem implementados mecanismos de participação cidadã, ou isso dependeria de uma constituição prévia de cultura de participação?

Essas perguntas certamente não são simples de responder e dependem do entrelaçamento de múltiplas perspectivas. Mas se a efetuação de uma democracia plena

---

<sup>5</sup> A Constituição Cidadã proclamada em 1988 foi um importante marco histórico da construção da democracia brasileira. Baseada em concepções que procuram assegurar a universalidade dos direitos sociais, a Constituição Brasileira estabeleceu importantes mecanismos de participação como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, a tribuna popular, a audiência pública, os conselhos e assembleias populares. Uma outra iniciativa profícuas foram as experiências de orçamento participativo implementadas em vários estados do país, tornando-se uma importante referência de políticas participativas no mundo. Mas apesar do esforço de várias camadas sociais em fortalecer e consolidar essas experiências como importantes canais para a democratização da democracia, essas experiências muitas vezes se chocaram contra a estrutura rígida e hierárquica de um Estado tradicionalmente voltado para interesses oligárquicos. Com efeito, essas experiências foram sendo sistematicamente marginalizadas e excluídas dos espaços institucionais (TEIXEIRA, 2008).



depende da participação direta de cidadãos, podemos concluir que a identificação, compreensão e resolução de questões complexas, que envolvem agentes e interesses diversos, serão tanto mais satisfatórias quanto mais abertas à participação e à colaboração elas forem. A partir das reflexões apontadas sobre a construção da democracia e cidadania, seus possíveis significados e suas relações com a produção de cidade, essa pesquisa procura investigar os pontos de contato entre as práticas participativas e colaborativas do design e os experimentos políticos locais que visam a democratização da democracia. Desse modo, a questão de pesquisa procura investigar em que medidas essas práticas de design têm potencial de construção de espaços democráticos que sejam capazes de incrementar a democracia e, conseqüentemente, a construção de uma cultura política cidadã, e o inverso, ou seja, como a esfera pública e as questões sobre democracia, participação e colaboração atravessam o campo do design, provocando transformações no interior de suas práticas e metodologias. Para isso, os capítulos a seguir explorarão em primeiro lugar, as possibilidades da atuação de um design expandido para o território da cidade. Em seguida, apresentaremos o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças como uma experiência local de democracia cidadã da qual a pesquisadora participou ativamente. Por fim, examinaremos como essa experiência se desdobrou e em que medida as práticas de design se efeturaram enquanto possibilidade de construção de espaços democráticos e cidadãos.

## 2 EXPANSÕES DO CAMPO DO DESIGN

Além dos efeitos causados pela expansão do mercado, produção e consumo, os intensos processos de industrialização também deram origem a algumas perspectivas bastante críticas com relação a responsabilidade ética e social do design decorrente do reconhecimento dos impactos gerados pelo próprio campo e sua imanente relação com o sistema capitalista de produção (PAPANEK, 2006; THACKARA, 2005). As consequências da produção industrial baseadas no modelo de expansão mundial e de ampliação do lucro resultaram não apenas no aumento da produção de mercadorias e do acesso ao consumo, como contribuíram progressivamente para algumas das principais crises contemporâneas, principalmente aquelas diretamente ligadas às questões socioambientais, tais como a precarização e hiperespecialização do trabalho, a intensificação das desigualdades sociais, o uso indiscriminado de recursos, o aumento vertiginoso dos índices de poluição ambiental e o modo como a sociedade se relaciona com o consumo (MARGOLIN, 1996; PAPANEK, 2006; PEREIRA JR.; 2017).

A conscientização dos mecanismos que levam a essas crises indica a importância de uma profunda transformação no modo de se produzir e consumir no sentido de uma transição de modos de vida mais sustentáveis. Desse modo, ao mesmo tempo em que essas consequências apontam para um novo ciclo de crises e incertezas, essas transformações são fundamentais para delinear e fortalecer importantes reflexões e críticas sobre quais seriam os papéis e responsabilidades do design e algumas possíveis alternativas em seu modo de operar nesse novo contexto (PAPANEK, 2006; THACKARA, 2005). Assim, a percepção de uma crise socioambiental, bem como o reconhecimento dos impactos negativos gerados pela atividade do design, despertam, a partir da década de 1960, reflexões significativas sobre a relação do indivíduo com o meio ambiente, expandindo o debate para as possibilidades de atuação do campo mais alinhados a valores éticos e políticos que correspondessem a uma maior responsabilidade socioambiental (CARDOSO, 2000). A reestruturação produtiva que se inicia por volta dos anos de 1970 — em meio à crise urbana e econômica — expande as contradições do capitalismo para além do ambiente das fábricas. Uma importante expressão desse momento foi a explosão de insurgências sociais como as lutas por direitos civis e os movimentos sociais urbanos, indicando que as disputas, antes restritas ao local de trabalho, transbordaram para a metrópole, os territórios e a cultura (HARVEY, 2014). Já na década de 1980, o modelo desenvolvimentista de produção e consumo — adotados tanto por países centrais, como por países periféricos — passou a ser foco

de extensos debates e críticas, de onde o conceito “desenvolvimento sustentável” foi introduzido como um modelo alternativo de produção (PEREIRA JR.; 2017).

De lá para cá o processo produtivo tem se tornado cada vez mais sofisticado e não se limita apenas à produção industrial nos moldes modernos. Hoje, em decorrência principalmente dos avanços tecnológicos, dos intensos processos de globalização e da flexibilização do mercado, os processos produtivos operam de modos cada vez mais diversos e engendram profundas transformações em praticamente todas as esferas da vida (LAZZARATO, 2006; HARVEY, 2008). Nesse novo cenário, o historiador Rafael Cardoso (2013) retoma o clássico livro “*Design for the real world*”, escrito por Papanek em 1971, para falar que hoje, no século XXI, enfrentamos não apenas os desafios de um “mundo real” apontados por Papanek, tais como desigualdade social, pobreza, guerras e crises nos campos político, econômico e ambiental, mas por conta da crescente quantidade de informação que hoje circula pelas redes digitais tivemos que aprender a lidar com questões de ordem “imaterial”. Portanto, limitar-se aos problemas do “mundo real” apontados por Papanek parece ser insuficiente para abordar os desafios enfrentados em um mundo que Cardoso chama de “complexo”. Contudo, dizer que hoje nos encontramos em um mundo complexo, não significa dizer que antes ele era simples. O que o autor sugere é que, em decorrência da progressiva digitalização do mundo promovida principalmente pela expansão da internet e das redes sociotécnicas, temos acesso a mais informação, e, portanto, compreender uma questão em todas as suas perspectivas e nuances tornou-se uma tarefa ainda mais desafiadora. Além disso, os novos modos de globalização provocados pelos rápidos avanços tecnológicos engendram profundas mudanças socioeconômicas, transformando o modo de produção e a natureza do trabalho. Alguns teóricos denominam esse novo cenário como capitalismo pós-industrial ou capitalismo cognitivo, uma vez que a forma do trabalho imaterial e a produção de subjetividade têm se tornado uma das principais mercadorias em circulação (BOUTANG, 2011; NEGRI, 2003; LAZZARATO, 2006; COCCO; GALVÃO; SILVA, 2003). Isso não quer dizer que a produção industrial deixou de existir, nem que as questões relativas ao chão da fábrica tornaram-se menos relevantes. No entanto, esta fábrica difusa, cujos principais territórios estão encarnados na cidade e nas redes sociotécnicas, é capaz de produzir e distribuir diariamente uma imensa quantidade de informação e, portanto, a complexidade das questões e desafios enfrentados demandam uma abordagem mais abrangente, cuidadosa e relacional (ESCOBAR, 2016).

As transformações engendradas pelo modo de produção emergente apontam, também, para mudanças significativas no campo do Design. A conscientização dos mecanismos

complexos que constituem o mundo e os problemas que nele se inscrevem incitam designers a pensar em soluções não somente a partir dos problemas dados, mas a partir da compreensão de que as questões podem ser abordadas e reformuladas por perspectivas heterogêneas e, portanto, em disputa (DISALVO, 2012; CARDOSO, 2013). Outro aspecto cada vez mais frequente nas diferentes abordagens de design se refere às práticas de design participativo e colaborativo, ou seja, de um design feito a partir da união de forças, conhecimentos, inteligências e criatividade de diversos sujeitos, sendo eles designers ou não-designers (JÉGOU; MANZINI, 2008; MANZINI, 2008; SANDERS; STAPPERS, 2016). Todas essas transformações sugerem uma série de reflexões e atualizações de seus princípios, objetivos, funções e modos de operar. Diante das atuais estruturas produtivas e da complexificação das questões que concernem à coletividade, o design é impelido, direta ou indiretamente, a buscar novos modos de responder às recentes demandas e desafios da vida contemporânea (CARDOSO, 2013; THACKARA, 2005). Assim, o campo vem arriscando novos modos de operar para imaginar e ensaiar outros futuros possíveis, incluindo cada vez mais uma perspectiva crítica e reflexiva em sua prática (HALSE et al., 2010; THACKARA, 2005; MANZINI, 2007).

Mas se por um lado os impactos desses processos engendraram a constituição de um campo fértil de experimentações de práticas, metodologias e abordagens no campo do design, por outro, a emergência de um novo paradigma produtivo traz com ele novas questões e desafios a serem superados. Posto isto, poderia o design adaptar-se às novas demandas e contingências do atual contexto produtivo? Seria possível por meio das práticas, metodologias e ferramentas do campo do design, propor outros modos de produção, gestão, e até mesmo de pensamento na direção da constituição de modos de vida mais sustentáveis? Quais seriam esses caminhos e os possíveis papéis que caberiam a esse design “expandido”? Como veremos a seguir, algumas dessas respostas vêm sendo esboçadas por pesquisadores do campo que enxergam no design um rico potencial para se pensar e ensaiar outras possibilidades de produção na vida cotidiana para além do paradigma moderno.

## **2.1 Virada ontológica do Design**

Como vimos, o campo do Design, inserido no sistema produtivo contemporâneo, tem passado por constantes processos de revisão e atualização em um movimento intenso e contínuo de expansão. Em função dessas transformações o design vem transbordando para

além do chão da fábrica e expandindo seu campo de atuação para pensar e projetar não apenas objetos, mas os próprios processos pelos quais se efetua. Hoje, ‘fazer design’ pode implicar em uma multiplicidade de atividades, campos de atuação, metodologias e finalidades, estendendo suas práticas para pensar até mesmo a elaboração de espaços, paisagens, cidades e cultura (LATOURE, 2014). Nesse sentido, além das atualizações dos meios e métodos de abordagem do design também podemos perceber processos de ressignificação de suas funções e objetivos. Assim, as observações acerca das transformações e expansões do campo neste novo contexto nos levam a refletir sobre quais seriam as possibilidades de uma atuação voltada a responder a essas novas demandas, bem como compreender quais seriam essas outras funções, papéis e metodologias.

Numa perspectiva afinada com essas questões, o antropólogo Arturo Escobar traz em seu recente livro *Autonomia y diseño* (2016) algumas reflexões sobre o que ele chama de “virada ontológica do design”. Partindo de uma percepção acerca dos efeitos colaterais no planeta, engendrados, principalmente, pelos processos de globalização — tais como mudanças climáticas, extrativismo extensivo, conflitos sociais, políticos e econômicos — Escobar afirma que o que está em crise não é apenas um modelo econômico (capitalismo desenvolvimentista e neoliberal) e todas as suas implicações, mas aponta o modelo civilizatório da modernidade capitalista ocidental como o principal pivô de uma crise contemporânea. Assim, o antropólogo advoga a favor de uma mudança radical dos modos de vida e de produção de mundos, apontando o design como uma importante ferramenta capaz de contribuir para esse processo de transição e para a realização de formas mais comunais de autonomia. Para isso, Escobar reconhece a necessidade de uma transição também no campo, por meio da qual o design possa se descolar das tradições funcionalistas e racionalistas para se reorientar no sentido da construção de práticas mais alinhadas a uma dimensão relacional da vida.

A perspectiva da ‘virada ontológica’ a qual Escobar se refere, emerge, segundo o autor, de um movimento — ainda incipiente — no interior do próprio mundo acadêmico que critica a visão racionalista do pensamento, oriunda do regime moderno. Essa corrente de pensamento procura romper com as separações dualistas entre sujeito e objeto, mente e corpo, razão e emoção, humanos e não-humanos. Além disso, essa abordagem visa tensionar as concepções normativas de realidade, incluindo em suas reflexões uma atenção diferenciada para fatores heterogêneos e questões frequentemente negligenciadas como subjetividade, afeto, agência, “coisa”, não-humano, espiritualidade. No entanto, o antropólogo atenta para a observação de que o principal foco dessa tendência não é rejeitar completamente as noções de racionalidade e de razão, mas procurar mitigar sua posição hegemônica, descentralizando sua

importância na construção de mundos. O autor sugere, então, que essa tendência de pensamento engendra um campo ontológico político capaz de contribuir para a reorientação da tradição racionalista nas práticas culturais e sociais de modo a promover um pensamento situado e modos de vida não-dualistas, relacionais e mais comunais (Ibid.).<sup>6</sup>

Ao apontar o design como uma importante ferramenta no processo de transição do modelo civilizatório moderno para a realização das formas mais comunais de autonomia, Escobar argumenta que o design — em seu sentido amplo — é essencialmente ontológico pois todas as coisas que ele produz — desde objetos, ferramentas, serviços, tecnologias, ou mesmo discursos e narrativas — são capazes de criar modos particulares de ser, viver, conhecer e fazer. Assim, compreender o mundo pela perspectiva ontológica do design significa reconhecer que as coisas que ele projeta — tais como as tecnologias digitais — são capazes de transformar as práticas cotidianas, engendrando profundas alterações na sociedade. Em outras palavras, assim como projetamos nosso mundo, o mundo nos projeta de volta (Ibid.). Uma outra observação acerca da orientação ontológica do design consiste no reconhecimento de que ele é inevitavelmente reflexivo e político pois ao mesmo tempo em que reflete sobre os moldes tradicionais de nossa sociedade, identificando as possíveis rupturas e as oportunidades de atuação, o design imagina intervenções ainda por serem realizadas que ensejam o potencial de transformação em nossos modos de ser, explorando outras possibilidades de mundos (WINOGRAD; FLORES, 1986).

Considerando o potencial do design para a transição, Escobar (2016) argumenta em favor de uma significativa reorientação do campo de sua tradição modernista, pautada pelo funcionalismo e racionalismo, para uma prática mais alinhada com a dimensão relacional da vida. Nesse sentido, Escobar apresenta a virada ontológica do design como um caminho para se pensar estratégias de enfraquecimento da ontologia da hegemonia moderna e da existência de um mundo único para a reimaginar e construir outros mundos baseados na ideia de um pluriverso. Segundo essa concepção, o design com orientação ontológica rejeitaria o dualismo cartesiano entre sujeito/objeto, a visão do mundo enquanto objeto a ser apropriado e explorado, e uma ontologia que compreende os sujeitos como seres autônomos e independentes. Ao contrário, a virada ontológica do design procura explorar abordagens não-dualistas de conhecimento,

---

<sup>6</sup> Ontologia é definida por Winograd e Flores (1986) como um conjunto de concepções que define, histórica e culturalmente, a condição de existência de entes. Essa concepção afirma que nosso ser, nosso fazer e nosso conhecimento são definidos por nossas posições ontológicas do que o mundo é, o que somos e como conhecemos o mundo. As ontologias são resultados de nossas práticas diárias, constituindo uma visão de mundo que define certas configurações sicionaturais nos mundos. Assim, cada grupo cultural constrói sua própria concepção de condição de existência dos seres, assim como seu repertório de seres e seus relacionamentos. Disso resulta a compreensão da existência de múltiplos mundos.

compreendendo que o mundo não é “descoberto”, mas constituído relacionalmente por meio da linguagem, das malhas, dos agenciamentos e da articulação entre as coisas.

## 2.2 Design como produção de sentido

Se antes o paradigma moderno de produção industrial, inspirado pelo método científico, promovia um processo pautado por um modelo rígido de produção, hoje, no cenário de uma fábrica difusa onde proliferam novas tecnologias, novos mercados, novos comportamentos de uso e de consumo, e novas relações sociais, o paradigma pós-industrial parece apontar para um processo mais aberto a metodologias exploratórias, pelas quais múltiplas possibilidades de produção podem surgir no decorrer da própria experiência (LESSA, 2013). No entanto, ainda que esse modelo venha se tornando mais flexível, isso não quer dizer que a demanda da produtividade e a pauta da expansão do mercado tenha deixado de ser o foco da produção. Mas o que alguns autores indicam é que à medida em que esse mercado se transforma tanto os processos produtivos, quanto a natureza das mercadorias vêm ganhando novos contornos (LAZZARATO, 2006; COCCO; SZANIECKI, 2013).

Seguindo as pistas de um design em movimento é possível notar que os debates em torno das concepções de design continuam a circular e gerar intensas disputas. Um tema frequentemente abordado se refere às inúmeras concepções de projeto e às suas transformações em um contexto produtivo tão dinâmico (LESSA, 2013; KRIPPENDORFF, 1989; BUCHANAN, 1992; RITTEL, 1988; CARDOSO, 2013). Essas reflexões não se limitam a descrever e avaliar as práticas e metodologias do projeto de design, mas também procuram compreender quais seriam seus papéis, objetivos e responsabilidades em processos nos quais a tarefa de “organizar informações” para “solucionar problemas” parece ser um tema central nas metodologias de projeto. No entanto, a partir de um olhar mais cuidadoso Donald Schön nos revela que essa seria apenas uma das etapas do processo projetual (1983). Segundo o autor, além desta, poderíamos falar de uma série de outras etapas tão importantes quanto a solução, tais como a identificação do problema (*finding problem*) e a definição do problema (*problem setting*). Essas etapas indicam que o problema não seria uma questão dada, mas se formularia a partir de um processo reflexivo em um contexto ou situação específicos. Além disso, esses processos não deveriam ser limitados pela racionalidade técnica do método científico que prevê apenas uma única e verdadeira solução para um problema (CROSS, 2006). Ao contrário, o

projeto de design não pretende encontrar soluções verdadeiras, e sim soluções mais adequadas (KOLKO, 2010). Com efeito, designers poderiam elaborar mais de uma solução para um mesmo problema (LESSA, 2013). Segundo essas perspectivas, o modelo de resolução de problemas no âmbito do projeto de design não assumiria uma sequência linear, mas aconteceria de modo flexível e iterativo, na qual nessa dinâmica seriam experimentadas diversas possibilidades de soluções. Além disso, essa operação sugere um processo mais aberto e experimental no qual não apenas as soluções podem ser variáveis, como os próprios problemas estariam sujeitos a constantes revisões e atualizações (Ibid.).

Por outro lado, em decorrência do acelerado processo de sofisticação da produção, e do conseqüente aumento na quantidade de informações que nos circula, identificar, definir e solucionar problemas se tornou uma tarefa ainda mais complexa. Então, se antes designers pareciam ter um papel claro voltado à resolução de problemas, hoje, no contexto de um “mundo complexo”, as questões a serem “resolvidas” parecem estar cada vez mais abertas a ressignificações e atualizações. Logo, tomá-las como dadas e fixas pode ser uma postura pouco profícua para proposição de soluções que respondam mais adequadamente aos desafios da vida contemporânea. Considerando este novo cenário, designers são impelidos a experimentar múltiplas abordagens capazes não apenas de propor soluções técnica e economicamente viáveis, mas, antes, de elaborar uma leitura mais cuidadosa e aprofundada das situações e das relações que nelas se inscrevem (CARDOSO, 2013), procurando incluir nesse processo as diferenças, controvérsias, dissensos e disputas em jogo que constituem toda a complexidade de uma questão (DISALVO, 2012).

A respeito dos novos papéis do design, Latour, em uma palestra intitulada ‘Um prometeu cauteloso?’ (2014), proferida durante o encontro *Networks of Design* em 2008, argumenta que o design vem ganhando cada vez mais importância no cerne da produção, ampliando tanto a extensão de seu campo de atuação — da produção de detalhes de objetos para a elaboração de cidades, paisagens, cultura e natureza — como a compreensão de seu conceito — no sentido de se apropriar de mais aspectos sobre o que uma coisa é. Nesse sentido, a perspectiva da atuação de um design ao mesmo tempo ampliado e aprofundando convocaria uma compreensão mais relacional e cuidadosa do mundo e das coisas, onde designers deveriam, segundo o autor, assumir uma atitude que ele denomina pós-prometeica, ou seja, uma atitude humilde e cautelosa para reelaborar o mundo. A partir dessas reflexões Latour esboça cinco características de um design expandido: modéstia, atenção aos detalhes, habilidades semióticas, redesign e dimensão ético-moral. Uma observação interessante sobre a última característica diz respeito à relação de proximidade que Latour propõe entre o design e a política, na medida em



que, nesta relação, o design deslocaria seu olhar das “questões de fato” (*matters of fact*) — assuntos que teoricamente pertencem à esfera dos fatos e que por isso não deveriam sujeitar-se a opiniões ou conjecturas, mas serem inquestionavelmente dados por certos — para o que ele denomina “questões de interesse” (*matters of concern*), ou seja, questões e assuntos constituídos pelo entrelaçamento de controvérsias, de múltiplas perspectivas e verdades incertas sendo, portanto, questões altamente disputáveis (LATOURE, 2005). Assim, a tarefa de compreender uma questão de interesse significa para o autor, antes de tudo, reconhecer sua multiplicidade intrínseca. Interessado por uma sociologia das associações e pela Teoria Ator-Rede como abordagem para investigar mundos nos quais cada mínimo aspecto da vida se tornou uma questão de interesse, Latour convoca designers a realinhar sua atuação na reelaboração de mundos e agenciamentos possíveis. O autor aponta para a necessidade de se perceber os objetos e o próprio mundo por uma perspectiva ampliada, compreendendo as questões emergentes como um parlamento de coisas, ou seja, como um conjunto complexo de mediadores, contradições e agrupamentos que não seriam dados *a priori*, mas estariam enredados num complexo emaranhado de relações e, portanto, em constante disputa (Ibid.). Assim, para Latour (2014), o papel que caberia ao designer pós-prometeico seria encontrar os meios e as ferramentas de visualização que seriam capazes de rastrear e identificar essas relações, explicitando o que seria uma coisa em toda sua complexidade.

De modo semelhante, Thackara (2005) argumenta que para mudarmos a maneira como fazemos as coisas, precisaríamos, antes, mudar o modo como as percebemos. E para isso seria necessário aperfeiçoar ainda mais nossas habilidades sensíveis em relação ao mundo e às possíveis consequências de cada escolha que fazemos. Essa seria uma ideia próxima da atenção aos detalhes de que Latour confere ao design. Essa perspectiva levanta uma possibilidade de compreensão do projeto mais próximo de um processo exploratório — que procura levantar reflexões e questionamentos através do próprio fazer — do que de um experimento científico, cujo objetivo é levantar dados para confirmar ou refutar hipóteses. Assim, o propósito do projeto não estaria limitado em testar conjecturas de modo distanciado, mas de se envolver praticamente no mundo a sua volta.

A observação de Thackara poderia se relacionar com um conceito expressado por Ingold como “perspectiva da habitação” (*dwelling perspective*) a partir da qual ele explica que a ação de construir não deveria se restringir à aplicação pura e simples da ação humana sobre ou contra os materiais, que por sua vez daria forma aos objetos. Mas argumenta que o ato de construir seria o mesmo que habitar o mundo em seu sentido mais amplo (INGOLD, 2011). O autor propõe que a ação de criar se manifestaria a partir da atenção, da experiência e do

envolvimento prático e direto com o ambiente, ou seja, o ambiente, assim como as suas questões, se revelaria na medida do relacionamento no mundo por meio de um corpo sensível ao mesmo tempo perceptor e produtor. A partir dessas reflexões, poderíamos, então, pensar que a definição do problema, assim como a síntese projetual, seria resultado de um processo relacional com o ambiente e com as questões que dele emergem? Além disso, considerando o projeto como um fluxo contínuo, poderíamos falar de uma valorização dos processos em detrimento dos resultados finais de um projeto?

A sobreposição dessas concepções nos levanta, ainda, outras reflexões. De um lado podemos perceber que uma das tarefas do design seria identificar, definir e solucionar problemas. De outro, considerando a percepção da “complexificação” da vida, vimos que as questões não são dadas, mas construídas e atualizadas a partir do entrelaçamento de múltiplas perspectivas. Desse modo, poderíamos supor que a adequação das soluções levantadas pelo design estaria relacionada à capacidade do projeto em elaborar as questões e, portanto, de perceber os agenciamentos que as constituem, incluindo atravessamentos, dissensos e diversidades. Mas se isso significa complexificar as questões, como propor soluções que sejam capazes de responder a diversidade de interesses e necessidades implicados em um problema? E se a proposição, e eventual resolução de um problema, significa optar por uma solução, mesmo que temporária, quais seriam os mecanismos e critérios de eleição que definiriam o caminho a ser seguido? Não poderíamos dizer, então, que a tarefa do design seria encontrar mecanismos de organização e síntese voltados para a elaboração da compreensão compartilhada de uma determinada questão, ou seja, para a produção de sentido coletivo?

### **2.3 Práticas participativas e colaborativas**

Como mencionado anteriormente, a emergência de questões críticas aos efeitos nocivos da industrialização a partir da década de 1960 influíram também no campo do Design, no qual diversos pesquisadores e profissionais da área enunciavam a importância tanto da responsabilidade de designers nos processos produtivos, como da reestruturação produtiva como um caminho para modos de vida mais sustentáveis (PEREIRA JR.; 2017; PAPANEK, 2006). Além da perspectiva crítica e reflexiva sobre a produção que sugere uma reorientação da atividade do design para uma possível virada ontológica e dos processos de ressignificação das funções do projeto de design, os movimentos de expansão do campo também têm apontado para

uma outra tendência no que toca as suas práticas, ou seja, as suas metodologias, abordagens e ferramentas. Alguns teóricos apontam que os efeitos acima citados podem ser compreendidos como reflexos de intensos processos de transformação no interior do próprio modo de produção, esses engendrados pela acelerada expansão do mercado e pelo desenvolvimento e implementação de novas tecnologias (SIMONSEN; ROBERTSON, 2012). Mas além de transformarem a natureza e os modelos de produção, e de provocarem novos comportamentos de uso e de consumo, esses processos ensejam uma crescente cultura colaborativa e participativa promovida, em parte, pelas redes digitais de compartilhamento e cooperação, tais como as redes sociotécnicas e as plataformas colaborativas que operam por mecanismos de *crowdsourcing* e *crowdfunding* (ANDERSON, 2016; CASTELLS, 1999; MANZINI, 2006). Por outro lado, a emergência da demanda por participação parece apresentar raízes mais profundas do que o mero advento da tecnologia, como enunciado no capítulo 1.

Apesar de o conceito de participação estar bastante em voga nos últimos anos, essa é uma ideia que começou a ganhar força a partir das décadas de 1960 e 70, impulsionada pelas lutas sociais e pela reestruturação produtiva ocorrida em alguns países do ocidente, principalmente nos continentes europeu e americano (HARVEY, 2014). Partindo da reflexão sobre a problematização da atividade do design e da produção industrial inseridos no modelo capitalista de desenvolvimento, importantes encontros foram realizados como *O Clube de Roma* (1968), o *Design Research Society* (1962) e o *Symposium Design for Need* (1976) nos quais as discussões não se limitavam à democratização do acesso aos bens de consumo, mas demandavam responsabilidade na produção industrial e nas relações sociais. Já em 1971, o tema da participação foi destaque na segunda conferência do *Design Research Society*, no qual se defendeu as novas abordagens do campo do Design que pudessem incrementar a inclusão dos cidadãos nos processos projetuais tanto de práticas de design, como do próprio projeto político de planejamento da sociedade (CROSS, 1971).

Esses movimentos — a percepção de uma crise ambiental global, as lutas civis por mais participação nas questões sociais e políticas, a reestruturação produtiva, os novos modos de globalização, o avanço das tecnologias digitais, a emergência da produção em rede, e o crescimento exponencial de informações circulando — nos levam a supor que a identificação, compreensão e possíveis soluções de problemas tornaram-se tarefas ainda mais desafiadoras, demandando uma percepção mais cautelosa e sensível que fosse capaz de rastrear as diversas relações envolvidas nas questões em jogo. Com efeito, a percepção dos mecanismos complexos que constituem as questões de interesse traz à tona uma diversidade de agentes e interesses envolvidos, esses quase sempre em disputa. Mas como resolver essas tensões sem

que isso signifique subordinar os interesses de uns sobre os outros? Como tornar esses processos mais significativos para todos os envolvidos? Seria através da construção coletiva de um sentido compartilhado sobre o problema? Mas como compartilhar sentidos sem que isso signifique reduzir as singularidades, antagonismos e dissensos de modo a respeitar os desejos e necessidades de cada um envolvido no processo?

A partir dessas reflexões, alguns autores do campo do design vêm sugerindo que o reconhecimento e a resolução de problemas complexos da sociedade contemporânea serão melhor solucionados por meio da democratização do conhecimento e do incremento de modos participativos e colaborativos nos processos decisórios e nas ações. Rafael Cardoso (2013), por exemplo, aponta que a tarefa de solucionar problemas dependeria de algumas atitudes: a primeira diz respeito à abdicação de premissa de que os problemas são simples. Para o autor, todas as questões podem e devem ser compreendidas pela perspectiva da complexidade. Assim, as soluções para esses tipos de questões dependeriam, antes, de uma análise aprofundada e de um dimensionamento mais amplo sobre as questões em jogo. A segunda atitude é a de considerar que assim como não existem soluções únicas para um problema, a vasta possibilidade de experimentações implicaria que não existem problemas insolúveis. E a terceira atitude é de defesa da descentralização do poder de decisão sobre as questões e sustenta, portanto, que as soluções costumam ser mais eficazes quando são resultado do trabalho em equipe e em redes de colaboração. Por sua vez, o designer John Thackara (2005) aponta que o melhor meio para conseguirmos transformar a realidade seria mudarmos o modo como a percebemos, e continua dizendo que uma possível estratégia para resolver um problema complexo seria fazer o caminho contrário, ou seja, entender os mecanismos que nos levaram a entrar no problema. Além disso, o designer destaca a importância de incluir ativamente as pessoas nos processos projetuais.

Já Ezio Manzini (2006; 2008) enfatiza o potencial de transformação e inovação social por meio de práticas participativas e colaborativas do design, demonstrando entusiasmado interesse pelo que ele chama de *comunidades criativas*, ou seja, iniciativas comunitárias que criam sistemas e serviços alternativos voltados para a solução de problemas locais. Essas iniciativas costumam ser lideradas e geridas coletivamente, estabelecendo um modelo de produção do tipo *bottom-up* (de baixo para cima), ou seja, a partir de processos mais participativos e, portanto, mais democráticos (MERONI, 2007). Manzini acredita que a transição para modos de vida mais sustentáveis dependerá, em boa medida, de mudanças de comportamento e de modelos mentais na sociedade como um todo e que, para isso, seria necessário o estabelecimento de processos difusos de aprendizagem e de produção, como são

evidenciadas nas experiências das comunidades criativas. Além disso, o autor considera que o papel do design nesses contextos não se limitaria a resolver problemas, mas assumiria a função estratégica de facilitar e mediar processos, apoiando assim, a construção coletiva de sentidos compartilhados sobre as questões que envolveriam a comunidade, e consequentemente o fomento a organizações mais participativas e democráticas.

Um outro exemplo notável acerca de práticas comunitárias de gestão e resolução de problemas foi apontado pela economista Elinor Ostrom em seu livro *Governing the commons* (1990) no qual a autora demonstra, por meio de diversas experiências locais pelo mundo, a potência de comunidades autogerirem seus recursos de modo colaborativo e participativo, sem a necessidade de intervenção direta do Estado ou qualquer outra instituição privada.

Do mesmo modo, a pesquisadora Terry Irwin (2015) enfatiza a necessidade de novos modelos de pensamento e novas abordagens para resolver os problemas complexos da sociedade contemporânea, apontando o design como tendo um papel fundamental nesse processo. Assim, a autora sugere a emergência do “design para a transição” (*Transition Design*) como uma nova área de pesquisa e prática voltada para a produção de futuros mais sustentáveis que, por sua vez, dependerá de experimentações de práticas capazes de reimaginar novas infraestruturas e modelos produtivos. Além disso, a autora destaca que o foco do design para a transição reside na importância do que Manzini (2009) chama de “localismo cosmopolita”, ou seja, na articulação local-global desses processos por meio da constituição de redes de compartilhamento de informação e conhecimento. Nesse contexto designers assumiriam um papel de produzir visões de novos modos de vida por meio de processos mais abertos e experimentais, apoiados por práticas participativas e colaborativas.

Em decorrência desses processos, podemos identificar o surgimento de diversas práticas de design mais interessadas em compreender as complexas relações envolvidas nas questões em jogo, incluindo não apenas a diversidade de vozes e desejos implicados na elaboração de imagens e imaginários sobre as questões que concernem à coletividade, mas os desafios do conflito e do dissenso inerentes a elas. Mas como vimos, a elaboração dessas questões demanda abordagens mais participativas e colaborativas para que sejam capazes de incluir a multiplicidade de vozes e desejos implicados na construção de imagens e imaginários coletivos sobre questões coletivas, fortalecendo, assim, a ideia de um processo projetual mais democrático. Além disso, estimulado por práticas mais horizontais, essas práticas colocam o designer numa posição menos central e, portanto, menos autoral no projeto. A descentralização do poder de decisão no processo projetual, bem como a participação direta dos diversos atores na coelaboração das questões a serem trabalhadas trazem consigo novas

concepções de projeto. Nesse sentido temos verificado a emergência e a proliferação de diversas práticas de design interessadas no envolvimento direto dos participantes no processo projetual tais como o Design Participativo (SIMONSEN; ROBERTSON, 2012), o Codesign (SANDERS; STAPPERS, 2008), e o *Design Anthropology* (GUNN; OTTO; SMITH, 2013).<sup>7</sup>

O Design Participativo (*Participatory Design*), por exemplo, tem sua origem nas lutas sindicais contra processos de implementação de sistemas de automação na indústria na Escandinávia dos anos de 1970 e tornou-se uma referência central acerca dos processos de design que envolve o público, apresentando forte cunho político em seus processos (VENTURA; SZANIECKI; TIBOLA, 2017). Essa abordagem surge como parte de um movimento de reação aos processos de automatização das fábricas, buscando, por meio da cooperação ativa entre pesquisadores e trabalhadores, a melhoria das condições de trabalho e a democratização do acesso aos processos decisórios e produtivos por parte dos trabalhadores (SIMONSEN; ROBERTSON, 2017). Assim, o Design Participativo surgiu como uma prática voltada a reunir simultaneamente as habilidades específicas de designers e o conhecimento tácito dos participantes em um processo que procura envolver ativamente todas as partes interessadas no projeto — sejam eles empregadores, funcionários, clientes, usuários, parceiros, pesquisadores, cidadãos, etc. — para garantir que os resultados atendam às suas reais necessidades. O cerne dessa abordagem reside no reconhecimento das competências, experiências e conhecimentos de todos os agentes envolvidos no processo, bem como no acolhimento de perspectivas críticas sobre o mesmo (SANDERS; STAPPERS, 2008). Portanto, o Design Participativo poderia ser compreendido como um processo contínuo de investigação e produção apoiado por uma aprendizagem mútua e coletiva entre os diversos participantes (ROBERTSON; SIMONSEN; 2013). Além disso, Sanders e Stappers sugerem que na medida em que essa abordagem procura reunir em um mesmo projeto as habilidades específicas de designers e o conhecimento tácito dos indivíduos que serão afetados pelas transformações causadas pelo projeto, não apenas o projeto se constitui a partir de uma

---

<sup>7</sup> Ainda que os termos participar, colaborar, cooperar e cocriar sejam utilizados frequentemente como sinônimos, existe, de acordo com algumas linhas teóricas, algumas diferenciações e especificidades a respeito de cada um. Uma análise etimológica nos revela, por exemplo, que os termos colaborar e cooperar operariam o mesmo sentido, ou seja, trabalhar em conjunto (a palavra colaboração é composta pelas raízes latinas con (junto, completamente, união), *laborare* (trabalhar), mais o sufixo -ção (ação e efeito). De modo semelhante, a palavra cooperação tem origem no latim *cooperatio* e é formada pelos termos co (com, reunião, união), *operari* (trabalhar, operar), e -ção (ação e efeito). Com efeito, ambas exprimem o mesmo sentido: ação ou efeito de trabalhar juntos. Por sua vez, cocriar tem o sentido de gerar, produzir, fazer junto). Já a palavra participação exprimiria um sentido de tomar ou fazer parte de algo, o que não implica necessariamente uma ação em conjunto (do latim *participationem*, a palavra participação é formada pelos termos pars ou partis (parte, pedaço, divisão), cip (pegar, tomar, agarrar), e ção (ação ou efeito). Nesse sentido, o termo indica ação ou efeito de tomar parte de algo). Esses termos foram apropriados pelo campo do design, onde cada linha teórica e metodológica procurou definir algumas diferenças específicas sobre esses conceitos. Referências: disponível em <<http://etimologias.dechile.net/>>, <<https://www.etymonline.com/word/participation>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

experiência direta dos participantes, mas a própria experiência participativa é capaz de conferir certa autonomia aos participantes, incrementando as habilidades dos indivíduos para agir sobre seus problemas e transformar sua própria realidade (SANDERS; STAPPERS, 2008). Portanto, a partir dessas perspectivas podemos supor que o Design Participativo pode ser compreendido como um processo focado na interação social e no engajamento (SIMONSEN; ROBERTSON, 2012).

Ao longo dos anos a abordagem de Design Participativo foi se aprimorando e se desdobrando em outras abordagens como o Codesign, ou Design Colaborativo. Apesar de essas práticas apresentarem diversos pontos de contato entre si, Binder et al. (2015) apontam algumas diferenças fundamentais entre ambas, esclarecendo que, durante as últimas décadas, o foco das abordagens participativas tem mudado do ambiente de trabalho e do trabalhador, expandindo-se para a cidade e para o cidadão, assim como para questões políticas e públicas. Assim, o Codesign transborda o local de trabalho, as relações laborais e os espaços institucionais para se envolver em questões que concernem à coletividade.

Podemos perceber, também, que nessas abordagens o papel do designer é sensivelmente redirecionado de um controle do projeto e de apresentação de propostas para uma atuação mais próxima a de um mediador, provocador ou desencadeador de processos que envolverão ativamente e diretamente o público em questão (Ibid.). Nesse sentido, designers estariam focados na produção de ferramentas e meios capazes de incluir as vozes e ideias do público, ao mesmo tempo em que buscam dar visibilidade e forma a essas ideias. Ao mesmo tempo, o papel de não-designers envolvidos no processo também sofre uma significativa mudança, passando a ser compreendidos mais como parceiro, colaboradores e coprojetistas, do que como usuários. Assim, percebemos que nesse contexto os papéis passam a ser mais flexíveis e amplos (RIZZO, 2009).

Podemos dizer, então, que os experimentos de Design Participativo e de Codesign podem configurar práticas de design democrático. Autores como Aagaard et. al. (2013), por exemplo, definem o Codesign como um processo de desenhar coisas juntos (*draw things together*), compreendendo *coisas* como questões de interesse. Para esses autores, as práticas de Codesign podem ser concebidas como um laboratório — no qual as questões são exploradas e soluções experimentadas de modo mais empírico — e como um parlamento — onde os diversos interesses são negociados — caracterizando o que os autores chamam de “experimentos democráticos de design” (*democratic design experiments*). Essa perspectiva aponta para o Codesign como um processo colaborativo de experimentações e proposições baseadas nas práticas cotidianas de não-designers, consistindo, assim, na articulação de uma criatividade coletiva durante todo um processo de design (SANDERS; STAPPERS, 2008).

Desse modo, Sanders e Stappers indicam que o foco do Codesign estaria no processo e, portanto, poderia se desdobrar de diversas maneiras. Além disso, essa abordagem convoca um processo mais aberto, exploratório e criativo na medida em que estimula a criação de uma linguagem compartilhada entre designers e não-designers para que as propostas possam amadurecer e se efetuar (HALSE et al., 2010). Para esses autores, Codesign indica a criatividade coletiva aplicada através de todo um processo de design. Portanto, apesar do codesign se apoiar na tradição do Design Centrado no Usuário, do Design Participativo e do Design Crítico, podemos supor que essa experiência não é necessariamente uma prática voltada para a elaboração de produtos e serviços, mas de um tipo de abordagem que busca valorizar o processo projetual como um domínio específico da cocriação.

Analisando as novas práticas participativas e colaborativas, vimos que o design vem apresentando um significativo potencial para abordar questões complexas que envolvem uma grande gama de agentes e interesses. Para isso, essas práticas vêm experimentando modos não convencionais de especular, imaginar e “desenhar as coisas juntos” por meio da criação de ferramentas tais como protótipos, cenários e jogos. Além disso, vimos que essas abordagens vêm se aproximando cada vez mais do cenário público e político, refletindo sobre como esses processos podem ser mais democráticos e capazes de incluir os sujeitos frequentemente marginalizados pelas estruturas verticais e hegemônicas de tomada de decisão. No entanto, essas são práticas concebidas e aplicadas em contextos onde as noções de público, democracia e cidadania estão bem mais consolidadas do que em países periféricos como o Brasil. Desse modo, em que medida essas abordagens servem aos nossos desafios cotidianos? Quais são as condições necessárias para que elas possam se efetuar plenamente? Será que elas se apresentam nos mesmos moldes que as experiências de Design Participativo e de Codesign escandinavos?

No Brasil, a questão da participação política apresenta complexas raízes históricas. Mesmo tendo sido palco de importantes episódios sobre a participação cidadã na vida política, como foi o caso da implementação do Orçamento Participativo em Porto Alegre e em São Paulo, e a convocação da “Constituinte” — ambas experiências realizadas durante a década de 1980 — os limites e desafios da instauração de espaços efetivamente democráticos e da constituição de uma cultura política participativa no país parecem derivar de um longo processo histórico-estrutural que tem relação direta com o processo de construção da democracia do país. O cientista político Marcello Baquero (2001) aponta que algumas das principais matrizes responsáveis — ainda que não as únicas — pela estruturação de uma mentalidade coletiva que negligencia a construção e fortalecimento de uma cultura política



democrática, cidadã e participativa reside nos processos de como o poder político se institucionalizou no país, ou seja, um passado de instabilidades políticas e econômicas e a tradição de poderes oligárquicos e autoritários. Segundo o autor, essa herança teria influenciado um comportamento clientelista e paternalista — por parte dos políticos e das instituições — e uma suposta incompetência da sociedade para se mobilizar de modo autônomo para cobrar do Estado as garantias de seus direitos.

Apesar de uma visão um tanto pessimista acerca da construção democrática no país, e das possibilidades de uma atuação cidadã, podemos identificar algumas experimentações políticas, ainda que pequenas e incipientes, acontecendo à margem do sistema institucional. O pesquisador Clorisval Pereira Jr. (2017), por exemplo, realizou recentemente uma investigação sobre como a sociedade brasileira vem explorando a tecnologia de informação e a comunicação digital para conectar cidadãos e comunidades em torno de questões de interesse coletivo. Por meio da realização de um amplo mapeamento de plataformas digitais baseadas em tecnologias cívicas e de iniciativas de inovação social digital no Brasil, o autor alega que essas tecnologias tem demonstrado grande potencial de conectar cidadãos, comunidades e instituições públicas e privadas, uma vez que essas plataformas podem: oferecer maior transparência de dados institucionais e portanto de fiscalização; mobilizar comunidades em torno de alguma questão ou causa; construir redes de compartilhamento de informação e conhecimento, de consumo colaborativos e de compartilhamento de recursos; e fomentar projetos de financiamento coletivo.

O mapeamento e análise dessas experiências indicam que a ampliação da cultura colaborativa das redes tende a ampliar também as possibilidades de constituição de organizações sociais cidadãs pautadas por práticas descentralizadas e sem uma hierarquia rígida, pela cooperação e pelo compartilhamento, e que, portanto, pode indicar novos cenários de democracia digital (Ibid.). Mas como o design pode contribuir para a construção de espaços democráticos, para o exercício da cidadania ativa e para a democratização da democracia para além do território digital?

### 3 CÍRCULO DE CIDADANIA DO BAIRRO DE FÁTIMA E VIZINHANÇAS

Nos capítulos anteriores nos debruçamos sobre a construção dos conceitos que alicerçam esse trabalho. Traçado o plano genealógico das teorias, partiremos agora para o campo da prática no qual vamos rever e analisar alguns desses conceitos a partir de uma perspectiva local e territorializada na experiência de democracia realizada no âmbito do Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças (CCBFV) entre os anos de 2015 e 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Mas antes de nos lançarmos na empreitada de percorrer essa experiência micropolítica, procuraremos relacioná-la ao cenário macro do qual ela surge: a onda de protestos que tomou as ruas do país 2013<sup>8</sup>. Não temos a pretensão, contudo, de dar conta da complexidade dos acontecimentos que se sucederam no Brasil em junho 2013, muito menos de esgotar as possíveis causas que os levaram a eclodir e seus efeitos sobre as estruturas políticas do país. Mas pretendemos, por meio de um breve arranjo entre notícias e discursos, traçar minimamente algumas linhas do plano de imanência do qual emerge o CCBFV para entender algumas condições de sua existência bem como seus movimentos, desejos, aspirações e modos de operar.

Figura 1 – Encontro semanal do CCBFV na pracinha do BF em novembro de 2015



Fonte: arquivo pessoal, 2015.

---

<sup>8</sup> Para se aprofundar sobre as causas e efeitos desse momento no Brasil que ficou conhecido como “Jornadas de Junho” sugerimos as seguintes leituras: MARICATO, E. et al., 2013; CAVA, B.; COCCO, G., 2014; MORAES, A. et al., 2014; JUDENSNAIDER, E.; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P., 2013.

### 3.1 Preâmbulos: 2013, multiplicidade e desdobramentos

#### 3.1.1 As pradarias

Não é de hoje que o Brasil enfrenta graves problemas de ordem social, econômica e política, nem é novo o fato de a população arriscar a própria pele colocando seu corpo na rua em numerosos atos contra (ou a favor) de pautas que o afetam diretamente em seu cotidiano. As lutas por igualdade social são históricas e denunciam a violência diária que afeta quase sempre as chamadas minorias e as camadas mais pobres da população. Mas o que essas disputas revelam não é apenas a condição de precariedade em que vive boa parcela da população mas, uma certa tensão entre o sistema de exploração capitalista e o funcionamento de um Estado que garanta os direitos civis, políticos e sociais previstos na Constituição, como aponta o jurista e professor de direito da USP Jorge Luiz Souto Maior (2013). Nas palavras de Maior, “os conflitos sociais decorrem de um conjunto brutal de ilegalidades cometidas pelos poderes públicos deste país (União, estados e municípios), ao não fazerem valer, em concreto, os direitos consagrados constitucionalmente.” (Ibid. p. 85). As ilegalidades a que Maior se refere são muitas, e, segundo o autor, são tramadas no conluio Estado-Mercado pautado por políticas neoliberais e desenvolvimentistas e que privilegiam os interesses de uma classe “superior”, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e o aumento do lucro das grandes corporações.

A partir dessa reflexão e das análises apresentadas nos capítulos anteriores, podemos perceber que as crescentes insatisfações e crises atuais não surgiram do nada e nem são frutos de questões recentes unicamente. Elas são carregadas de história ao mesmo tempo em que são deflagradas pela conjuntura das condições da cidade. Condições essas que correspondem, segundo alguns autores, a uma agenda urbana neoliberal do capitalismo globalizado, da governança e das nebulosas parcerias público-privadas que colocam em risco as instituições democráticas, a constituição da cidadania e a solidariedade social (HARVEY, 2013). As condições da cidade revelam, portanto, um cenário hostil que inflama os conflitos sociais e no qual as lutas tiveram de se modificar para conseguir enfrentar os poderes vigentes. E sob uma aparente prosperidade, as nossas pradarias foram ressecando...

### 3.1.2 A fagulha

Chegamos em 2013 e junto com ele muitos desafios a serem superados. Vimos, até agora, que a questão social do país insinua uma íntima relação com a questão urbana. Segundo Harvey (2014), o modo como as cidades vêm sendo geridas por pelo menos quarenta anos — pautada por políticas públicas neoliberais, desenvolvimentistas e excludentes — agravou ainda mais os problemas sociais já existentes. Além do mais, a lógica empresarial que transforma a cidade em mercadoria alcançou seu ápice quando o país foi escolhido para sediar consecutivos megaeventos como os Jogos Panamericanos (2007), a Copa das Confederações (2013), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Uma das grandes contradições desse ciclo foram os sucessivos cortes de investimento sofridos pelos serviços públicos (saúde, educação, transporte, moradia) contra onerosos gastos em infraestrutura favorecendo grandes corporações<sup>9</sup>. O saldo disso tudo foi uma cidade segregada, uma grande parcela da população expropriada de seus direitos básicos e o acúmulo de graves escândalos políticos (MARICATO et al., 2013).

Nossas pradarias já se encontravam demasiadamente ressecadas. Bastaria uma fagulha para que uma das maiores revoltas populares da história do país fosse deflagrada (MARICATO et al., 2013; CAVA; COCCO, 2014; JUNDENSNAIDER et al., 2013).<sup>10</sup> Em oposição ao espanto causado por seu “imprevisto” acontecimento, o detonador das chamadas Jornadas de Junho não surgiu do nada, como esclarece Rolnik (2013): a “fagulha” se constituiu a partir de uma nova geração de movimentos urbanos articuladas em rede e mobilizadas na rua. De acordo com diversos autores, foi o aumento na tarifa dos transportes públicos em várias capitais do país que deflagrou a onda de protestos que se sucedeu em 2013 nas ruas do Brasil, desestruturando uma aparente prosperidade na qual o país vivia, e revelando, segundo Rolnik, “uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos.” (ROLNIK, 2013, p. 6).<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, novembro de 2015. Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão. Disponível em: <[https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015\\_-\\_portugues.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf)> Acesso em 16 mar. 2018.

<sup>10</sup> Além das indicação de livros que analisaram os acontecimentos de 2013, a página de *Wikipedia* dedicada aos ‘Protestos no Brasil 2013’ ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_no\\_Brasil\\_em\\_2013#cite\\_note-Braziliense\\_2M-1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013#cite_note-Braziliense_2M-1)) conta com uma vasta compilação de mais de 350 referências de notícias de jornais, revistas e blogs nacionais e internacionais, demonstrando a abrangência e importância desse ciclo de manifestações no país. Acesso em 16 mar. 2018.

<sup>11</sup> Infográfico produzido pelo portal G1, elaborado em 28/6/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>>. Acesso em 16 mar. 2018.

Fundado em 2005 como uma organização autônoma e horizontal cuja pauta reside na luta pelo do transporte público de qualidade e gratuito (tarifa zero), o Movimento Passe Livre (MPL) convocou os primeiros protestos em São Paulo<sup>12</sup>, e por isso é apontado por alguns autores como o pivô das manifestações, tornando-se um dos principais atores durante, principalmente, a primeira fase dos protestos (SECCO, 2013; PESCHANSKI, 2013). Para o MPL, os motivos que desencadearam a convocatória das primeiras manifestações nunca foram apenas os vinte centavos, mas o entendimento de que o direito de ir e vir, possibilitado pelo transporte público, é de fundamental importância na medida em que garante às classes menos favorecidas o acesso aos demais serviços públicos e à riqueza da cidade, sendo portanto uma questão transversal a outras pautas urbanas, como moradia, cultura, saúde e educação (MPL-SP, 2013).

### 3.1.3 O incêndio

Durante o que se chamou de ‘primeira fase das manifestações’, os primeiros atos pela revogação do aumento das passagens realizados em São Paulo, nos dias 6, 7 e 11 de junho de 2013 contou com uma reduzida participação popular e pouca cobertura da mídia (SECCO, 2013). Ainda assim, a resposta das autoridades foi truculenta às reivindicações populares e graças ao uso das redes sociais e do apoio da mídia independente, as notícias sobre a violência contra manifestantes se espalharam rapidamente, convocando mais cidades a se solidarizarem com o movimento (CAVA; COCCO, 2014). A violência reportada pelos manifestantes e a recriminação dos protestos por parte da mídia fez com que mais cidades aderissem ao ato no dia 13 de junho. No entanto, a violenta repressão policial nessas manifestações desencadeou uma repercussão ainda maior nas redes dando início à chamada ‘segunda fase das manifestações’. A comoção gerada contribuiu para uma forte onda de solidariedade popular às manifestações, resultando no aumento exponencial do número de participantes nos atos seguintes, tendo seu ápice no dia 20 de junho com a participação de quase 2 milhões de pessoas em 438 cidades espalhadas no país.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Infográfico produzido pelo jornal Estadão, veiculado em 13/6/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/cidades,em-uma-semana-quatro-protestos-contr-aumento-da-tarifa-em-sao-paulo,196224>>. Acesso em 16 mar. 2018.

<sup>13</sup> LEAL, A. Quase 2 milhões de pessoas participaram de manifestações em 438 cidades. EBC, 21/6/2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

Mas à medida em que as manifestações ganhavam abrangência geográfica e a adesão de mais e mais pessoas, o escopo das reivindicações foi ganhando novos contornos (SECCO, 2013). E assim, a pauta da mobilidade urbana foi se entrelaçando a outras agendas como os megaeventos, remoções, gentrificação, limpeza social, violência policial, PEC 37, corrupção, entre outras (ROLNIK, 2013; VAINER, 2013). Nesse ponto é importante destacar que dado seu caráter heterogêneo, sua abrangência geográfica e a velocidade com que se espalhou pelo país, as Jornadas de Junho não apresentavam uma voz uníssona e uma pauta única. Mas demonstravam, de um lado, demandas progressistas e libertárias em defesa da igualdade social, enquanto de outro, podiam ser ouvidos discursos pautados pelo conservadorismo e pela violência (ROLNIK, 2013).

Numa chave de leitura semelhante, Bruno Cava, Giuseppe Cocco (2014) e Barbara Szaniecki (2013) examinam os levantes de junho pela perspectiva da multidão. Eles compreendem que, diferentemente das tradicionais mobilizações convocadas por partidos, comitês de liderança e movimentos sociais rigidamente hierarquizados que tendem a uma centralização e homogeneização das pautas, as manifestações de junho se constituíram a partir de mobilizações auto-organizadas e em rede, conectadas entre si pelo território social de modo horizontal. Nesse sentido, apesar da multiplicidade das pautas, elas se aproximam umas das outras na medida em que se colocam lado a lado em defesa de uma metrópole comum.

A leitura sobre as demandas colocadas nas ruas deve ser compreendida como mais do que a simples soma das partes e justamente por isso autores como Slavoj Žižek (2013) apontam para a prevenção contra os essencialismos e a totalização das pautas. Para o filósofo o teor das manifestações não poderia ser reduzido a um único objetivo — como por exemplo, a luta pela redução no preço das passagens de transporte — que, uma vez alcançado, encerrasse os protestos, devolvendo à população uma sensação de bem-estar. Ele alega que a maioria dos manifestantes compartilhava de um sentimento comum de desconforto diante da conjuntura do país, e que isso sustentaria demandas singulares, resultando num concerto dissonante de vozes, desejos e palavras de ordem. Essa observação fica evidente quando mesmo depois da revogação do aumento das passagens em mais de cem cidades do país as manifestações não cessaram, deixando na mão de todos aqueles que buscavam compreender os acontecimentos um enigma bastante complicado de ser desvendado<sup>14</sup>. Afinal, o que queriam os manifestantes? E o que a resposta “não são só 20 centavos!” queria dizer?

---

<sup>14</sup> Lista de cidades que tiveram redução na tarifa de transporte. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-quais-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html>>. Acesso em 17 mar. 2018.

### 3.1.4 O arrefecimento

Conforme as demandas populares se expandiam e se diversificavam, ficava cada vez mais difícil de serem definidas e, portanto, de serem respondidas pelos poderes instituídos — governo, oposição, imprensa, intelectuais e polícia. Em um primeiro momento, a reação da imprensa e do próprio governo foi de desqualificar os protestos, construindo discursos depreciativos que justificassem de algum modo a ação violenta da polícia sobre os manifestantes (VIANA, 2013). No entanto, o conjunto heterogêneo de forças que ocupou as ruas em diversas cidades no país, a disputa de cartazes e bandeiras e a rebeldia de parte dos manifestantes, ganhou, graças à potência das redes, outros canais de expressão, contando não apenas com forte apoio popular nacional, mas gerando grande repercussão internacional.

Por conta da expansão das pautas e de sua abrangência geográfica, a mídia de massa não conseguiu controlar a multiplicidade dos protestos, e se viu impelida a rever seu posicionamento. Ao invés de reprimir, passou a apoiar as manifestações, contanto que ela pudesse, agora, construir e inserir sua própria pauta (SECCO, 2013). Nesse momento começou a ocorrer uma mudança no discurso geral das manifestações, e na direção que elas começaram a tomar dando indício a um processo de forte disputa pela narrativa (ROLNIK, 2013). De um lado uma pauta popular organizada de baixo para cima, como foi a do MPL. De outro, uma pauta de massa totalizante, com forte apelo publicitário, feita de cima para baixo, reduzia praticamente todas as controvérsias à questão da corrupção. Acompanhando o giro ideológico e a fragmentação da pauta de reivindicações, os atos que se sucederam após 20 de junho contaram com um aumento significativo no número de cidades que passaram a compor os protestos. Por outro lado, o número de manifestantes nas ruas caiu significativamente. Segundo Secco (2013), o principal fator responsável pelo arrefecimento das Jornadas de Junho não foi apenas a dura repressão policial ou as medidas paliativas tomadas pelo governo, que respondiam em certa medida a algumas das demandas colocadas nas ruas e sim a apropriação dos discursos pela velha mídia que construiu no vulto da corrupção o mote de sua expressão. No entanto, como nos aponta Žižek, a disputa pela interpretação do teor dos protestos não seria apenas de cunho epistemológico, mas se complexifica na medida em que torna-se uma disputa interna e ontológica, que diz respeito ao entendimento do que é inerente ao próprio movimento dos protestos e aos sujeitos que dele fazem parte (ŽIŽEK, 2013). Isto é, os protestos e suas pautas estão em disputa, e se o campo dito progressista criminaliza as

ruas e os sujeitos com determinadas pautas, as ruas acabam sendo tomadas pelo campo conservador com outros sujeitos e outras pautas.

Ainda com relação ao conflito gerado pela interpretação das origens e sentidos das manifestações, dois pontos podem ser destacados como fortes indicadores do processo de esvaziamento das ruas. O primeiro, mais óbvio, teria sido a desqualificação das lutas seguida da interpretação da violência pela mídia hegemônica. Isso contribuiu para a criminalização de parte dos protestos e para a legitimação do uso da violência policial na contenção dos manifestantes (SECCO, 2013). O segundo e mais difícil de ser percebido, reside na construção de um único e grande inimigo responsável pelas mazelas do país: a corrupção (LIMA, 2013). O jornalista e sociólogo Venício A. de Lima levanta o seguinte paradoxo: de um lado é ainda a velha mídia, consolidada e hegemônica, o maior meio de expressão capaz de dar visibilidade pública e continuidade aos acontecimentos, tornando-os parte do espaço formador de opinião. De outro, a recente construção de uma cultura política no Brasil tem sido pautada pela mídia de massa para desqualificar sistematicamente as instituições e os atores políticos. Portanto, para Lima, se é a construção de uma cultura política que justifica a indignação de uma parcela significativa da população na identificação da corrupção, é ela mesma que coloca em risco o próprio regime democrático. A condenação — alimentada pela velha mídia e levada adiante por parte dos manifestantes — das instituições e partidos políticos e até mesmo de bandeiras levantadas por movimentos sociais transformou as manifestações em um campo de batalha não mais partidário como havia sido em sua origem, mas em uma verdadeira guerra antipartidária, que culminaria na polarização entre “petralhas” e “coxinhas” sob o espectro do fascismo (SECCO, 2013).

Os motivos que levam a velha mídia à cooptação das pautas, consistem, segundo Lima (2013), no monopólio das vozes que podem falar e na desconstrução de importantes direitos sociais conquistados ao longo do processo de redemocratização do país. Nesse sentido, tanto o bloqueio de vozes no debate público, quanto a desconstrução dos conceitos sobre direitos sociais abrem brechas para medidas cada vez mais neoliberais, como vimos recentemente no processo da reforma trabalhista. No entanto, Lima nos alerta que a “crise de representação política” não poderia ser reduzida apenas à questão da corrupção, mas reflete o esgotamento das formas tradicionais de representação democrática, seja pelas instituições, seja pelos meios de comunicação. Nessa lógica, o autor finaliza sua análise chamando a atenção para a necessidade de uma reforma política que inclua em suas pautas a regulação e o fortalecimento da transparência dos meios de comunicação, que verdadeiramente possa abrir espaço para o



debate público, acolhendo a diversidade de vozes, pautas e desejos, tornando-se um canal capaz de representar a população democraticamente.

### 3.1.5 O deserto

Em uma fala apresentada em 2015 no VII encontro da série de Colóquios “Depois de junho: movimentos, impasses e novas instituições” promovido pela Universidade Nômade com o tema “Esquerda Remix: redes, ruas, laços, círculos”, o sociólogo Marcelo Castañeda<sup>15</sup> avalia o desfecho das Jornadas de Junho a partir da perspectiva de fechamento da “brecha democrática” proposta por Giuseppe Cocco e Alexandre F. Mendes (2014), deixando a população numa condição que Bruno Cava (2013) denominou “deserto de possibilidades”. Essa reflexão nos convoca a explorar um território ambíguo de interpretações que juntas constituem uma outra ideia: ao fixarmo-nos na imagem do deserto podemos compreendê-la como uma analogia a um terreno árido, ermo, inerte e despovoado. Estas seriam as condições nas quais a população estaria entregue à letargia e ao abandono da própria sorte. No entanto, o deserto aqui se coloca enquanto um paradoxo uma vez que ao acionarmos a imagem do vazio ela contém em si as possibilidades de seu preenchimento. Portanto, o deserto aqui proposto não se reduz à impossibilidade da vida, pois, mesmo no deserto, nascem flores.

Nesse sentido, apesar de aparentemente encerrado o ciclo de protestos de 2013, as manifestações de junho conseguiram, de algum modo, introduzir fissuras no interior da estrutura política e da democracia representativa. Contudo, para além da desestabilização de uma suposta ordem política, social e econômica, esses protestos nos apontaram também pistas para outras possibilidades ou modos de fazer política. Como exemplo Raquel Rolnik (2013) destaca a atuação do MPL que, mobilizada de baixo para cima e pautada por princípios de horizontalidade, fez renascer a chama da autogestão e da gestão popular. Apesar de não ser novidade, esses diferentes meios e modos de fazer política compreendem a cidade ao mesmo tempo como território e arma de disputa e, nesse sentido, tomam as ruas como objetivo e método na retomada dos espaços urbanos (MPL, 2013). Instaurados a partir de práticas coletivas e de processos que visam a democracia, a consequência pode levar à transformação

---

<sup>15</sup> CASTAÑEDA, M. Esquerda Remix: redes, ruas, laços, círculos. In: VII Encontro da série de colóquios “Depois de junho: movimentos, impasses e novas instituições”, 10/9/2015, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rede Universidade Nômade, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vg58xb99h3A>>. Acesso em 21 mar. 2018.

radical dos espaços públicos, constituindo um campo fértil para experimentações políticas, sociais, econômicas e culturais, para além da dicotomia direita-esquerda. Nesse sentido, a ocupação dos espaços urbanos e a gestão coletiva direta e autônoma de seus fluxos, mesmo que temporária, se coloca como símbolo e potência para outros modos de fazer política, e ensaiam, segundo o MPL, outros modos de vida na medida em que é capaz de reorganizar o transporte, a cidade, e a própria sociedade (Ibid.). Em outras palavras, a ocupação dos espaços urbanos se realiza não apenas como territorialização das disputas pelo direito à cidade, mas enquanto princípio, meio e fim político.

Outra possibilidade de leitura levantada por Rolnik justifica esse fenômeno como uma resposta da população a seu paulatino processo de afastamento da vida pública. Com efeito, a ocupação, reorganização e gestão dos espaços públicos seria também movido por um desejo de reapropriação das pautas públicas e de maior participação nos processos decisórios na política que concernem questões coletivas. Em suas palavras, “aqueles que são alijados do poder de decisão sobre seu destino tomam esse destino com seu próprio corpo, por meio da ação direta.” (ROLNIK, 2013, p. 8).

Retomando a reflexão sobre o encerramento da brecha democrática e o conseqüente deserto de possibilidades no qual nos encontramos, podemos pensar ações alternativas para irmos além das marcas deixadas em 2013, evitando os vieses do senso comum. No esforço de esboçar possibilidades Castañeda nos lança algumas provocações interessantes. Em primeiro lugar, o sociólogo afirma o lugar do risco como uma necessidade imanente ao processo de descoberta do novo. As saídas só se mostrariam na medida em que abandonássemos as ideias seguras e nos colocássemos disponíveis ao desconhecido. Em segundo lugar, ele nos chama a atenção para a questão das identidades. Se por um lado elas afirmam e justificam ações, por outro elas confirmam o *status quo*. Nesse sentido ele defende a renúncia de uma identidade de esquerda, que segundo ele, se tornou tão institucional, engessada e autoritária quanto a própria direita. Portanto, ele nos convida de um modo um tanto radical a evocar a morte da esquerda tal qual a conhecemos. Mas como poderíamos matar essa esquerda sem cairmos na identificação com a direita, o centro, ou qualquer outra forma de partido instituído que possa minar a possibilidade do novo?

A sugestão oferecida por Castañeda se realiza essencialmente numa mudança de perspectiva. Precisaríamos, antes de mais nada, desfazer a polarização direita-esquerda sem que isso signifique cair numa espécie de “centrismo”. Assim, ele propõe uma mudança de perspectiva para “em cima-embaixo”. Nessa outra concepção a esquerda não poderia mais se realizar nas instituições, mas embaixo junto com aqueles que estão nas lutas. Portanto, o terreno incerto de um futuro disputável não estaria apenas nas mãos dos representantes

políticos, líderes, visionários e profetas, mas pertence também aos sujeitos dispostos a não só imaginar, mas a realizar o futuro com as próprias mãos. Do mesmo modo o MPL (2013) afirma que a gestão popular só pode ser realizada por meio da ação direta dos trabalhadores sobre o cotidiano da cidade, participando diariamente de mobilizações e debates que concernem a coletividade e assumindo, assim, as rédeas da própria vida.

### 3.2 No vácuo de 2013

Caminhar pelas dunas áridas do deserto pode ser uma tarefa árdua para os humanos. Diante de uma circunstância tão hostil, esperaríamos, talvez, encontrar um oásis onde pudéssemos nos refrescar e recompor nossas energias. Mas os oásis não passam de miragens, paisagens inalcançáveis cada vez mais distantes a cada passo que damos em sua direção. Quanto mais as perseguimos menos tangíveis parecem se tornar; se esvaem como as dunas que se movem com o vento. Ainda assim, a vida no deserto insiste em acontecer. Ela reinventa suas estratégias de sobrevivência para continuamente se adaptar à escassez. Assume formas e modos pouco convencionais capazes de abrigar riquezas e belezas quase invisíveis ao olhar desatento do viajante. No deserto, onde a vida parece impossível, manifestam-se forças que operam por persistência, resistência e resiliência na luta diária por sua continuidade.

As instituições políticas de representação popular se assemelham, de certo modo, aos inatingíveis oásis. Muitas vezes simulam as aparências da participação democrática, mas não conseguem se realizar em sua plenitude. São castelos de areia, verticais e austeros, cujas estruturas, pouco a pouco, se desfazem com o vento. No entanto, longe dos holofotes midiáticos, é possível encontrar outras forças políticas, diversas e múltiplas, se movimentando à margem do sistema político, embaixo com aqueles que lutam. Apesar de não serem novidade, nas últimas décadas tem sido cada vez mais frequente encontrar experimentações de práticas econômicas, sociais e políticas baseadas em modos coletivos de governança democrática e de decisão comunal, oferecendo à vida urbana alternativas aos atuais modelos institucionais (HARVEY, 2013; MERONI, 2007; JÉGOU; MANZINI, 2008).

Interessadas, muitas vezes, pela construção de uma coesão social acionada por práticas que incrementem a participação cidadã, essas experiências levantam de algum modo a valorização do debate sobre as políticas do cotidiano, sobre a gestão autônoma da vida coletiva e, conseqüentemente, sobre a produção da cidade. São experiências, por exemplo, de

orçamento participativo, associação de moradores, coletivos comunitários, frentes culturais, assembleias populares, comunidades sustentáveis, etc. Cada uma dessas iniciativas procura estabelecer seus próprios meios e modos de articulação e gestão, enquanto algumas se organizam com o propósito de fiscalizar e pressionar os órgãos de representação pública a responder adequadamente aos anseios e necessidades da sociedade (JUNIOR; FARBIARZ; SPITZ, 2016), e outras estão muitas vezes interessadas na ação direta que os cidadãos podem exercer no espaço onde vivem (ROSA, 2013).

É particularmente interessante notar que muitas dessas iniciativas são concebidas e articuladas de forma autônoma pela própria sociedade civil, apresentando pouco ou nenhum vínculo com instituições, órgãos ou partidos políticos (MERONI, 2007; ROSA, 2013). Podemos ver, por meio de seus múltiplos modos de manifestação, que o discurso sobre a democratização da democracia não se limita à defesa da participação cidadã nos processos de tomada de decisão, mas, argumenta a favor de uma abertura política à participação popular nas proposições e elaborações das questões que concernem à coletividade, e que responda a suas próprias demandas, propondo novas formas de atuação e gestão na e com a sociedade. Por essa perspectiva, podemos perceber que esses movimentos têm apresentado, de algum modo, uma importante chave de leitura para compreender estratégias e táticas para o fortalecimento do exercício de uma cidadania plena, os desafios que envolvem práticas horizontais e processos participativos, as possibilidades de gestão autônoma e popular, e as perspectivas sobre direitos e responsabilidade sociais — individuais e coletivos — especialmente no que tange a questões sociais emergentes.

Harvey (2013) analisa a abundância dessas práticas emergentes como um processo consequente da descentralização do poder necessária ao pleno desenvolvimento neoliberalista. Por serem marginais e/ou marginalizadas, não disputam, necessariamente, a centralidade política, mas lutam pela descentralização do direito à cidade. No entanto, Harvey destaca a importância da redução das práticas privatizantes — próprias dos objetivos neoliberais — para que seja possível a criação de espaços políticos de participação democrática. O direito à cidade, como já mencionado, não deve ser limitado ao acesso àquilo que já está dado, mas se efetua plenamente na medida em que podemos ativamente transformá-la mais de acordo com nossos desejos e demandas.

Outro ponto interessante tocado por Harvey (2013) se refere mais aos processos de subjetivação no espaço urbano. Para ele existe uma relação imanente entre a ideia da cidade que queremos e o tipo de pessoa que desejamos ser. Nesse sentido, o direito à cidade revela uma nova camada pois na medida em que mudamos à cidade, transformamos a nós mesmos e

vice-versa. Portanto, o direito à cidade é um direito de liberdade de produzir a si mesmo, uma possibilidade de aprender e desenvolver seus próprios modos de subjetivação singular e de se relacionar com a diferença. Assim, as experimentações de práticas políticas alternativas urbanas, que operam por princípios de horizontalidade e valorização das singularidades, se colocam enquanto oportunidade para aprendermos a transformar a qualidade das relações coletivas de produção a partir de nossos próprios processos de singularização.

O planejamento urbano, feito sob diretrizes neoliberais, aplaina as ranhuras e rugosidades da cidade, reduzindo as diferenças e singularidades a exceções frequentemente excluídas do projeto. Portanto, talvez a produção de cidade não devesse ser tratada como um projeto industrial, totalizante e totalizado. Um projeto de cidade, em toda sua complexidade, será quase sempre insuficiente para dar conta de todas as demandas, pois são tantas as variáveis que podemos dizer que mais existem exceções do que regras. Bastaria considerarmos que não se trata apenas da elaboração e construção de infraestrutura, edifícios e ruas. Mas a cidade é composta também por pessoas, e, portanto, se torna uma máquina de produção de subjetividade. Além disso o projeto não se encerra em si, está sempre inacabado, em processo contínuo de transformação. De todo modo, em maior ou menor grau de velocidade e intensidade, podemos perceber em nosso cotidiano os efeitos da macropolítica urbana nas práticas do cotidiano. Por outro lado, o que essas experiências alternativas nos colocam é a possibilidade de pensar em que medida — se é que o fazem — as práticas micropolíticas são capazes de se capilarizar no tecido social e “contaminar” a política macro. Ou, como questionado por Harvey (2013), como essas inovações poderiam ser reunidas de modo a servir como uma alternativa viável ao neoliberalismo de mercado? Considerando essas possibilidades e os processos de expansão de atuação do campo do design, qual seria o papel de um design de cidade neste contexto?

### 3.2.1 CCBFV: quem estamos sendo?

Além das muitas marcas deixadas pelos protestos nas ruas e redes do Brasil, as Jornadas de Junho de 2013 fortaleceram, em parte da população, um desejo de fazer política na prática, pautada por uma atuação democrática mais direta, fora dos moldes da representação tanto quanto fosse possível. A vontade por mais participação na vida política não se refere

somente a novos modos de partilhar as decisões tomadas a nível institucional, mas procuram, também, tornar a esfera política mais próxima do cotidiano do cidadão comum.<sup>16</sup>

Para refletir sobre essas questões, após a repressão dos protestos contra a Copa do Mundo e a restauração da ordem promovida pelas eleições de 2014, um grupo de pessoas ligadas à *Universidade Nômade* imaginou uma outra possibilidade de participação na vida política<sup>17</sup> a partir de um acontecimento que ficou conhecido como as “acampadas dos indignados da praça” durante o 15M na Espanha<sup>18</sup>. Esse movimento instaurou, mesmo que temporariamente, ágoras populares para discutir o futuro da política do país por meio da ocupação territorial das praças públicas. As ocupações e assembleias se espalharam pelo país fortalecendo um movimento popular que se tornou a base do então emergente partido “Podemos” e que culminou com a candidatura de cidadãos comuns nas eleições municipais de 2015.<sup>19</sup>

Inspirados pelas conquistas cidadãs espanholas, algumas pessoas reunidas pela *Universidade Nômade* em seus eventos, decidiram experimentar algo semelhante aqui no Brasil, que, ao mesmo tempo, pudesse fortalecer as lutas cidadãs a partir de um espaço político inclusivo, mas que não fosse reduzido à ordem da representatividade das instituições. Frutos desses desejos, os Círculos de Cidadania surgiram como uma dessas múltiplas iniciativas locais de experimentações políticas alternativas no território da cidade. Formaram-se, então, círculos como o “Laranja” (mobilizado pelos garis em greve no Rio de Janeiro); o “Branco” (formado por profissionais da saúde); o Vermelho (composto por bombeiros); e o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima, de caráter territorial. Além desses, a experiência também se disseminou para São Paulo, Salvador e Porto Alegre.

---

<sup>16</sup> Alguns exemplos de iniciativas realizadas na cidade do Rio de Janeiro nesse período foram: Assembleia Popular do Largo do Machado, Assembleia Popular da Cinelândia, Assembleia Popular do Centro, Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças, Círculo Laranja, Círculo Branco, Comissão Popular de Investigação dos ônibus e o Norte Comum.

<sup>17</sup> A partir dos impasses políticos vividos no Brasil, a Universidade Nômade deu início a uma série de debates que procurava discutir novas formas e métodos político a partir de uma democracia mais direta. Assim, em novembro de 2014 o coletivo realizou o “Queremos: lutas, desenvolvimentos e instituições do comum”, evento dentro do ciclo de colóquios Korpobraz na Casa de Rui Barbosa (<http://uninomade.net/tenda/queremos/> e <https://www.facebook.com/events/299195456955260/>). Foi nesse contexto que a ideia dos Círculos de Cidadania começou a se delinear, onde a Uninômade deu o pontapé inicial para a formação dos Círculos que surgiram a partir de 2015, como o CCBFV e o Círculo Laranja (<http://uninomade.net/agenda/imersao-circulo-de-cidadania-rio/> e <http://uninomade.net/agenda/formacao-do-circulo-laranja/>). Acesso em 3 jul. 2018.

<sup>18</sup> Para mais informações sobre o movimento das Acampadas, acessar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_de\\_2011\\_na\\_Espanha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_de_2011_na_Espanha), <https://www.esquerda.net/dossier/espanha-movimento-15-m> e [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/05/110521\\_espanha\\_suite\\_ji](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/05/110521_espanha_suite_ji). Acesso em 3 jul. 2018.

<sup>19</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/15/internacional/1431679318\\_951340.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/15/internacional/1431679318_951340.html). Acesso em 3 jul. 2018.

### 3.2.2 Identidade

Fundado em abril de 2015, o CCBFV surgiu da iniciativa de Marcelo Castañeda e Mariana Mayerhoffer; ambos moradores do Bairro de Fátima — região localizada entre ao bairro da Lapa e o centro da cidade do Rio de Janeiro — ou BF, como é carinhosamente apelidado por seus moradores. Em uma apresentação feita no 7º Colóquio da série *Queremos: para além da forma partido*, organizado pela Universidade Nômade e realizado em setembro de 2015 na Casa de Rui Barbosa, Mariana lembra que o primeiro encontro do grupo se deu a partir de uma postagem “despretensiosa” no *Facebook* e de alguns convites feitos pessoalmente a conhecidos. A partir dali, os encontros foram se realizando, inicialmente, sempre às terças-feiras, das 19h às 21h na pracinha central do Bairro de Fátima. Interessados em conhecer melhor as dinâmicas micropolíticas que envolviam o bairro e a praça, Mariana conta que a ocupação temporária da pracinha se inscrevia no desejo de averiguar as possibilidades de se “construir ali um lugar de fazer ação cidadã, fazer política a partir do território, a partir dos laços de território no seu sentido ampliado, de pertencimento de quem deseja pertencer”. Por essa ocupação pretendiam constituir um espaço de afetos que fosse capaz de, em alguma medida, articular as micropolíticas da região e a pequena experiência emergente. O CCBFV nasce, então, de um desejo de ocupar o espaço público com práticas e ações cidadãs guiadas pela política dos laços e dos afetos como um meio para transformar a própria vida.

Figura 2 – Terceiro encontro do CCBFV na pracinha do BF



Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Por política dos laços, Mariana explica que se trata de uma política exercida por meio da relação entre pessoas que querem construir coletivamente. Assim, o CCBFV foi ganhando corpo e se constituindo enquanto um grupo autônomo de pessoas, residentes ou ligadas afetivamente ao bairro, que compartilhavam do desejo de inventar outros modos de fazer política encarnadas no território. E foi assim, no boca a boca, que tomei conhecimento da experiência e decidi compor o Círculo, logo em sua terceira reunião, sem saber muito bem como seria isso, mas disposta a descobrir junto com o grupo. É importante ressaltar que os motivos que me levaram até ali antecedem a pesquisa que se desdobrou dessa experiência. Me interessei antes de mais nada, pela possibilidade de atuar como cidadã, de entender mais sobre a produção coletiva e processos democráticos, e de participar diretamente da construção da cidade junto com outros cidadãos. A pesquisa veio depois, como um modo de organizar a experiência e entender os pontos de contato com o campo do design e as potencialidades que este apresentava enquanto ferramenta, prática e abordagem nas políticas de autogestão.

A escolha do local das reuniões foi estratégica: a praça Aguirre Cerda está localizada no coração do Bairro de Fátima, uma região mais recolhida do Centro do Rio, conhecida por ser um bairro familiar e tranquilo. Constituído predominantemente por edifícios residenciais de médio porte e por um singelo comércio, o Bairro de Fátima é diariamente atravessado por moradores e vizinhos que vivem nas imediações como os bairros de Santa Teresa e Lapa, ambos localizados na região central da cidade do Rio. Por ser uma região pequena e geograficamente mais reservada, podemos perceber uma experiência de vizinhança onde as pessoas se encontram rotineiramente pelas ruas e constroem relações mais próximas e perenes. A pracinha, que parece se inscrever como um ponto de encontro dos moradores mostra que, apesar de sua pequena dimensão espacial, ela contém uma rotina intensa: idosos, adultos, jovens e crianças disputam diariamente seu espaço de diversas maneiras. A política do cotidiano se estabelece, desde então, num processo dinâmico entre usos e apropriações dos espaços, tensionando a partilha democrática da praça. E é nessa complexa divisão de espaços que o CCBFV procurou instaurar uma microexperiência de agora popular (REIS, 2016).

Outra característica importante de ser mencionada se refere à natureza da constituição do grupo, ou à imagem que tínhamos de nós mesmos. Por um lado, gostávamos sempre de salientar que não nos identificávamos enquanto um coletivo, pois não operávamos, na maior parte das vezes, por consenso. Preferíamos assumir um certo “não saber” e nos (in)definir enquanto um “acontecimento” que tomava corpo uma vez por semana naquela determinada pracinha. Por outro lado, apesar da intenção de se constituir o CCBFV enquanto um grupo o mais heterogêneo quanto fosse possível — aberto a qualquer um que desejasse participar —



uma característica comum era ele ser composto por moradores recentes do bairro — provavelmente por conta da intensificação dos processos de gentrificação resultados da inflação imobiliária que ocorreu naquele período na cidade — em sua maioria jovens e adultos de classe média entre 20 e 40 anos, brancos, e com alto grau de escolaridade. Portanto, visivelmente configurávamos um grupo com certas características sociais relativamente homogêneas, o que se mostrou, a longo prazo, como um de nossos maiores desafios principalmente no que tange aos nossos modos de convidar os moradores mais tradicionais do bairro ou aqueles que não se “enquadravam” nesse perfil.

### 3.2.3 Princípios

Reunindo-se semanalmente na praça do bairro, o CCBFV procurava se colocar como um espaço aberto para discutir e promover atividades que estimulassem a reflexão e a ação sobre a produção do bairro e da cidade. Baseadas no diálogo aberto, as ações eram construídas de forma coletiva e solidária, buscando incluir as divergências comuns a um ambiente democrático. Tendo em mente o esforço contínuo de construção de um espaço político democrático e horizontal, a organização de seu funcionamento e de suas práticas eram elaboradas coletiva e progressivamente, de modo que elas mesmas pudessem se atualizar no próprio fazer, adaptando-se às demandas e às possibilidades dos participantes. Desse modo, o CCBFV pôde configurar-se com um grupo bastante elástico no que se refere ao número de participantes — havendo reuniões às vezes com 2, às vezes com 20 pessoas — na medida em que a dinâmica e conteúdo dos encontros dependia diretamente dos sujeitos presentes, bem como de seus interesses e demandas. Independentemente do número de presentes, raras foram as vezes em que não houve reunião. Nem mesmo a chuva, que insistiu em cair quase sempre nos dias do nosso encontro, conseguiu esvaziar nosso desejo.

Os encontros regulares em praça pública permitiram ao grupo discutir questões relativas ao bairro e seu entorno para pensar ações coletivas e praticar uma “democracia de pés descalços”. Livremente associada ao conceito criado por Johan van Lengen, no livro ‘Manual do Arquiteto Descalço (2014)’, cuja ideia sustenta-se na prática de uma bioarquitetura feita por mãos de não arquitetos e de uma relação da reaproximação do indivíduo com os processos e materiais na criação de edificações sustentáveis e harmoniosas com o meio ambiente, a ideia de uma “democracia de pés descalços” surgiu em uma das

reuniões do CCBFV como uma prática política democrática feita por cidadãos comuns no espaço do cotidiano, no chão da praça. A proposta era, então, de reaproximar o cidadão das práticas e processos políticos.

Além disso, procurávamos fortalecer nossas práticas e ações pela via da autonomia e da horizontalidade. Por autonomia quero dizer que não filiados a nenhum tipo de partido, instituição ou organização que nos centralizasse ou pautasse nossos processos. Isso não quer dizer, entretanto, que pessoas vinculadas a qualquer tipo de movimento, partido ou coletivo não fossem bem-vindas. Não pensávamos a autonomia como uma capacidade de governar-se de modo estanque ou livre de qualquer fator exógeno. Aqui a autonomia não se dá apenas pela *autopoiesis*. A autonomia, para nós, sempre foi algo construído pelas trocas, como um desejo e um direito de decidir por nós mesmos, ao mesmo tempo construindo articulações com outros grupos na medida das possibilidades. Essa autonomia acontecia, então, justamente pelas coafetações internas e externas ao grupo. Afinal, nossa proposta era justamente nos colocar em jogo com outros corpos, outros desejos e outras falas para criar mais diversidade. Queríamos compor também com outros sujeitos e movimentos. Fazer elos pelo princípio da diferença, fortalecer o movimento, contaminar e ser contaminado e, se possível, multiplicar a experiência. Isso tudo, desde que não abrissemos mão do nosso princípio de autonomia e horizontalidade. Nossa autonomia, lembra Mariana, era contra qualquer forma de verticalização que pudesse se esboçar e se fixar em nossos encontros e práticas, mas ao mesmo tempo, éramos submetidos às pactuações coletivas, o que não quer dizer necessariamente consensuais, pois éramos, inclusive, autônomos em relação uns aos outros para abraçar ou não uma ideia, uma pauta ou uma ação. Isso nos leva a outro ponto importante que é o da representação. Para que a autonomia fosse respeitada internamente, tínhamos um acordo coletivo de que nenhum de nós deveria falar em nome do grupo. Isso não quer dizer que não poderíamos falar publicamente sobre o CCBFV. Mas que deveríamos, cada um de nós, ter o cuidado de expor que nossa fala, por mais coletiva que pudesse soar, ela vinha de uma experiência singular, mas nem por isso, menos legítima.

#### 3.2.4 Funcionamento

As pautas eram levantadas semanalmente em cada encontro por aqueles presentes. Os participantes ajeitavam-se em roda, da maneira que fosse possível. Uns sentavam-se no chão, outros nos bancos da praça e o encontro estava aberto a quem quisesse se aproximar. Tradicionalmente o início do encontro se dava por uma rodada de apresentações de cada

participante. A seguir eram transmitidos os informes e então, estabeleciam-se as pautas da noite. Em geral, os temas circulavam sobre a ocupação da praça, a mobilidade urbana, a segurança pública, o lixo, a bola, o barulho, enfim, qualquer tema que se apresentava enquanto potência para ser debatido, pensado e se possível, transformado coletivamente pelo grupo. Seguíamos, então, num processo dinâmico de fala e escuta de múltiplos pontos de vista para que pudéssemos construir uma imagem coletiva acerca do tema discutido. Aos poucos essas imagens iam tomando formas mais tangíveis, delineando-se enquanto possíveis encaminhamentos. Às vezes serviam apenas como construção coletiva para uma reflexão crítica acerca de determinada questão. Em outras, tornavam-se ações que por sua vez, poderiam se transformar em eventos. Quando assim se tornavam, eram pensadas de modo que pudessem se desdobrar e provocar mais reflexões. Desse modo, acabávamos optando pela realização de eventos pois, além de movimentar a praça com atividades de diversas naturezas, esses se constituíam como um momento propício para nos aproximarmos dos moradores do bairro e nos apresentarmos de um modo mais informal e convidativo e, quem sabe, agregar mais pessoas para nossos encontros. Nesta dinâmica realizamos oito eventos com um número de participantes que — especulamos — variava entre oitenta a trezentas pessoas, entre eles a Feira de Doação, o Cine Círculo, o Debate da Bola, o jogo “Imagine sua Praça”, o Sarau do Saci e a Primavera de Livros. Todos organizados e realizados coletivamente, contando com a participação de muitos moradores e visitantes, e sem nenhum fim lucrativo. Aliás, muitas vezes arcávamos com custos de infra, materiais e alimentação. Mas também pudemos receber uma generosa dose de solidariedade e colaboração da vizinhança.

Figura 3 – Encontros do CCBFV na pracinha do BF



(a)



(b)

Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Além dos encontros presenciais, optamos também pela criação de um grupo do *Facebook* com o nosso nome — *Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças* — que também nos servia como um veículo de informação, divulgação e articulação. O grupo, que existe até hoje, conta com cerca de 490 membros, entre moradores do bairro, vizinhos, curiosos e pessoas interessadas em acompanhar nossas ações. No entanto, era nos encontros presenciais na praça onde debatíamos as pautas e deliberávamos nossas ações<sup>20</sup>.

### 3.2.5 Algumas reflexões

Todas as atividades realizadas pelo *Círculo* foram criadas coletivamente e contaram com a solidariedade de diversos atores locais. O resultado foi, de modo geral, experiências singulares de aprender a fazer junto, cada um com suas habilidades e disponibilidades. No entanto, por mais rotineiras fossem as reuniões ou por mais despreziosa fosse uma proposta de atividade, o simples ato de reunir pessoas cujo fim não envolvesse benefícios imediatos era desafiador por si só. Qualquer que fosse a atividade a ser realizada era preciso considerar dois importantes pontos: o tempo disponível dos participantes e o interesse daqueles que gostaríamos de enredar no processo, convidando-os a refletir e agir positivamente sobre o espaço. Assim, por maior que fosse o desejo ou a demanda, as atividades só eram possíveis quando havia a disponibilidade desses dois principais recursos pelos sujeitos envolvidos. Neste sentido, o *CCBFV* procurou planejar suas ações no tempo que fosse possível, sem pressa e sem grandes pretensões. É importante ressaltar que essa experiência foi uma pequena tentativa de estimular a cidadania ainda que restrita ao local. As práticas, ferramentas e metodologias foram elaboradas de modo empírico e, portanto, necessitavam de aperfeiçoamentos constantes. No entanto, ainda que incipientes, podemos dizer que foram práticas e ferramentas substancialmente potentes, capazes de provocar algumas transformações — coletivas e individuais — e experiências positivas naquele local, como veremos nos capítulos seguintes nos quais analisarei a experiência vivida no *CCBFV* pela perspectiva do design.


No lugar dos objetivos, o projeto do *CCBFV* se realizou no caminho e no próprio caminhar. Ele não “é”, como costumávamos dizer. Ele “está sendo”. E foi nesse movimento de seguir “sendo” que o *Círculo* tecia sua própria política, sem metas pré-estabelecidas. Nesse tatear

---

<sup>20</sup> Página de *Facebook* do *CCBFV*: <https://www.facebook.com/groups/1569876173288847/>. Acesso em 26 jun. 2018.

Mariana lembra que, em referência a uma fala da ex-presidenta Dilma Rousseff, brincávamos de dizer que não tínhamos meta nenhuma. Mas quando a atingíssemos, nós a dobraríamos. Assim, as demandas surgiam dos desejos daqueles presentes nos encontros e sustentadas, caso fossem, pelos sujeitos dispostos a abraçá-las, e a partir delas, traçar planos coletivos, distribuir tarefas e realizar as ações cidadãs. De lá para cá realizamos, juntos e na solidariedade vizinha, oito eventos no bairro, participamos como convidados em aproximadamente sete eventos externos, e nos encontramos na pracinha semanalmente mais de quarenta vezes num período que durou pouco mais de dois anos. Uma experiência que foi movida por provocações e reflexões e causou muitas outras, em nós e no bairro, como veremos adiante. Para finalizar essa parte do capítulo, coloco abaixo uma edição de nossos panfletos que distribuíamos antes e durante os eventos como um meio de nos apresentarmos à vizinhança do Bairro de Fátima.


Figura 4 – Panfleto de divulgação do CCBFV



**Círculo de Cidadania do  
Bairro de Fátima e Vizinhança**

**Quem estamos sendo?**

Nos reunimos todas às quartas-feiras, de 19h30 às 21h30 na pracinha do bairro, a Praça Aguirre Cerda, como um conjunto autônomo de cidadãs e cidadãos residentes ou ligados afetivamente ao Bairro de Fátima e vizinhanças para debater e promover atividades baseadas no diálogo e ações sobre o nosso cotidiano para a construção da cidade que queremos, produzindo-a a partir de um acontecer solidário, aberto às diferenças e divergências comuns ao ambiente democrático. Compartilhamos a ideia de que a política é a capacidade de resolvermos nossos problemas e decidirmos sobre o nosso destino, sem que ela seja reduzida aos partidos e às instituições governamentais. Uma política cidadã é aquela em que as pessoas se reúnem com a vizinhança da rua, do bairro, da praça, para compartilhar e praticar suas experiências, seus saberes e suas culturas. Por isso, mais do que nos definirmos em algo que “somos”, preferimos pensar naquilo que estamos “sendo”, um processo circular de ideias e práticas sobre a vida cotidiana no nosso território. O Círculo de Cidadania acontece há 1 ano e já promoveu cinco eventos na praça: a Feira de Doações, o Cine Círculo, Imagine sua Praça durante a Festa Agostinha, Debate de Bola, Sarau do Saci, e a festa comemorativa de aniversário do Círculo. Em todos os eventos e encontros buscamos pensar sobre os usos democráticos da pracinha e do bairro a partir de como nós cidadãos podemos atuar efetivamente nesta dimensão pensando e construindo colaborativamente em possíveis formas de convivência e compartilhamento. Em 2016 teremos muitas ideias para colocar em prática e sua presença será mais do que bem vinda neste espaço. Apareça para pensarmos coletivamente ações que permitam que a praça seja ocupada democrática e vivamente pelos mais diversos cidadãos que queremos ser!

 Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhança

Fonte: arquivo pessoal, 2016.

## 4 DESIGN EM CAMPO

Até agora percorremos um caminho que pudesse nos dar algumas pistas e esclarecer questões acerca do contexto do qual surgem os Círculos de Cidadania — mais especificamente o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças — para nos levar a um possível entendimento sobre sua ontologia. Além disso, esse processo nos permitiu traçar um panorama geral sobre algumas das principais características, motivações e modos de operar do CCBFV, relacionando-o, principalmente, aos modos de produção da e na cidade. A partir daqui, nossa proposta consiste em aprofundar esses aspectos utilizando o design como chave de leitura para entendermos como suas práticas coadunam, ou não, com o discurso em defesa de uma democracia mais direta e participativa sustentado pela experiência micropolítica territorial do CCBFV. Desse modo, levantaremos algumas questões que possam nos ajudar a refletir sobre como esse projeto e seus processos aconteceram em campo e em que medida é possível reconhecer práticas de design nesse âmbito.

A partir do movimento de expansão do campo do Design, ou seja, de um design que escapa ao paradigma industrial de produção e se expande para o território da cidade, constituindo, assim, uma práxis mais diversa e flexível, discutiremos algumas diferenças entre a noção de projeto no âmbito do design apoiado no paradigma da modernidade e esse outro modo de fazer em campo que por hora chamarei de design expandido — em referência à sua relação com a produção de cidade e de subjetividades no território urbano. Assim, abordaremos mais a fundo o desenvolvimento desse design em campo, levando em consideração, principalmente, a transição de uma abordagem focada na resolução de problemas (*problem solving*), para uma outra voltada à construção de sentido (*sense making*) no contexto de produção de espaços políticos democráticos e participativos e de imaginários coletivos sobre a vida em comum no espaço urbano. Nesse sentido, desdobraremos o capítulo em três tópicos de análise onde daremos atenção especial às práticas e processos realizados em campo, ou seja, na experiência territorial do CCBFV, sendo eles:

- I. Design: nesse item abordaremos algumas conotações atribuídas ao conceito de 'design' no contexto de CCBFV, considerando reflexões sobre os processos participativos/colaborativos na produção de espaços políticos democráticos e de práticas cidadãs. Desse modo, a proposta desse tópico consiste em compreender

os sentidos de projeto no âmbito do CCBFV, bem como o que significava projetar nesse contexto específico;

- II. Designer: essa parte será voltada à reflexão sobre a atualização dos papéis e modos de atuação e participação — de designers e não-designers — nas práticas e processos do CCBFV. Para isso, apontaremos algumas habilidades individuais e coletivas essenciais ao funcionamento do grupo e a uma ecologia das práticas e saberes para a atuação em campo;
- III. Designing: tomando como referência os objetivos do CCBFV, esse tópico se propõe a identificar algumas práticas e ferramentas participativas e colaborativas realizadas no âmbito do CCBFV, levantando reflexões críticas sobre como e em que medida elas foram capazes de sensibilizar e estimular uma atenção diferenciada sobre as questões em jogo; ampliar a percepção dos participantes sobre as questões de interesse do bairro e seu entorno; gerar engajamento cidadão nas ações propostas pelo grupo; e constituir espaços democráticos de participação cidadã. Além disso, esse capítulo irá traçar algumas relações entre as práticas empíricas realizadas no campo e as práticas participativas e colaborativas do campo do design.

Esses tópicos procurarão investigar em que medida o campo do design pode contribuir para a construção de um pensamento crítico sobre a produção de cidade; como suas práticas, ferramentas, metodologias e abordagens podem ser reapropriadas pelo cidadão na constituição de um espaço urbano coletivo e democrático; e se esses processos conseguem efetuar transformações políticas no sentido de uma reestruturação democrática, ou seja, na democratização da democracia. Desse modo, examinaremos nos tópicos a seguir: de que maneiras o projeto de design se relaciona com a experiência do CCBFV; como as especificidades do conhecimento deste campo do design foram capazes de, em maior ou menor grau, construir redes de conhecimento entre os participantes, seja por meio das redes digitais ou presencialmente na praça; até que ponto as práticas elaboradas e experimentadas em campo conseguiram despertar nos participantes, mesmo que pontualmente, o sentido de engajamento/envolvimento na construção coletiva do espaço comum, estimulando a capacidade crítica e criativa dos mesmos no pensar e produzir a cidade; em que medidas as ferramentas e metodologias exploradas em campo contribuíram com a identificação, mapeamento e sistematização de questões de interesse que concernem à coletividade; como a organização do conhecimento sobre o território e as demandas sociais ajudam a traçar possíveis planos de ação que pudessem gerar mais autonomia e ser construídos pela própria

comunidade. Assim, o exame das práticas realizadas em campo ajudará a ancorar as questões teóricas aos desafios de uma experiência concreta, ao mesmo tempo em que busca lançar uma perspectiva crítica ao contexto empírico em que a pesquisadora encontra-se implicada.

#### 4.1 Design

Nos capítulos anteriores vimos que os impasses políticos vividos em 2013 no Brasil despertaram em muitos cidadãos um desejo de fazer política na prática, e que esse processo, por sua vez, engendrou a experimentação de múltiplas alternativas políticas no território da cidade por meio da ocupação dos espaços públicos. Foi o caso, por exemplo, do surgimento, no Rio de Janeiro, das Assembleias Populares e dos Círculos de Cidadania. Vimos, então, que o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças nasceu de um desejo de ocupar o espaço público, construindo coletivamente seus modos de intervenção e transformação do território como meio para transformar a própria vida. Além disso, analisamos algumas possibilidades de leitura acerca de um design entendido enquanto um campo expandido, principalmente no que toca às características de um projeto atualizado no contexto de experimentos territoriais de novos modos de fazer política.

A partir daqui, nos debruçaremos sobre a experiência do CCBFV pela perspectiva do design, focando na compreensão de alguns aspectos-chave relativos à dimensão e noção de projeto neste âmbito e, em como esses conceitos se manifestaram nas práticas do grupo. Desse modo, nos aprofundaremos sobre algumas possibilidades de leitura sobre o design que se manifesta nesse “acontecer na pracinha do bairro” para identificar qual era o projeto do CCBFV e o que significava “fazer design” naquele espaço e com aquelas pessoas. Começando pela retomada do discurso defendido pelo CCBFV e do qual ele surgiu, procuraremos identificar os principais conceitos que norteiam o projeto do grupo. Em seguida analisaremos algumas das principais características de cada um desses conceitos circunscritos na prática deste Círculo.

Como já mencionado, o CCBFV foi uma iniciativa local e autônoma de experimentações políticas alternativas no território da cidade que nasceu a partir do desejo de maior participação política que fosse possível de ser realizada por uma via mais direta. Portanto, o Círculo apresentava-se enquanto um projeto experimental e contínuo para fortalecer lutas cidadãs e promover experiências democráticas. O CCBFV se baseava na constituição de um



espaço político inclusivo e territorializado na cidade por meio do exercício prático de ações cidadãs. Assim, podemos destacar como seus princípios fundamentais: (1) a valorização da heterogeneidade do grupo bem como das singularidades de seus indivíduos; (2) o estímulo ao pensamento crítico e reflexivo sobre a produção da cidade, as políticas públicas, a mercantilização das relações sociais, e a responsabilidade dos cidadãos nesses processos; (3) o reconhecimento do debate, da diferença e do dissenso como modo de assegurar processos democráticos; (4) a importância da participação e colaboração nas ações concebidas e efetuadas no espaço público; (5) o empenho na construção e manutenção constante de um espaço político inclusivo, democrático, horizontal e autônomo; (6) e o fortalecimento de redes de colaboração e solidariedade com outros grupos, causas e movimentos.

Se o projeto do CCBFV era esse, projetar para nós, significava então, debater, planejar e construir coletivamente ações cidadãs que pudessem gerar impactos positivos no Bairro de Fátima. Por ‘impactos positivos’ não me refiro a ‘resultados positivos’, mas como essas ações eram capazes de gerar *afetos alegres* (ESPINOZA, 2004) ampliando a relação de potência dos cidadãos com o mundo, ou seja, de como os cidadãos, ao serem afetados pelas ações, ampliavam sua força, sua dinâmica e seus modos de agir no mundo, construindo para si e para a coletividade uma vida mais próxima dos ideais de democracia — ainda que o conceito de democracia seja fugidio e, portanto, em constante processo de reavaliação e transformação.

Dando seguimento a compreensão de projeto no âmbito do CCBFV, partiremos para as análises dos conceitos-chave norteadores dessa experiência. Assim, organizaremos, para fins didáticos, os conceitos-chave em quatro pontos a serem desenvolvidos, sendo eles: Modos políticos; (Des)envolvimento de projeto; Participação; e Democratização da democracia.

#### 4.1.1 Modos políticos

A experiência do Círculo se realizava pela construção coletiva e constante de modos de fazer política na prática, no chão da cidade, na pracinha do Bairro de Fátima. Não estamos falando, no entanto, daquela política das “politicagens”, nem da política “maior” das instituições, partidos e movimentos sociais que muitas vezes acabam caindo em práticas totalizantes e totalizadoras. Estávamos mais interessados numa política “menor” — em referência ao conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari (1977) — fora dos moldes da representação tanto quanto fosse possível. No capítulo *Postulados da lingüística* do livro *Mil*

*Platôs (1995-b)* os autores explicam que a noção de ‘maior’ e ‘menor’ não são definidas meramente por um contingente numérico, mas pela capacidade de imposição da ordem de uma sobre a outra. Em suas palavras, “maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, (...) supõe um estado de poder e de dominação (...)” (DELEUZE; GUATTARI, 1995-b, p. 43). Nesse sentido, ‘maior’ consiste em um modelo hegemônico que se sobrepõe, direta ou indiretamente, sobre todos os outros modos de vida tidos como ‘menores’. ‘Menor’, por sua vez, indica todos os modos de vida que se encontram às margens do modelo dominante, uma vez que desviam das normas estabelecidas. No entanto isso não quer dizer, necessariamente, que o ‘menor’ esteja subordinado ao ‘maior’. ‘Menor’ não existe em si, mas apenas em relação ao ‘maior’. O ‘menor’ é sempre um devir por se apresentar enquanto diferença e pluralidade em relação ao modo dominante ‘maior’ e, portanto, é o estabelecimento deste que deflagra as condições de existência de um devir-menor, e não o contrário. Enquanto o ‘maior’ é um modo de se extrair constantes, o ‘menor’ consiste em colocá-la em variação contínua. Assim, os autores distinguem “o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas, e o minoritário como devir potencial e criado, criativo.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995-b, p. 44). Mas, apesar de suas distinções, os autores alegam que o objetivo do ‘menor’ não é nunca se tornar ‘maior’. Seu propósito não se dá em sua reterritorialização, mas na desterritorialização do ‘maior’. Por isso que Deleuze e Guattari afirmam que não existe um devir majoritário, apenas devir minoritário. Este, por sua vez, é entendido enquanto autonomia na medida em que é capaz de se recombinar com outros elementos de minoria para constituir outros devires menores.

Deleuze e Guattari ensaiam as noções de ‘maior’ e ‘menor’ em relação à literatura. Tomando Kafka como um estudo de referência, os autores descrevem uma literatura menor a partir de três características principais: desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato-político e o agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE; GUATTARI, 1977). A partir delas, a proposta é deslocá-las para o campo político, traçando linhas transversais para pensarmos as possibilidades de efetuação de uma política menor, mais precisamente com relação à experiência do CCBFV.

Partindo da primeira característica, o da desterritorialização, Deleuze e Guattari (1977) afirmam que uma literatura menor se constitui na medida da desterritorialização de uma língua maior. Nesse sentido, uma política menor poderia ser constituída a partir de processos desterritorializantes de uma política maior, ou seja, dos modos políticos das instituições, órgãos, partidos e movimentos sociais que instituem práticas políticas austeras, que distanciam o cidadão do poder de decisão, que negligenciam os direitos sociais, e que se

identificam com o poder. Desse modo, desterritorializar essa política significa experimentar práticas para além dos modelos normativos, mesmo aqueles cujos discursos se apoiam na ideia de democracia e participação. No CCBFV o aspecto da desterritorialização da política maior se manifesta, em primeiro lugar, na ocupação temporária da praçinha do Bairro de Fátima enquanto acontecimento político. Expandir o acontecimento político para além das fronteiras das salas de reunião, significa estar aberto aos encontros, fortuitos ou não, de se relacionar com a diferença e com outros acontecimentos naquele tempo e espaço. Isso acontecia, por exemplo, quando éramos interrompidos pelas violentas boladas da famigerada “pelada” do garotos do bairro que disputavam o mesmo território conosco e que nos impelia ou a mudar de lugar — como fizemos muitas vezes — ou a pensar estratégias de negociação dos usos da praça com esses mesmos meninos e outros moradores que, como nós, também habitavam a praça. Ou quando éramos “expulsos” da praça por conta da chuva que insistia em cair nos dias dos nossos encontros, nos forçando a procurar abrigo nos bares do entorno. Apesar desses exemplos serem relativos à desterritorialização espacial, eles estão intrinsecamente ligados à desterritorialização dos modos políticos. Isso porque, em primeiro lugar, nossos modos se faziam em relação com o espaço e com a abertura dos processos. Estar ali significava estar aberto e vulnerável aos atravessamentos, e, portanto, isso modificava, encontro a encontro, nossas pautas, nossos desejos, nossas ações, nossos debates e nossos próprios corpos. Em suma, produzíamos e éramos produzidos, em cada encontro, por novos agenciamentos. Não tínhamos um modelo político pautado por parâmetros institucionais e pela disciplina. Somente uma vontade política. E é justamente na ausência de normas rígidas, de diretrizes totalizantes e de padrões de funcionamento que acontecia a desterritorialização da política maior, constituindo o que poderíamos chamar de ‘uma experiência política menor’.

Figura 5 – Exemplos de desterritorialização dos encontros do CCBFV



(a)



(b)

Fonte: arquivo pessoal, 2015.

A segunda característica que Deleuze e Guattari (Ibid.) atribuem à literatura menor é seu aspecto político. Segundo os autores, na literatura menor, tudo é político. Isso porque uma literatura menor contesta, direta ou indiretamente, um estado de coisas, uma hegemonia, uma ordem. Esse atributo seria imanente a uma política menor, dado que estamos abordando o território político propriamente dito. Deslocar esse aspecto para o CCBFV significa dizer que essa experiência era entendida primordialmente como um ato político, principalmente por conta de sua relação com o espaço público. E como já vimos no capítulo 3.1, a ocupação dos espaços públicos é em si mesmo um princípio, um meio e um fim político. Portanto, seu caráter político não se limita apenas por seu conteúdo ideológico, mas com os modos como o CCBFV atuava e performava no espaço da praça, como se relacionava com a coletividade do bairro, nos modos como discutíamos e deliberávamos, nas nossas escolhas éticas e no nosso desejo de construir ações cidadãs.

A terceira característica definida por Deleuze e Guattari diz que na literatura menor “tudo adquire um valor coletivo”. (Ibid., p. 27). E completam dizendo que “não há sujeito, há apenas agenciamentos coletivos de enunciação.” (Ibid., p. 28). Das três características, talvez essa seja uma das mais importantes no âmbito do CCBFV. Isso porque a existência do Círculo só fazia sentido na coletividade, na composição de subjetividades e singularidades, na contribuição e participação de todos os sujeitos envolvidos. Por mais que argumentássemos em favor de uma valorização das singularidades, o agenciamento coletivo de enunciação se manifestava na medida de nossas ações e práticas micropolíticas no bairro. Portanto, o valor coletivo do CCBFV é imanente e se manifestava em tudo o que fazíamos. Sem a coletividade, muito pouco teria sido possível.

É nesse sentido que reconhecemos os modos políticos do CCBFV como uma política menor. Não estávamos interessados em afirmar poderes ou conquistar um reconhecimento enquanto movimento. Nem mesmo nos colocávamos enquanto enfrentamento perante uma política maior. Não almejávamos conquistar uma espécie de maturidade política para tornarmo-nos maior. A potência do menor se dá justamente na sua capacidade de devir, de apostar no caráter criativo de outras possibilidades de atuação política na vida cotidiana, de traçar linhas de fuga diante da impossibilidade de atuação direta na política macro. Nesse sentido, o professor e filósofo Eduardo Pellejero argumenta que um

[...] Devir-menor não é uma utopia, mas a possibilidade de alcançar uma linha de transformação em situações históricas que fazem parecer qualquer mudança como impossível. Devir-menor não é uma verdade política universal, mas apenas uma estratégia singular não totalizável. (...) Não a arte (técnica) do possível, mas a arte (transformação) do impossível (PELLEJERO, 2011, p. 27).

Além das três características exploradas sobre que poderia ser entendido enquanto uma política menor concebida no CCBFV, há ainda um quarto aspecto que se refere mais a seus efeitos do que a seus modos. Para além dos resultados obtidos — pois ainda que alcançar resultados não fosse nosso objetivo, as ações sempre resultavam em alguma coisa — as práticas e ações no Círculo eram movidas principalmente por uma política dos afetos. Afeto aqui é entendido segundo uma concepção espinosista como uma condição de sensibilidade, uma capacidade dos corpos afetarem e serem afetados. Para Espinosa, afetos são atributos que causam transformações em nossos corpos, são uma experiência vivida, uma transição de um estado a outro. Eles são a condição de existência dos sentimentos e das sensações, e, portanto, são parte imanente da própria condição humana e das relações sociais (ESPINOZA, 2004). Portanto, afeto não se trata de um sentimento particular que um indivíduo carrega em sua interioridade, mas seria um encontro que se efetua na ação prática e relacional entre corpos, constituindo aquilo que Deleuze e Guattari denominam *agenciamentos* (1995-a). As afecções acontecem, então, quando um corpo é afetado pelo mundo, quando os corpos se relacionam, trocam afetos — bons ou ruins — engendrando alterações nos modos de atuação do corpo no mundo. Os afetos podem ser, segundo Espinoza, de duas categorias: tristes ou alegres. A partir desses dois, todos os outros se desdobrariam. Tanto mais alegres forem os afetos, maior é sua capacidade de gerar transformações positivas nos corpos, ou seja, de aumentar sua potência de atuação no mundo, de gerar mais afetos alegres, ampliando nossos desejos e nossa capacidade de afetar e sermos afetados. Para Bittencourt (2008), o afeto seria, no pensamento espinosista, o elo entre a ética e a política. E nesse sentido Vladimir Safatle (2015) aponta como principal tarefa política a reconstrução e a mobilização de afetos. Portanto, a política é, segundo o autor, a arte de afetar corpos, impelindo-os a determinadas ações. Além disso, segundo o filósofo, a sociedade é moldada por um circuito de afetos e sugere que, enquanto formos afetados pelas mesmas afecções, continuaremos repetindo os mesmos modos de vida. Por outro lado, se formos afetados ou afetarmos de outros modos, produziremos uma nova experiência de vida social. “Nesse sentido, quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos.” (Ibid., p. 17). Portanto, compreender a política do CCBFV como uma política movida por afetos é reconhecer as potencialidades de transformação da vida pelos afetos e compreender os efeitos de nossas ações uns sobre os outros, entendendo como os corpos nesse contexto afetavam e eram afetados. Sendo os afetos parte imanente de nossa micropolítica, nossa proposta pautava-se numa política que fosse capaz de gerar afetos alegres quanto mais fosse possível, ampliando,

assim, nossa capacidade de afetar e sermos afetados, bem como ampliar nossa mobilidade, autonomia, dinâmica e potência de agir no e com o mundo. Essa micropolítica afeta, por sua vez, as práticas de design nesses contextos.

#### 4.1.2 (Des)envolvimento de projeto

Como vimos no capítulo 2.3, a consolidação do design moderno enquanto um modo dominante de operar durante o capitalismo industrial, e mesmo ainda hoje, se estrutura, principalmente, sobre as noções de sistematização e serialização da cadeia produtiva, a busca pela otimização da produção e de custos de produção, a valorização de aspectos funcionais e da boa forma, o estabelecimento de padrões formais e estéticos (CARDOSO, 2013). Essas noções vão diretamente ao encontro do conceito de desenvolvimento construído historicamente no contexto do capitalismo, que segundo Santos et al. (2012) apoia-se em três paradigmas principais, sendo eles: crescimento econômico, satisfação de necessidades básicas e elemento de sustentabilidade socioambiental. Mas uma breve análise conceitual do termo nos revela alguns importantes aspectos relacionais para entendermos seu funcionamento. Em primeiro lugar, segundo o autor, a origem do conceito teria surgido no contexto da biologia evolucionista darwinista. Nesta corrente, o termo adquire um valor de transformação, na medida do movimento que um ser vivo realiza em direção a um estado mais “adequado” e “evoluído”, atingindo o que essa corrente chama de maturidade biológica. O deslocamento desse conceito da biologia para a sociedade, deu origem ao darwinismo social<sup>21</sup> que diz que *progresso*, *expansão* e *crescimento* são aspectos específicos de apenas algumas sociedades ocidentais, consideradas então, como sociedades desenvolvidas (Ibid.).

Essa noção, além de estabelecer uma linha de transformação de um estado menos evoluído para outro, considerando um ponto de partida e uma linha de chegada, distingue as sociedades ocidentais entre desenvolvidas (superiores) e subdesenvolvidas (inferiores) na medida em que determina um tipo específico de sociedade como um objetivo a ser almejado e conquistado. Essa visão corrobora com processos e práticas (neo)colonialistas, principalmente no que se refere a relação dos países do norte *versus* países do sul, onde o sul está constantemente subjugado aos valores da racionalidade utilitária e funcional do norte. Logo, os

---

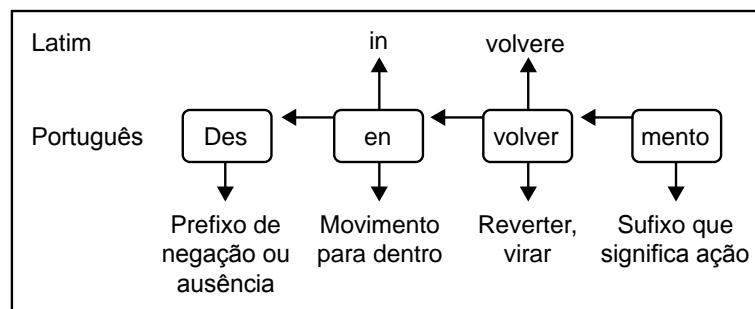
<sup>21</sup> Corrente teórica em que a sociedade é comparada a um ser vivo e dinâmico, que busca sua própria evolução ou, conseqüentemente, seu desenvolvimento. De acordo com esse pensamento, existiriam características biológicas e sociais que determinariam que uma pessoa é superior à outra e que as pessoas que se enquadrassem nesses critérios seriam as mais aptas.

valores do desenvolvimento se expandiram do campo biológico para o campo econômico — como um fator imprescindível na consolidação do sistema capitalista — ; para o campo político — encabeçado pelo presidente norte americano Harry Truman em 1949 em defesa de um projeto político de países “desenvolvidos” que pudesse estimular o processo de desenvolvimento dos países ditos “atrasados” sob o discurso de democratização do conhecimento primeiro-mundista — ; para o campo social — que relaciona desenvolvimento ao grau de satisfação das necessidades humanas, a valorização de um sistema de proteção cidadã, a garantia de direitos sociais básicos e ao Estado de Bem-Estar Social — e para o campo ambiental — definindo como desenvolvido os modelos econômicos baseados em políticas de desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, ou mesmo de decrescimento, colocando a questão ambiental como garantia de sobrevivência e convivência entre todos os fatores que compõem o meio, sem comprometer as gerações futuras (Ibid.).

Santos et al. (2012) afirmam em seu trabalho a predominância do pensamento ocidental moderno na construção dos atuais indicadores e dimensões conceituais do desenvolvimento. No entanto, os autores nos alertam que apesar das várias abordagens sobre termo constataram que se trata de um conceito multidimensional, interdisciplinar e que busca promover, em última instância, o bem-estar da humanidade, ele é também um fenômeno complexo, o que torna sua definição pouco conclusiva. Isso porque, segundo os autores, o conceito existe enquanto um construto social carregado de valores ideológicos e políticos relativos a uma determinada visão de mundo. Portanto, mais do que ser uma ideal a ser alcançado, a ideia de desenvolvimento se coloca enquanto um conceito em constante disputa e (re)construção.

Contudo, uma outra abordagem esboçada no trabalho de Santos et al. parte de sua análise etimológica, nos oferecendo algumas pistas de uma outra possibilidade de compreensão acerca da noção de desenvolvimento. Partindo de sua origem latina, a palavra desenvolvimento seria composta por quatro termos: des + en + volver + mento, conforme quadro a seguir:

Figura 6 – Etimologia da palavra ‘desenvolvimento’



Fonte: Adaptação de Santos et al. (2012, p. 44).

Segundo essa análise, os autores sugerem duas possibilidades de leitura a partir da junção dos termos sendo elas “sem movimento para reverter a ação” ou ainda “sem envolvimento”. Essa leitura supõe a ausência de uma prática reflexiva na medida em que não há uma ação de voltar-se para dentro. Ainda, a ideia de desenvolver-se se aproximaria, então, da noção binária e cartesiana que conduz a separação entre corpo e mente, cultura e natureza, razão e emoção, podendo significar um afastamento do ser dos processos da vida, e até mesmo um descolamento do ser em relação a si mesmo. Portanto, nessa leitura, quanto mais o ser se desenvolver, mais ele se afastará de sua própria essência. Deslocando essa leitura para o campo político, quanto mais o projeto político, econômico, social ou ambiental estiver pautado pelo conceito de desenvolvimento, mais distante ele estará das noções de uma sociedade mais justa e igualitária e da própria sociedade. E é necessariamente esse processo que temos visto acontecer desde o nascimento do Estado moderno.

Pautado pelo cânone do desenvolvimento, o Estado moderno promove a separação entre representantes e representados. Para Hardt e Negri (2014), a questão da representação está longe de ser o veículo para uma democracia plena, mas ao contrário, seria seu próprio impeditivo, uma vez que o representado se subordina às decisões dos representantes e abdica de sua potência política. Portanto, existiria na democracia representativa uma condição intrinsecamente contraditória que, ao sugerir a participação da vida política por meio dos representantes, homogeneiza o corpo político social, sentenciando sua própria morte. Desse modo, o representado, desinteressado pela vida política comum, é reduzido a uma figura apolítica no momento em que assina o contrato social. No mesmo sentido, Edgar Morin (2000) afirma que o desenvolvimento da ciência, da técnica e da burocracia que compõem o complexo sistema democrático no qual vivemos trouxeram, entre outras consequências, a hiper-especialização e a fragmentação do saber, onde o conhecimento técnico limita-se cada vez mais aos especialistas. Desse modo, quanto mais a política se torna desenvolvida e tecnocrática, mais o cidadão é deixado às margens do debate e do poder de decisão sobre as questões que concernem à coletividade. Além de contrair seu poder de decisão, esta dinâmica ameaça a diversidade necessária para a existência da democracia. Segundo Morin (Ibid.), a fratura social produzida pelos obstáculos ao compartilhamento do conhecimento e dos processos políticos, conduz à degeneração da cidadania, a reclusão do cidadão na vida privada e à sua flutuação entre a apatia e a revolta.

Diante das atuais estruturas produtivas e políticas, essa outra leitura acerca do conceito de desenvolvimento nos sugere uma outra hipótese de produção social. De acordo com esse esboço, talvez, o que precisamos não seja a construção de modos alternativos de



desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável, pós-desenvolvimento ou mesmo um ecodesenvolvimento. Ao contrário, precisaríamos de mais envolvimento. Reverter o movimento para dentro poderia ser entendido como uma ação mais reflexiva nos processos da vida, de um envolvimento ativo consigo e com o meio em que vivemos. Mas como vimos na análise etimológica, a palavra desenvolvimento supõe uma ausência de movimento e, portanto, seria necessário algo capaz de gerar essa ação. Portanto, isso levanta outras questões impelindo-nos a investigar: o que seria esse “algo”? Em que direção o movimento é conduzido? Por que, quem e para que envolver? (SANTOS et al., 2012). Os autores sugerem que as respostas a essas perguntas dependerão do contexto no qual o conceito se aplica.

Essas questões nos levam a pensar sobre uma outra noção próxima à de envolvimento que é a ideia de engajamento. Nos últimos anos, a noção de engajamento tem sido tema constante não apenas no debate político, como também em questões de *branding*, *marketing* e publicidade, sendo empregada, frequentemente, como meta a ser alcançada na relação consumidor-marca, no sentido de engajar o consumidor ou, ainda, a questões empresariais na busca pelo engajamento de seus funcionários com o seu trabalho. No entanto, é importante entender que assim como a noção de desenvolvimento, o conceito de engajamento é, também, construído historicamente e, como qualquer outro conceito, ele se encontra em disputa e, portanto, em constante transformação. Isso quer dizer que não basta empregá-lo em um discurso, como podemos notar por meio de seu uso frequente nos mais variados contextos. Mesmo no campo acadêmico não existe um consenso sobre suas aplicações e significados. Na ‘Fenomenologia da percepção’, por exemplo, Merleau-Ponty (1999) emprega o termo repetidas vezes indicando que estar engajado no mundo físico e social significa estabelecer um estado de presença com o ambiente, construindo, assim, uma relação de envolvimento com o mesmo. Essa conotação pressupõe uma relação imanente entre o mundo e a participação do indivíduo nele. Portanto, segundo o autor, enquanto estivermos vivos nossos corpos permanecerão engajados nas estruturas que compõe um ambiente. Para Guattari a expressão aparece em seu livro ‘A revolução molecular’ (1981) como sinônimo de fazer parte, criar sentido para si, mobilizar-se, e mesmo como um modo de devir. De modo semelhante, o termo aparece no livro ‘Pistas do método da cartografia’ para se referir ao engajamento enquanto a habitação de um território existencial (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015). Em ‘*The perception of the environment*’ (2000) Ingold aborda o conceito como uma prática relacional com o ambiente a partir do que ele chama de *sensory engagement*. No campo do design esse conceito também tem recebido uma atenção especial. No entanto, ele pode receber diferentes conotações em função dos objetivos a serem alcançados pelo projeto.

Apesar das muitas definições e apropriações, o termo engajamento tem origem no francês *engager*, remetendo à ideia de comprometer-se com algo, e conseqüentemente, à ideia de envolvimento, interação, intimidade e relacionamento (MARRA; DAMACENA, 2013). Portanto, engajamento não seria um resultado, mas um processo contínuo cujo o fim é manter os participantes de um projeto constantemente interessados e envolvidos. Para isso seria necessário criar meios para o estreitamento de vínculos entre os participantes num processo que valorize a relação dialógica. Assim, segundo essa corrente, o nível de engajamento estaria diretamente ligado à dimensão afetiva e motivacional dos participantes e à criação de significados e objetivos comuns em relação ao projeto. Por isso é importante que cada um tenha clareza sobre seu papel e sobre a importância de sua contribuição para o processo, bem como suas funções estarem adequadas às suas competências, forças, desejos e interesses. Engajar, seria, portanto, promover relações sustentáveis entre os participantes e o projeto com o qual deseja-se engajamento, e isso demanda ação continuada. Santos (2005), no entanto, argumenta que o fenômeno é mais cotidiano do que se supõe e sugere sua compreensão em termos de 'graus de engajamento' como processo de um conjunto de ações humanas no interior das sociedades antagônicas. Segundo essa visão, a revolta se constituiria como o mais alto grau de engajamento e o mais eficaz para levar qualquer parte localizada de uma formação social aos limites de suas possibilidades. Em escala diametralmente oposta se encontraria o conformismo, fortalecendo os mecanismos de manutenção da formação social. Segundo o autor, o que motivaria o engajamento seria a disputa pelo futuro e pela transformação da realidade. Desse modo, quanto maior for o grau de engajamento, maior é a possibilidade de transformação de um *status quo*. Em meio aos conflitos somos compelidos a nos engajar qualquer que seja o grau, tanto para a manutenção de uma conjuntura quanto para sua mudança. Assim, o engajamento só se realiza na prática e está diretamente associado a algum resultado social e de alteração de uma realidade imediata e local. Aquele que se engaja está interessado na "produção de futuros, na apropriação do devir pelo homem presente e na escolha de uma metodologia adequada para a solução de problemas relacionados com a diferença entre predição e realização no interior da história e à sua margem" (SANTOS, 2005, p. 420-421). Por essa leitura, o engajamento em si é imanente a experiência da vida. É um estado de envolvimento constante. Estamos sempre engajados ativa ou passivamente, qualquer que seja o grau. Desse modo, não haveria um estado de desengajamento. Assim, para entendermos seus significados, seus modos, o que os motiva e os efeitos gerados pelo engajamento, seria necessário identificar a que tipo de contexto e objetivo estamos nos referindo quando evocamos o termo. Estamos falando de engajamento político e militar? Ou

trata-se de um processo que depende de envolvimento cidadão para uma ação coletiva? Seria o termo empregado para indicar o grau de fidelidade de um consumidor com uma marca? Ou para medir a qualidade de vínculo e comprometimento de funcionários em uma empresa?

Com a finalidade de exprimirmos um sentido mais tangível e contextualizado sobre esses conceitos, deslocaremos as questões de envolvimento e engajamento para a experiência do CCBFV. Partindo da proposta do CCBFV de se constituir um espaço político aberto, participativo e democrático por meio da construção coletiva de ações cidadãs, um dos principais desafios consistia, justamente, na realização de abordagens capazes convidar os cidadãos à participação tanto nos encontros regulares na praçinha, como nas ações e eventos realizados no bairro. Isso quer dizer que apenas o fato de estarmos presentes na praça não configurava as condições necessárias para que as pessoas do bairro se aproximassem. Além disso, a manutenção e continuidade do grupo dependiam necessariamente do envolvimento ativo e do engajamento dos participantes. Portanto, precisávamos constantemente repensar nossas estratégias de comunicação no bairro para que de fato conseguíssemos estabelecer uma relação de confiança, motivando as pessoas a participar e a construir coletivamente essa experiência. Nesse sentido, a visão de projeto aqui apresentada tem menos a ver com a ideia de desenvolvimento, muito associada ao projeto do design moderno que prevê resultados a serem alcançados, do que com a de um design mais focado nos processos, em seus desdobramentos e movimentos muitas vezes imprevisíveis.

Por essa perspectiva, a experiência do CCBFV entendida como um projeto que visa reforçar a percepção de comunidade como uma organização social de “pessoas comuns” capaz de se auto-organizar para refletir e atuar sobre os problemas locais poderia ser compreendida mais como um processo de design aberto, não-linear e não-sistêmico (MANZINI, 2015; MERONI, 2007). Nesse sentido, as noções de envolvimento e engajamento poderiam ser compreendidas como sinônimos e se manifestam na prática a partir da política dos afetos, ou seja, a partir do jogo de afecções gerados uns sobre os outros, configurando um corpo coletivo que se move a partir de suas necessidades, desejos, recursos, princípios e criatividade para transformar a realidade local em que vivem. Assim, o envolvimento se manifestava na medida do desejo de quem participava, de quem queria estava ali na praçinha para os encontros semanais, na vontade de construir redes e laços, na disponibilidade de compartilhar saberes, no interesse genuíno pelo outro e pelas experiências de alteridade, no engajamento em ações, no comprometimento com as tarefas, na responsabilidade das falas. Em suma, engajar-se e envolver-se nesse contexto significava se dispor em presença, em afeto e em ações, para a construção coletiva de um espaço democrático capaz de convidar e acolher tanto os moradores

do Bairro de Fátima, como qualquer pessoa que se sentisse afetada pelo projeto e desejasse participar dele. Para estar ali bastava querer.

#### 4.1.3 Participação

Se estamos falando de práticas e processos realizados a partir de e voltados para a coletividade, um outro conceito-chave de nossa abordagem consiste na ideia de participação, com todas as suas variantes, desafios e limitações. A noção de participação é, portanto, uma questão fundamental de nossos processos, pois o CCBFV só poderia existir e produzir a partir da participação direta e coletiva das pessoas tanto nos encontros como nas ações focais. Portanto, pensar sobre práticas e processos participativos quase sempre significa pensar a respeito do que significa participar, os graus e medidas de participação, quem são os sujeitos que vão tomar parte nesses processos, e principalmente, como motivar e incrementar a participação. Apesar dessa perspectiva estar muito próxima da noção de engajamento, uma possível distinção entre ambas seria a respeito dos modos e intensidades como a participação acontece. Como vimos anteriormente, a noção de engajamento remete a uma ideia de envolvimento prático das pessoas com os ideais e processos do grupo e pressupõe a participação dos sujeitos nas atividades propostas. No entanto, a inclusão de práticas participativas não é capaz de gerar, necessariamente, o envolvimento ou o engajamento desejável em processos colaborativos para que projetos comunitários sejam mais perenes. O que ocorre é que muitas vezes a participação fica limitada a uma prática pontual em uma atividade específica. No caso do CCBFV o desafio a ser superado era, portanto, pensar em táticas e estratégias capazes de tornar a participação um processo mais vivo e presente em todas as nossas práticas, podendo potencialmente resultar no incremento do engajamento cidadão em ações que concernem a coletividade do bairro.

Como vimos no capítulo 2.3, o conceito de participação passou por diversos processos de disputa e apropriação em diversas áreas do conhecimento, inclusive no próprio campo do design, impulsionando a criação de práticas de design mais interessadas em compreender as relações envolvidas no processo produtivo, bem como em experimentar ferramentas e abordagens de pesquisa mais abertas e exploratórias, fortalecendo assim a ideia de um projeto mais democrático por meio da inclusão de práticas participativas e colaborativas. Nesse sentido temos visto, desde então, a emergência e a proliferação de diversas práticas de design

interessadas no envolvimento direto dos participantes no processo projetual (AAGAARD et al., 2013; ANASTASSAKIS; SZANIECKI, 2016, BINDER et al., 2015). Essas práticas acabam inspirando uma outra concepção de projeto que, em maior ou menor grau, procuram compreender o usuário sob uma perspectiva bem menos distanciada do projeto. Inclusive a própria noção de usuário passa a se apresentar com contornos menos definidos, uma vez que, dependendo do projeto a ser elaborado, as pessoas envolvidas no processo, sendo elas designers ou não-designers, são compreendidas enquanto participantes, agentes, colaboradores ou até mesmo cocriadores. Uma visão um pouco mais radical é convocada por Manzini em seu livro *Design when everybody designs* (2015), no qual o autor diferencia o design especializado, realizado por pessoas que receberam uma formação em design, daquilo que ele conceitua como um *design difuso*, ou seja, uma prática capaz de ser realizada por qualquer pessoa independente de ter recebido um treinamento específico para isso. O autor ainda vai além. Partindo da premissa de que todos somos designers, independente de nossas formações técnicas, o papel que caberia aos designers seria auxiliar e facilitar os processos de aprendizagem no design difuso que possam gerar mudanças sociais, dando foco aos sistemas de colaboração com não-designers (MANZINI, 2015). E é dessa perspectiva que reconhece a habilidade projetual de todo indivíduo que a experiência do CCBFV mais se aproxima.

No contexto específico do CCBFV, a participação era uma das condições mais primárias para que o engajamento acontecesse. Os desafios inerentes às práticas que almejam a participação cidadã, e, conseqüentemente o engajamento, tornam-se ainda mais evidentes quando se trabalha com públicos heterogêneos, não previamente determinados e sem um propósito fixo ou claramente estabelecido, como é o caso de experimentos realizados no espaço público que visam a participação espontânea dos cidadãos. No caso do CCBFV, por exemplo, percebíamos que a aproximação de novos integrantes ao grupo raramente acontecia espontaneamente e a partir da iniciativa desses sujeitos. A participação e a inserção de novos membros, ou mesmo de curiosos aos nossos encontros na praça dependia muitas vezes de uma abordagem direta sobre às pessoas presentes na praça, convidando-as a conhecer nossa proposta. Ao longo de nossa experiência fomos criando, individual ou coletivamente, meios de efetuar essa abordagem na praça e no bairro de forma geral. Frequentemente, alguns de nós chegavam na praça pouco antes do início do encontro para poder conversar com as pessoas presentes e falar sobre o CCBFV. Às vezes o convite era feito por meio de panfletagem no bairro e seu entorno. Outras, simplesmente nos instalávamos na praça aguardando a aproximação dos curiosos. De todo modo havia duas questões importantes nesse processo. De um lado, nem todos os “circulantes” (como nos apelidamos) sentiam-se à vontade para se

aproximar e iniciar uma conversa com um desconhecido, uma vez que esse processo demanda uma certa desenvoltura para falar em público. De outro, geralmente as reações mais comuns nesse processo de abordagem, pelo menos num primeiro momento, era o estranhamento e desconfiança por parte dos que estavam sendo convidados. Essas duas perspectivas evidenciam uma questão pouco mencionada em processos participativos e abertos no espaço público. Em ambos os lados percebemos a manifestação de comportamentos como introversão, insegurança e até mesmo de constrangimento. Isso porque o processo de se colocar fora da zona de conforto, ou mesmo de se relacionar com o desconhecido, abre um canal de vulnerabilidade em ambas as direções. Portanto, precisávamos constantemente reavaliar nossa estratégia de aproximação no bairro e pensar em modos criativos e ao mesmo tempo mais gentis, de abordar e efetuar o convite. Isso não quer dizer que todos eram “obrigados” a realizar essa ação. Como sempre, nossa proposta era a de que cada um participasse do modo como lhe conviesse. Para alguns, isso significava simplesmente não se expor à situação de vulnerabilidade. Para outros, uma oportunidade de experimentar modos variados e criativos de abordagem. O importante era que todos se sentissem à vontade no grupo. De todo modo, percebemos, ao longo de nossas experiências, que os eventos realizados na praça se mostraram como uma excelente oportunidade para que esses encontros acontecessem de modo mais espontâneo. Por se tratar de uma ocasião festiva mais informal, as pessoas acabavam ficando mais à vontade e disponíveis para conversar e compartilhar. Assim os eventos constituíam um espaço propício e atraente do encontro, talvez a principal estratégia para gerar situações de interação e conversa e para a divulgação do projeto do CCBFV.

Figura 7 – Conversas com moradores e visitantes durante a 2ª Feira de Doações



(a)



(b)

Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Uma outra observação sobre esse tópico se refere às práticas de participação no interior do próprio grupo. Quando falamos ou ouvimos sobre a implementação de políticas participativas, existe, de certo modo, um pressuposto de que todas as pessoas querem de fato participar ativamente dos processos e das decisões a serem tomadas. Assim, em tese, bastaria que fossem oferecidas a oportunidade e os meios para que a participação ampla e direta se efetuassem. No entanto, pudemos perceber na prática que essa hipótese não era tão incontestável assim. Além dos desafios pessoais de cada indivíduo, tais como timidez, insegurança e medo que acabavam se apresentando como relevantes fatores de limitação na questão da participação, sob uma perspectiva mais coletiva poderíamos falar também na questão de uma cultura de participação frágil e muitas vezes insuficiente para dar conta de um projeto que almejava uma participação ampla e direta dos cidadãos e cidadãs naquele espaço.

Por cultura me refiro a uma visão da antropologia social e política europeia, idealizada entre os séculos XIX e XX, que compreende o conceito como um conjunto de padrões de comportamento e acordos coletivos (explícitos ou não) regidos não apenas por uma ordem física e vital, mas também pela ordem simbólica, ou seja, pela construção de linguagens e pela ação do trabalho como meios para transformação da própria vida (CHAUI, 2008). Em outras palavras, a cultura passa a ser definida de maneira mais abrangente na medida em que é compreendida como produção e criação de linguagem, de comportamento, de modos de trabalhar, de instrumentos e artefatos, de habitação, de expressões artísticas, de sistemas de relação social e familiar, de religião, de relações de poder, de estruturas políticas, ou seja, um campo no qual os sujeitos humanos constroem para si símbolos e signos, instituindo as práticas, os valores e os acordos que irão mediar as relações sociais. Portanto, essa visão reconhece a singularidade cultural de cada sociedade ou grupo social e, compreende que cada uma delas exprime, de modo histórico e materialmente determinado, sua própria ordem humana simbólica (Ibid.). De acordo com essa visão podemos dizer, então, que cultura de participação seria um conjunto de símbolos, signos, valores, comportamentos e práticas sociais que visam instituir, fortalecer e manter atividades sociais pautadas por práticas participativas. Mas como a cultura participativa se manifestou no Brasil dos últimos 40 anos? Será que podemos dizer que a participação é um valor social amplamente aceito, reconhecido e praticado? O que nossa cultura de participação pode dizer sobre nós mesmos e sobre os modos como nos relacionamos com a política?

No caso do CCBFV podíamos perceber os desafios de uma “cultura de participação” se manifestar nos encontros principalmente durante os processos de distribuição das falas. Propostos como espaços democráticos e abertos a qualquer um que desejasse participar,

construímos coletivamente mecanismos que pudessem assegurar a democratização do espaço, procurando distribuir de maneira equilibrada os espaços de fala de cada um. No entanto, na prática esse processo acontecia muitas vezes de modo menos fluido do que desejávamos. Instauramos a ata não apenas como procedimento para registrar as reuniões, mas também como um meio capaz de marcar a vez da fala de cada pessoa. Assim, em cada encontro alguém se responsabilizava por fazer os registros e marcar a ordem de inscrições. Apesar de certa organização de papéis, existia também um acordo coletivo no qual todos os presentes eram corresponsáveis pelo andamento da reunião, pelo asseguramento da democratização das falas e pelos apontamentos de possíveis encaminhamentos. Mas se por um lado esse era um mecanismo instaurado para que todos que quisessem falar fossem ouvidos, por outro, nem todos os participantes arriscavam a chance de compartilhar sua voz, fosse por introversão, timidez, insegurança e mesmo falta de vontade. Era bastante comum, por exemplo, que os diálogos se concentrassem em torno de pessoas mais comunicativas e/ou extrovertidas, ou mesmo entre o grupo de pessoas mais engajadas e que, por questão de tempo de convivência, haviam conquistado um certo grau de intimidade no interior do próprio grupo, fator responsável por deixarem-nas mais à vontade para expor suas opiniões dentro desse espaço. Assim, frequentemente tínhamos que reestruturar a dinâmica dos encontros para que todos exercitassem a prática da fala e da escuta democrática. Isso significa que, de um lado, os mais comunicativos tinham que aprender a controlar sua voz para poder dar espaço ao próximo. E os mais tímidos tinham que exercitar a prática de uma participação mais ativa. É importante salientar que “ter” não quer dizer uma imposição, principalmente sobre os mais tímidos. Mas em se tratando da construção coletiva de um espaço democrático, quanto mais tivéssemos consciência sobre as limitações e potenciais uns dos outros, e quanto mais estivéssemos dispostos a aprender uns com os outros, mais democrático e participativo os encontros se tornariam. Assim, ao longo de nossa experiência fomos experimentando diferentes modos de participar e de convidar à participação. Além disso, o CCBFV configurava-se como um grupo elástico na medida em que, de tempos em tempos, algumas pessoas saíam, outras entravam e, no decorrer de seu processo, os participantes também estavam em seus processos contínuos e individuais de aprendizado e mudança. O próprio agenciamento coletivo se transformava, e com isso, os acordos coletivos, as práticas e processos necessitavam ser continuamente reajustados. Isso nos mostra que a questão da participação não está dada, nem pressupõe o equilíbrio das partes envolvidas mesmo que se instaurem os meios e mecanismos para que ela aconteça. É preciso perceber as diferentes nuances da participação, as diferentes habilidades e



limitações de cada indivíduo, e entender que participação não é um resultado, mas um processo de composição em contínua (re)construção.

Figura 8 – Encontro do CCBFV após evento da 1ª Feira de Doação com participação de outros moradores do BF



Fonte: arquivo pessoal, 2015.

#### 4.1.4 Democratização da democracia

No campo do Design, o debate sobre a democratização da democracia não é novo. Pioneiros do design participativo, pesquisadores escandinavos vêm, desde a década de 1960, questionando os processos pelos quais o design surgiu, investigando algumas questões acerca das expansões do campo relacionando-o a noções sobre democracia, enfatizando assim, as suas dimensões políticas (BINDER et al., 2015). Apesar de certa abertura projetual, esses pesquisadores escandinavos alegam que a tradição do design participativo ainda se apresenta como um projeto bastante programático focado em encontros pontuais de design colaborativo — tais como eventos e oficinas — e que visa resultados mais ou menos esperados (Ibid.). Nesse sentido, esses autores procuram diferenciar o Design Participativo do Codesign, avançando na questão sobre o experimental deste último.

Influenciados por uma noção de democracia experimental construída a partir de John Dewey (2012) e pela noção de composições sociomateriais vindas da Teoria Ator-Rede de Latour (2005), esses pesquisadores vêm repensando as práticas participativas e colaborativas de design — mais especificamente a tradição do Design Participativo e as novas experimentações do Codesign no campo político — como um valioso campo de experimentos

capaz de trazer uma nova luz sobre as questões públicas a fim de democratizar a democracia por meio do que Latour (2008) chama de “desenhar as coisas juntos” (*draw things together*). Nesse sentido, esses pesquisadores vêm propondo o design como uma construção colaborativa de “coisas” (*things*) que visam explorar modos de trazer à tona questões controversas sobre o público emergente, de evocar e promover assuntos de interesse (BINDER et al., 2015). Assim, essas práticas são apontadas pelos autores como valiosas contribuições para as práticas experimentais de participação e para a ampliação dos modos experimentais de democracia.

Contudo, “desenhar as coisas juntos” não significa mapear as controvérsias ou projetar visões utópicas sobre futuros possíveis, e sim tornar as coisas públicas por meio de uma atitude experimental, performática e colaborativa, reconhecendo as coisas como um “parlamento de coisas” (LATOURE; WEIBEL, 2005). O que Binder et al. (2015) chamam de “experimentos democráticos de design” (*democratic design experiments*) é justamente a composição entre Codesign, Teoria Ator-Rede e públicos emergentes por meio de processos que esses autores conceituaram como *design thinging*, ou seja, uma articulação entre os processos de tomada de decisão coletiva e a construção colaborativa de materiais, entre as práticas parlamentares e as práticas “laboratoriais”, entre o engajamento com objetos e com os assuntos de interesse coletivo para forjar estratégias e táticas de participação e de modos de representação com relação à emergência das questões públicas. Portanto, esse autores argumentam que as práticas colaborativas de design — entendidas como experimentos democráticos de design — são capazes de abrir novos caminhos para a mediação, para o engajamento público e para a representação na política por meio da criação de *coisas* e do público, além de reconhecer que o próprio fazer no Codesign é uma negociação de como esses experimentos podem se desdobrar, contribuindo para o repertório de como tomar decisões de modo mais democrático (BINDER et al., 2015). Os autores entendem que, nessa proposta, não é o design que executa os agenciamentos, mas ao contrário, ele deve atuar a partir dos agenciamentos que se formam, auxiliando nos processos que irão evocar o público e promover engajamento. Isso quer dizer que nos experimentos democráticos de design nem os participantes, nem as temáticas são dadas *a priori*, mas se constituem no próprio fazer. Além disso, compreende-se que esses agenciamentos também não são fixos, mas estão continuamente abertos a mudanças e a novas configurações sociomateriais.

Binder et al. (2015) comparam o design colaborativo a um fórum híbrido, ou seja, um espaço aberto e heterogêneo composto por diversos atores — especialistas, políticos, técnicos, leigos, etc. — que se reúnem numa atmosfera de incertezas para debater e decidir sobre

questões frequentemente controversas para os sujeitos envolvidos. Segundo os autores, esses fóruns híbridos se caracterizam como coletivos composicionais nos quais as possibilidades de mundos são exploradas por meio da pesquisa colaborativa. Assim, os experimentos democráticos de design estão interessados em explorar e experimentar colaborativamente outros modos de tomada de decisão por meio de atividades de “desenhar coisas juntos”. Essa perspectiva nos leva a supor que a democratização do processo projetual colocaria os sujeitos envolvidos no projeto no mesmo patamar de igualdade, usufruindo dos mesmos direitos e responsabilidades. Além disso, essas abordagens conduzem a uma concepção de design como uma ferramenta potencialmente capaz de democratizar a democracia de baixo para cima.

Um outro ponto importante levantado pelos pesquisadores escandinavos se refere à questão da importância do convite para os experimentos democráticos de design. Assim, a tentativa de constituir um público e uma questão emergente não se limita a uma questão de facilitação de processos, mas implica na habilidade de criar propostas que estimulem a participação. Redirecionando o foco da pesquisa em codesign para questões sociais e interesses públicos mais amplos, esses pesquisadores propõem que o convite seja radicalmente aberto de modo a expandir a amplitude dos possíveis participantes na construção de questões e do público. Isso quer dizer que, segundo eles, seria preciso eliminar, tanto quanto fosse possível, qualquer critério de seleção de quem pode ou não participar. No entanto, os autores nos alertam que essa não é uma tarefa simples e que, portanto, elaborar modos e meios de convidar a participação de um experimento democrático de design é uma questão delicada que exige cuidados. Assim, seria preciso que o convite fosse expresso com suficiente clareza para que seja capaz de, por um lado, despertar a curiosidade e o interesse, e por outro, deixar suficiente abertura para estimular o desejo dos participantes em intervir, articular e construir as questões de interesse.

Binder et al. (2015) ensejam um programa de pesquisa em/com design que visa ser intervencionista, transdisciplinar e supostamente imprevisível na medida em que os experimentos democráticos de design procuram engendrar encontros suficientemente abertos e exploratórios capazes de evocar questões de interesse muitas vezes controversos. Nesse contexto o que está em jogo não são necessariamente os resultados, mas os processos participativos e democráticos de desenhar as coisas juntos. Nisso reside a importância do caráter exploratório e muitas vezes improvisado desses experimentos uma vez que ao investigar as possibilidades de futuros, que são intrinsecamente imprevisíveis e múltiplos, é necessário convocar a ação coletiva por meio de ensaios, tentativas e riscos. Além disso, esse programa de pesquisa reconhece que os pesquisadores envolvidos estão profundamente implicados nos

experimentos democráticos de design, e, portanto, não devem ter medo de enfrentar e intervir nas questões exploradas. Finalmente, os experimentos democráticos de design engendram espaços democráticos por via da abertura do processo projetual, onde os sujeitos envolvidos são convidados a participar não apenas nos processos decisórios, como, sobretudo, a imaginar juntos futuros possíveis, pensar e propor ideias a serem prototipadas. Assim, o principal foco dos experimentos democráticos de design consiste na busca contínua por novas formas de fazer emergir o público e as questões e, na ampliação do repertório de expressão democrática.

Tomando por referência os debates apresentados até agora sobre democracia podemos, então, aprofundar essas questões, relacionando a experiência do CCBFV a processos de democratização da democracia a partir da ideia de experimentos democráticos de design desenvolvidos pelos pesquisadores escandinavos. Em primeiro lugar, por ser uma experiência fundamentalmente experimental e realizada a partir de e com cidadãos “comuns”, poderíamos, em certa medida, reconhecer o CCBFV como um laboratório de experimentos cidadãos e democráticos uma vez que seu principal propósito era constituir, a partir de práticas coletivas, um espaço democrático e participativo para que questões coletivas, e muitas vezes controversas, emergissem, e a partir delas, pudéssemos elaborar debates e estratégias para tomadas de decisões e, eventualmente, para a realizações de ações no próprio bairro. Assim, um dos principais alicerces que fundamentaram o CCBFV como uma experiência para democratizar a democracia reside no fato desse “espaço democrático” ser efetivamente um espaço público, aberto, inserido no coração do Bairro de Fátima. Portanto, a proposta do Círculo, desde seu início, era a profanação do espaço político, tornando os encontros na praça uma experiência concreta de construção de uma ágora popular que fosse capaz de acolher as diversidades e promover debates amplos e abertos.

Figura 9 — Encontro do CCBFV na pracinha do BF



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

No entanto, uma importante diferença com relação a ideia de laboratório era que nas experiências do Círculo não estávamos tão presos a ideia de implementação de procedimentalismos e de sistematizações das práticas, mas nos interessávamos mais em experimentar práticas, ferramentas e metodologias de modo mais aberto possível. Podemos levantar dois motivos principais: o primeiro consiste na ideia de desburocratização das práticas políticas no interior do Círculo. Nosso maior desejo, e principal desafio, era, como já mencionado, a participação e o engajamento dos moradores tanto nos encontros, como nas ações que realizávamos. Para que esse espaço fosse o mais convidativo possível era preciso reduzir as características que fizessem alusão a espaços e procedimentos políticos sisudos, tais como uso de jargões, excesso de regras, ou temas tipicamente relativos à esfera da política macro ou muito distantes da realidade cotidiana. Se a ideia era justamente aproximar as pessoas das práticas cidadãs, era preciso tornar os encontros, e não reuniões, ambientes acolhedores onde as pessoas se sentissem à vontade para conversar, debater, discordar e propor ideias.

O segundo ponto que justifica o reduzido procedimentalismo laboratorial do Círculo se refere, de certo modo, à condição da minha inserção no grupo. Apesar de ser designer e de apresentar um interesse pessoal de pesquisa sobre essa experiência, eu não havia chegado no CCBFV como uma designer convidada para sistematizar procedimentos políticos ou instaurar metodologias de codesign políticos. Ou mesmo como a profissional encarregada de executar a comunicação visual dos eventos. Mas, antes, a minha inserção no grupo se valia das mesmas condições de qualquer outro participante: a de cidadã. Isso não quer dizer, portanto, que eu, ou qualquer outro indivíduo com suas próprias qualidades e bagagens, não pudesse propor ações, modos de organização, etc. Afinal, por ser um grupo relativamente heterogêneo, podemos afirmar que qualquer participante tinha abertura para contribuir com suas próprias habilidades, conhecimentos e experiências. Mas esse não era um fato dado desde o início e sim algo que foi construído. Assim, essa situação se manifestava quando uma habilidade específica de alguém era convocada pelo grupo, ou ao contrário, quando alguém oferecia suas habilidades específicas para alguma atividade do grupo. Por exemplo, muitas vezes eu me ofereci ou me convocaram para criar as artes dos eventos que realizamos. Em outras ocasiões, procuramos descentralizar esse papel para tornar esse fazer um processo mais colaborativo e democrático, resultando, portanto, em criações visuais e comunicativas mais plurais. Portanto, os procedimentalismos e sistematizações só aconteciam quando o grupo manifestava uma necessidade coletiva sobre isso.

Outra característica sobre os processos de democratização da democracia se relaciona ao conceito de *agenciamento coletivo* de Deleuze e Guattari (1995-a) e aos processos de

construção e revisão dos sentidos de democracia. Apesar de alguns participantes serem mais assíduos nos encontros durante todo o tempo de existência do CCBFV, não podemos dizer que éramos um grupo específico e constante de pessoas. Muitos dos que fundaram o grupo com o tempo não puderam mais frequentar, enquanto outros novos integrantes se aproximaram ao longo do tempo. Enfim, o CCBFV não era um coletivo fechado, mas um grupo bastante elástico em termos de número de participantes e de assiduidade nos encontros. Devido a essa abertura, os processos e práticas do grupo dependiam diretamente dos agenciamentos que se constituíam em cada encontro na praça e que por sua vez, estavam em constante mudança. Por isso, era frequente revisarmos nossos procedimentos, acordos, tarefas e decisões. Consequentemente, estávamos, direta ou indiretamente, constantemente refletindo e aprendendo sobre os nossos processos e os significados e modos de participação democrática no interior do grupo.

Isso nos leva a um outro ponto que são os processos de *draw things together*. De acordo com a descrição escandinava sobre os fóruns híbridos, podemos compreender o CCBFV como um coletivo composicional. Por ser uma vivência democrática plural, aberta, no espaço público, em constante transformação e alinhada a proposta de democratizar a democracia, o CCBFV procurou, durante sua existência, experimentar modos e práticas de “desenhar as coisas juntos”, ou seja, imaginar e criar juntos o espaço, as questões a serem debatidas, as ações e os eventos, os modos de se organizar e comunicar dentro e fora do grupo numa atitude assumidamente experimental, improvisada, incerta e sem pressa. Além disso, o próprio CCBFV era uma construção colaborativa de si mesmo e de coisas enquanto levantamento de assuntos de interesse, público, ações, abordagens, protótipos, dispositivos de conversação, etc. Portanto, a principal questão em jogo no Círculo não era se chegar a um resultado específico, mesmo que tivéssemos intenções explícitas com as coisas que nos propuséssemos a realizar, mas estávamos profundamente interessados nos processos participativos e democráticos de desenhar as coisas juntos.

Como mencionado no capítulo 3.2, a ideia dos Círculos de Cidadania foi inspirada pelo movimento municipalista da Espanha, e a partir desse debate surgiram algumas experiências de Círculo na cidade do Rio de Janeiro e em algumas outras. Portanto, o CCBFV já nasceu a partir de uma rede de fortalecimento e solidariedade. No entanto, existia uma forte autonomia entre esses grupos que possibilitou ao CCBFV a construção de seu próprio caminho, pautas e modos de operar. Além dessa rede, outras se formaram a partir da iniciativa dos próprios integrantes do Círculo, como as articulações realizadas com algumas ocupações por moradia na região da Lapa e do Centro, com a Assembleia Popular da Cinelândia, com

coletivos de ativistas (Minc) e de artistas (Ratos Di Versos) e até mesmo via redes sociais. Essas redes foram importantes mecanismos de comunicação e divulgação das atividades entre os grupos, e de fortalecimento da própria ideia que essas experiências defendiam, inspirando a multiplicação e ampliação de outras e novas iniciativas.

Por fim, podemos dizer que o CCBFV pode ser compreendido como um experimento democrático de design, pois procurou assumir e se fortalecer enquanto uma experiência política cidadã, pautada fortemente por um experimentalismo democrático e pela abertura dos processos projetuais, criando assim, um espaço democrático múltiplo, flexível, participativo e altamente criativo. Assim, a experiência do CCBFV contribuiu não apenas para criar coletivamente espaços democráticos e instituir práticas de desenhar as coisas juntos, mas foi capaz de ampliar o leque de possibilidades de expressões democráticas e de engendrar novas gramáticas políticas e sociais, configurando-se como uma experiência não-hegemônica de democracia.

## 4.2 Designer

A perspectiva de um design como campo expandido e de suas relações com esse novo ambiente nos convoca a observar e reavaliar a própria função de designers como agentes diretos em processos colaborativos, investigando seus modos de atuação e participação, bem como avaliar como os processos colaborativos convidam a exercitar outras habilidades e práticas possivelmente mais favoráveis às novas perspectivas de atuação em uma ação coletiva. No entanto, essa nova paisagem não se apresenta como uma superfície plana, na qual as relações acontecem de modo fluido e simétrico na direção de um consenso. Ao contrário, a coelaboração desse novo território incita a possibilidade do que Isabelle Stengers (2005) chama de uma *ecologia das práticas* como uma ferramenta para pensar por meio dos acontecimentos situados. Como uma ferramenta para pensar, Stengers nos convoca a resistir às forças dos hábitos uma vez que o que está em jogo em uma ecologia das práticas é a possibilidade de “dar à situação o poder de nos fazer pensar” (p.185). Numa perspectiva semelhante o antropólogo Arturo Escobar sugere que a

[...] capacidade ontológica de 'fazer história' - de se engajar em conversas e intervenções que mudam a forma como lidamos com nós mesmos e as coisas, especialmente o contexto necessário para compreendê-las - pode ser reavivado. A revelação hábil e eficaz (*skillfull disclosing*) de novas possibilidades de ser no mundo, no entanto, requer intenso envolvimento com a comunidade, em vez da tão celebrada

deliberação distanciada ou de uma compreensão descontextualizada, característica de grande parte da ciência e dos debates na esfera pública. Requer um tipo diferente de atitude que vem de viver em um lugar e ter um compromisso com uma comunidade com a qual nos envolvemos em atividades pragmáticas em torno de uma preocupação compartilhada ou em torno de uma 'desarmonia' ou problemática central. A partir dessas noções, já podemos perceber a ideia de que o designer poderia ser um revelador nesse sentido; mais ainda, o designer demonstra a consciência de que é um revelador (*discloser*)” [...] (ESCOBAR, 2016, p. 130-1310, tradução nossa).<sup>22</sup>

No contexto do CCBFV a função do designer não era limitada àqueles sujeitos dotados de habilidade técnicas e projetuais ou que receberam algum tipo de treinamento específico, mas transbordava para todos os agentes ativamente envolvidos em uma prática colaborativa em torno de um desejo ou questão coletiva. Como sugere Manzini (2015), uma situação que não se limita pela relação entre designers e não-designers, mas que compreende não-designers como designers. Por essa perspectiva poderíamos dizer que a habilidade de revelar — *questões de interesse*, problemáticas e possibilidades de ação — seria uma prática potencialmente inerente em todo participante do Círculo, apesar de que, talvez, nem todos tivessem a consciência disso.

Os tópicos a seguir procuram, então, tecer relações entre as experiências vividas no CCBFV e a constituição de uma percepção de mundo feita a partir de uma *ecologia das práticas*. Para fins de análise, destacaremos como algumas funções e práticas se manifestaram nas situações e contingências do CCBFV, procurando, nesse processo, tanto revelar as habilidades existentes num campo de relações heterogêneas, como apontar para aquelas que precisariam ser aprimoradas nesse difícil processo que é fazer junto.

#### 4.2.1 Modéstia

A proposta de uma micropolítica local pautada pela política dos afetos e de um fazer colaborativo tinha como aposta a construção do que entendíamos como uma democracia de “pés descalços”, ou seja, uma democracia feita a partir do fortalecimento das relações pessoais, do resgate da vizinhança, das possibilidades de ação direta no território e da produção da cidade. Desse modo, o CCBFV surgiu como uma experiência essencialmente

---

<sup>22</sup> [...] *Esta habilidad ontológica para 'hacer historia' — para involucrarse en conversaciones e intervenciones que cambian la forma como nos ocupamos de nosotros y de las cosas, sobre todo el trasfondo que se necesita para entenderlas — puede ser reavivada. (...) La revelación hábil y efectiva (skillfull disclosing) de nuevas posibilidades de ser en el mundo, sin embargo, exige un intenso involucramiento con una colectividad en lugar de la tan celebrada deliberación distanciada o el entendimiento descontextualizado, característico de buena parte de la ciencia y los debates en la esfera pública. Requiere un tipo diferente de actitud que proviene de vivir en un lugar y de tener un compromiso con una comunidad con la que nos involucramos en actividades pragmáticas en torno a una preocupación compartida o alrededor de una 'desarmonía' o problemática central. En estas nociones ya podemos percibir la idea de que el diseñador podría ser un revelador en este sentido; más aún, el diseñador demuestra conciencia de que es un revelador (discloser). [...]*



despretensiosa, incipiente e experimental. Modéstia, como definido por Latour (2014), era uma característica presente em toda a existência do grupo, bem como das ações e eventos que construíamos. Não existia, assim, um projeto pré-definido ou uma meta a ser alcançada. Nossa ação era conduzida pelo exercício constante da experimentação e da imaginação coletiva, pelas reflexões geradas a partir de nossos erros e de acertos, pela capacidade de construir coletivamente. Não havia, também, nenhuma distribuição de papéis definida e definitiva. Esse modo de operar do grupo estabelecia, portanto, uma condição de participação que não era limitada pela habilidade técnica dos participantes. Ao contrário, ela ampliava as possibilidades da circulação dos papéis e práticas dentro do grupo. Ainda que meu interesse pessoal e profissional por práticas participativas e colaborativas tivessem me levado a encontrar o CCBFV, minha participação no grupo não foi encomendada, ou seja, eu não havia sido convocada pelo grupo enquanto profissional habilitada para trabalhar com práticas participativas do campo do design. Não era minha atuação profissional que legitimava minha atuação no grupo, mas, antes, minha participação enquanto cidadã. Essa condição me colocava não enquanto designer responsável por resolver algum problema ou assumir algum papel específico, mas enquanto uma pessoa interessada em construir junto com outras esse espaço político experimental. Claro que, ao participar, eu carregava também minha bagagem e conhecimento específico do meu campo profissional. Mas eu não poderia me valer disso para achar que tinha um conhecimento especial ou diferenciado em relação aos outros participantes, ou que assumiria algum papel específico relativo às minhas habilidades técnicas. Além de arrogante, essa postura poderia incorrer no atropelamento dos processos e práticas do grupo. Seria necessário, então, assumir uma postura modesta e estar aberta aos desafios que surgissem dessa experiência, aproveitando brechas nas quais eu pudesse propor práticas e abordagens do meu campo na medida das oportunidades, ou mesmo assumindo outros papéis e responsabilidades antes não previstos. Afinal, o CCBFV constituía uma experiência micropolítica e, como tal, eu, assim como os outros participantes que eu acabara de conhecer, queria descobrir esse processo em seu próprio acontecer.

A respeito da questão dos saberes e técnicas individuais, recordo-me de uma conversa que tive com meu companheiro e também participante do Círculo no final de 2015, na qual preparávamos uma fala para o Seminário Entremeios cujo o tema era “Práticas criativas e democracia com participação cidadã”. O CCBFV existia há cerca de oito meses quando Gabriel e eu conversávamos sobre a dificuldade em construir mecanismos capazes de aproximar os moradores do bairro em torno de questões comuns, de fazê-los enxergar as questões do bairro como algo tão importante como suas questões pessoais, e portanto de engajá-los nos encontros e

ações do grupo, quebrando a inércia política para praticar uma democracia mais direta e participativa. Enfim, como incitar o interesse e a iniciativa dessas pessoas tão envolvidas em suas próprias urgências cotidianas? Como pessoas ligadas ao campo do projeto, como o design, a arquitetura e planejamento urbano, percebemos que uma tendência nossa era querer resolver a questão através de nosso olhar, ferramentas e técnicas. No entanto, percebíamos também que essa não era uma questão limitada à atuação projetual pois cada indivíduo carrega suas próprias experiências, conhecimentos e habilidades, e, portanto, suas ações e modo de se relacionar com o mundo são, de algum modo, reflexos dessas bagagens. Assim, um matemático tende a resolver um problema matematicamente e o sociólogo, pela perspectiva sociologia. Em uma passagem da sua tese *Política das ruas: Devires, feitiços, encruzilhadas e outras histórias de cidade*, Gabriel descreve bem essa condição:

Imagine a seguinte cena: você é urbanista, trabalhou em planos, treinou-se na arte dos diagnósticos urbanos, na leitura das escalas, das plantas, mapas e legislação e atende a um encontro que se faz em roda numa praça da cidade. Sentado, no chão da praça, o urbanista em situação de rua (ação in situ) é capaz de desvencilhar-se de seu lugar de fala e do poder que quer agir sobre os outros desde seu saber legitimado cientificamente e lateralizar suas técnicas de fazer cidade com a de outros? Outros que estão igualmente sentados no chão da praça, lugar que não pertence a ninguém, onde lugares de fala podem deslizar uns sobre os outros se forem capazes de produzir um outro lugar, comum, onde as técnicas do urbanista podem se acoplar às do artista, do morador de rua, da ativista e psicanalista, do instrutor de yoga, do hacker, da professora de história, da designer, do cientista da computação, do aposentado do bairro que conhece os viciados caminhos da realpolitik na prefeitura, das crentes em Jesus, da mãe, das ocupas sem-teto e mais alguns outros em torno de um problema que de algum modo afeta a todos. Uma situação, aparentemente simples, que coloca um desafio faraônico às verdades-mundo do urbanista e de cada presente no agenciamento. Nada fácil... (SCHVARSBERG, 2016, p. 300).

Por essa perspectiva talvez possamos dizer que a força que age sobre designers e arquitetos seja a mesma que age sobre professores, artistas, psicólogos, biólogos, ativistas, estudantes... Mas então como deixar de lado um saber individual, muitas vezes baseado na noção de verdade — ou da nossa verdade individual — para construir coletivamente um caminho mais plural? Como questionar a si mesmo e deixar-se contaminar pela “verdade” do outro, acreditando que o que o outro oferece também pode ser um caminho possível? Por outro lado, como garantir a heterogeneidade de valores e crenças sem que isso signifique homogeneizar as individualidades?

Não estamos falando de processos que estabeleçam consensos, mas de reconhecer que essas experiências acontecem no plano das disputas e das diferenças, portanto do plano político no qual as mais variadas linhas de força se chocam, se combinam, se atravessam e se sobrepõem. Mas se por um lado essas disputas parecem uma contradição e uma falha nos

processos colaborativos, por outro Deleuze e Guattari nos lembram que é o próprio paradoxo que alimenta continuamente a máquina social. Para os autores, o limite da máquina social não é o seu desgaste

[...] mas a falha, ela só funciona rangendo, desarranjando-se, arrebatando em pequenas explosões — os disfuncionamentos fazem parte do seu próprio funcionamento, e este não é o aspecto menos importante do sistema da crueldade. Nunca uma discordância ou um disfuncionamento anunciaram a morte de uma máquina social que, ao contrário, se alimenta habitualmente das contradições que provoca, das crises que suscita, das angústias que engendra e das operações infernais que a revigoram [...] (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 202).

Reconhecendo a contradição como imanente à máquina social, e conseqüentemente aos processos do CCBFV, chegamos a um outro ponto-chave no que toca aos desafios da constituição do Círculo como um grupo heterogêneo. Uma das ideias principais dos nossos encontros abertos na pracinha do bairro era conseguir contagiar os moradores do Bairro de Fátima e arredores a participar do Círculo, pensando, propondo e realizando junto conosco ações cidadãs locais. No entanto, esse contágio, e, portanto, a consolidação de um grupo heterogêneo, foi uma das tarefas mais difíceis de realizar. Talvez isso tenha a ver com a nossa composição enquanto grupo desde sua fundação. Inicialmente éramos um grupo fortemente composto por pesquisadores, professores e estudantes universitários, e que, por conta dessa característica, acabamos sendo rotulados como “intelectuais” por alguns moradores. Essa percepção ficou mais evidente quando, em um de nossos encontros convidamos um rapaz que estava sentado ao nosso lado para participar da nossa conversa. Assim que nos apresentamos o rapaz lembrou-se de que já tinha ouvido falar de nós por meio de sua mãe e para confirmar perguntou se não éramos “o grupo de intelectuais que se encontra na pracinha”. Isso além de gerar uma surpresa para nós, nos fez querer entender porque ele nos percebia assim. Ao perguntarmos para esse morador por que ele nos percebia assim, ele não soube — ou não quis — responder. Mas talvez essa percepção ocorresse por conta dos frequentes debates políticos que acabavam ocorrendo devido ao interesse pessoal de parte dos integrantes, fosse por conta de seus respectivos contextos acadêmicos ou de suas experiências como ativistas e militantes. Fosse como fosse, essa colocação nos revelou que talvez nós não estivéssemos operando de modo tão heterogêneo como pensávamos.

No entanto, apesar de nossa característica intrinsecamente política, procurávamos levantar discussões que, embora estivessem latentes no contexto macropolítico, elas apresentassem relação direta com a realidade local. Por exemplo, se o tema girava em torno da questão das políticas públicas de segurança, esse debate era focado nos reflexos dessas

políticas nos territórios circunscritos pelo Bairro de Fátima ou arredores como Santa Teresa, Lapa e Centro. Assim, o tema levantado, além de procurar relacionar as esferas micro e macro, suscitava reflexões sobre como poderíamos atuar, a quem poderíamos recorrer, que redes poderiam fortalecer o contato com autoridades como a Prefeitura e os órgãos de segurança pública. Além disso, os temas frequentemente abriam espaço para o compartilhamento de casos pessoais e de imaginação de táticas e estratégias de atuação coletiva no bairro. No entanto, mesmo que esses debates procurassem dialogar com as práticas do cotidiano, percebíamos que de certo modo essas discussões acabavam surtindo o efeito contrário, ou seja, contribuíam para o distanciamento de “não-intelectuais” do CCBFV. Mas apesar de causar certa resistência, esse não era um fator essencialmente limitante à participação dos moradores. Para retomar o exemplo citado anteriormente, esse mesmo morador que nos identificou como “intelectuais” nos informou que ficou sabendo de nossos encontros pela sua mãe Maria<sup>23</sup>, uma antiga moradora do bairro, participante assídua dos nossos encontros e eventos, assim como sua amiga, Tereza<sup>24</sup>. Ambas “não-intelectuais” mas interessadas pela ação direta que poderiam exercer no bairro. De todo modo, essas questões emergiram para nós como importantes reflexões sobre o modo como nos comunicávamos com as pessoas daquele lugar. Será que nossa linguagem era adequada? Será que para sermos mais convidativos teríamos que ser menos “intelectuais” ou deveríamos encontrar estratégias para simplificar e desmistificar a noção de política? Como equilibrar essas posturas?

Ainda que não resolvesse totalmente o problema da projeção de uma imagem intelectual, passamos a experimentar algumas mudanças de postura, adotando uma fala mais cuidadosa e procurando evitar expressões e práticas que pudessem estar muito associados à imagem desgastada da política das instituições. Por exemplo, durante a abertura de cada encontro do Círculo havíamos instituído uma rodada inicial de apresentações. Essas apresentações serviam tanto para atualizar o que era o Círculo como para que as pessoas pudessem se conhecer melhor, dizendo quem eram e porque estavam ali. Dependendo do número de participantes e visitantes, o tempo do encontro era completamente tomado por esse momento. Mas ao mesmo tempo que essa troca fortalecia uma identidade do grupo, por outro, essa formalidade acabava constringendo pessoas que chegavam ali por acaso, ou que não tinham uma profissão reconhecida, ou não eram “intelectuais”. Assim, alguns de nós passamos a simplificar esse momento, limitando a apresentação ao nome e ao bairro de residência, evitando dar ênfase, por exemplo, às profissões, aos interesses de pesquisa ou às justificativas

---

<sup>23</sup> O nome foi alterado para preservação da identidade da moradora.

<sup>24</sup> O nome foi alterado para preservação da identidade da moradora.

políticas para estar ali. Isso não quer dizer que não podíamos falar de nossos contextos profissionais ou mesmo de nossos interesses políticos. Mas tratava-se de dar menos ênfase para essas identidades e mais atenção para o encontro em si e para as ações que poderíamos construir coletivamente. É importante salientar que a intensão de simplificar as palavras não partia da subestimação da capacidade de entendimento dos participantes, mas da percepção da necessidade de uma desconstrução dos modos que fosse capaz de dar uma carga menos institucional ao Círculo ou ainda, de ressignificar e dar outras possibilidades do que poderia ser fazer política local e territorial. Com isso, a proposta era tornar os encontros mais convidativos, e a experiência das discussões e debates mais agradável e próxima do cotidiano de todos nós.

Pautada e movida pela criação coletiva de práticas cidadãs, a maior parte dos nossos encontros era focada na elaboração e realização de ações e eventos no bairro. Com o tempo fomos percebendo que esses eventos eram excelentes oportunidades não apenas para a própria experimentação e ampliação de práticas cidadãs, mas de divulgação do CCBFV e de atrair pessoas para um fazer político que poderia ser mais participativo e agradável. Para citar alguns exemplos, realizamos a Feira de Doações que, pensada a partir de uma crítica sobre a intensa monetização das relações, tinha como proposta ser um encontro para a livre doação de coisas (roupas, objetos, brinquedos, oficinas, serviços, etc.) sem a necessidade de dar algo em troca; e o Saurau do Saci que na contramão do *Halloween*, data comemorativa norte-americana, foi um evento que ocupou a praça com diversas performances, artes plásticas, dança, música e poesia a fim de promover e compartilhar a arte e a cultura local. Mas se a realização desses eventos era vista por nós como uma oportunidade de encontrar a vizinhança e ampliar os laços afetivos no bairro, outras pessoas enxergavam nossa prática como a oferta de um serviço comunitário. Uma situação frequente nos encontros do Círculo, por exemplo, era quando alguém se aproximava para cobrar uma ação ou solução em relação a determinada questão do bairro, como as linhas de ônibus que tinham deixado de passar na rua, ou do estado degradado dos brinquedo infantis da praça e da iluminação pública, das crianças que ao jogar bola na praça acabavam machucando alguém, ou mesmo que deveríamos repetir algum evento, como a Feira de Doação. Embora tivéssemos o constante cuidado de evitar a associação da ideia do grupo a uma marca, explicitando sempre que possível que as ações e eventos não eram uma realização do CCBFV mas uma construção coletiva e cidadã, situações como essas nos mostram que para parte dos moradores, o CCBFV era visto como um coletivo que estava ali para resolver os problemas do bairro como uma espécie de conselho ou associação de moradores. Além disso, indica que quanto menos as pessoas participam dos processos, mais elas se colocam como espectadoras, ou pior, como consumidoras de serviços.

As demandas eram extensas e obviamente não tínhamos como dar conta de todas. Mais do que isso, nossa intenção nunca foi assumir uma responsabilidade política ou social naquele espaço, nem tínhamos a intenção de nos tornarmos produtores de evento. Primeiro porque nosso interesse era, fundamentalmente, fazer junto. Segundo porque assumir essa responsabilidade demanda tempo e dedicação para além do esforço que já fazíamos, e todos nós tínhamos uma vida para dar conta para além do Círculo. Mas como sugerido no capítulo 1, talvez esse seja um comportamento alinhando à construção de uma cultura política onde a democracia e a participação cidadã estejam reduzidas à esfera da representatividade e se realizam somente nas urnas. Assim, quando nos deparávamos com certas demandas externas uma de nossas estratégias era convidar a pessoa ao encontro para que ela mesma pudesse incluir sua demanda ou questão à pauta de discussões. Caso, ela mesma e outras pessoas demonstrassem interesse e disponibilidade para agir em relação à questão, então isso poderia se tornar uma frente de ação do grupo. Mas era fundamental que ela mesma estivesse interessada não apenas em apontar os problemas, mas em agir sobre eles, imaginando e construindo coletivamente as possibilidades de ação com o grupo.

Por fim, uma última observação a respeito da modéstia do Círculo refere-se à qualidade estética tanto dos nossos encontros como das ações e eventos que promovíamos. Além do grupo ser constituído por pessoas comuns, não aspirávamos uma profissionalização de nossas práticas. Procurávamos agir na simplicidade do cotidiano, realizando na medida da colaboração, dos afetos e dos desejos de quem estivesse envolvido. Nossos encontros semanais, por exemplo, não dependiam de condições de infraestrutura ideais para existir, mas do desejo das pessoas interessadas e engajadas em fazê-los acontecer. Durante dois anos pudemos nos acomodar semanalmente nos poucos bancos da pracinha ou mesmo no chão. E quando chovia rapidamente nos realocávamos embaixo das marquises de bares do entorno da praça. Os eventos que realizávamos só eram possíveis a partir da solidariedade local para conseguirmos recursos como energia elétrica, cadeiras, banheiro, etc. Por sua vez, a ordem do experimental pelo qual operava o CCBFV resultava em uma estética frequentemente inacabada, contingente, quase mambembe. Mas é essa mesma precariedade que era considerada por nós como uma potência e não como uma limitação, pois a linguagem constituída pelo fazer coletivo ampliava também as possibilidades de relação com os moradores do bairro. Assim, o fato de os eventos realizados não apresentarem uma aparência profissional, nenhuma determinação de cima para baixo ou uma liderança centralizada, contribuía para que as pessoas se sentissem mais à vontade para se aproximar, participar e ajudar a construir junto naquele momento. Essas características criaram condições, por

exemplo, para que na 1ª Feira de Doações um grupo de moradores de uma ocupação próxima, ao perceber uma demanda e a possibilidade de uma ação direta, rapidamente articulou-se para ajudar na organização das doações. De modo autônomo, esse grupo assumiu a tarefa de sistematizar os processos de doação e adoção e organizar as peças que chegavam. Episódios semelhantes a esse acontecerem em praticamente todos os eventos realizados na praça.

Figura 10 – Participação de moradores da ocupação na 1ª Feira de Doações



Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Um outro exemplo pode ser apontado no Sarau do Saci, um evento cultural que contou com a apresentação e parceria de diversos artistas e entusiastas locais, como poetas, músicos e artistas plásticos. Conseguimos organizar uma infraestrutura mínima para que as apresentações pudessem contar com algum suporte, como microfone, caixas de som, cobertura. Havíamos conseguido articular algumas pessoas e grupos para montar uma agenda básica de apresentações confirmadas, sem eliminar a possibilidade de o microfone ficar aberto a quem quisesse participar. O fato de não ter grandes atrações contribuiu para a constituição de um ambiente descontraído, no qual as pessoas estavam mais à vontade para se aproximar. Algumas crianças aproveitavam para cantar, outras pessoas participavam tocando com algumas bandas os instrumentos que estavam disponíveis, outras declamavam suas poesias. Além disso moradores do entorno abasteciam continuamente nosso piquenique colaborativo com frutas, água, café e outros quitutes. Aliás, os piqueniques colaborativos tornaram-se, ao longo de nossa experiência, uma prática frequente em todos os eventos do CCBFV.



Figura 11 – Apresentação cultural e piquenique colaborativo durante o evento Sarau do Saci



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

A partir dessas narrativas, podemos notar que a precariedade existente nos encontros e eventos do CCBFV longe de intimidar, ela convida à participação. A “potência do precário”, portanto, não aponta necessariamente para a inviabilidade da realização ou para os limites da ação, mas para a ampliação das possibilidades, para expansão dos horizontes. Numa chave de leitura semelhante, o antropólogo Marco Antônio Gonçalves (2016) aposta na reinterpretação da noção de distopia diferente daquela que carrega o peso de sociedade de controle e de uma visão apocalíptica da vida. Ao contrário, distopia seria o “lugar de uma existência possível, presença do imperfeito, estranhamento construído pelo exercício criativo da imaginação, fabulação que revela uma consciência do desconforto.” (p. 168). Assim, o antropólogo propõe uma estética na qual a distopia é apreciada como potência e ato político capaz de produzir a vida fora dos cânones de um modelo ideal, e na qual o imperfeito coloca-se não como algo a ser evitado, mas como horizonte de um outro mundo possível, outros sujeitos e outras sensibilidades. Uma visão que valoriza a criação de mundos imperfeitos, pinturas imperfeitas, ou mesmo de projetos imperfeitos. Como sugerido por Gabriel Schvarsberg (2017) ao apontar as armadilhas da busca por uma cidade modelo:

Não é hora de questionar seriamente o eterno retorno positivista do projeto que age levado pelo horizonte impossível das utopias (mesmo que elas já não sejam hoje tão grandes em ambição, ainda estão por aí) e começar a experimentar outros tipos de horizontes projetuais? Um que se contente saciadamente nas distopias do possível? Por que não assumir a incompletude: do sujeito, do corpo, da linguagem, do espaço, do projeto, da ação política, da cidade? (SCHVARSBERG, 2017, p. 304)



#### 4.2.2 Revezamento

Como vimos nos capítulos anteriores, as práticas de design participativo, como as abordagens de Codesign e Design Participativo ensaiadas pelos pesquisadores escandinavos, são voltadas a uma abertura do processo projetual para promover espaços democráticos onde os sujeitos são convidados a participar não apenas dos processos deliberativos, mas a coletivamente imaginar futuros possíveis, pensar e propor ideias a serem realizadas (BINDER et. al., 2015). Em sentido semelhante autores como Manzini (2015) e Anderson (2012) argumentam que em processos projetuais que se sustentam por práticas colaborativas todos os participantes atuam como designers, uma visão que contribui para a descentralização da importância da autoria. Essas perspectivas nos levam a supor que a democratização do processo projetual colocaria todos os sujeitos envolvidos no projeto no mesmo patamar de capacidade. Além disso, essas abordagens conduzem a uma concepção de design como uma ferramenta potencialmente capaz de democratizar a democracia de baixo para cima (*bottom up*). No entanto, algumas experiências podem nos mostrar que a democratização dos processos não implica necessariamente em sistemas plenamente horizontais. Mais do que isso, a partir delas podemos questionar se o horizontalismo pleno poderia ser uma condição real a ser alcançada.

Acerca dessas questões, o filósofo Rodrigo Nunes (2016) propõe uma reflexão e uma possível diferenciação entre horizontalismo e horizontalidade. Segundo o autor, horizontalismo seria uma abstração produzida a partir das práticas reais nas quais as pessoas se engajam, a substância essencial da qual seria feita a horizontalidade. Configurando-se como um critério absoluto de julgamento político, o horizontalismo seria, então, um ideal a ser alcançado. No entanto, Nunes aponta que é o próprio critério que o impede de ser efetuado, compreendendo-o mais como uma ideologia do que como uma prática real. Por sua vez, horizontalidade seria uma instância própria do horizontalismo, representada por um conjunto específico de práticas, formas e procedimentos organizacionais. Nesse sentido, Nunes problematiza a noção de horizontalismo como uma forma política ideal que ao levantar expectativas muito altas sobre como deve ser, acaba por negar os limites e conflitos intrínsecos à própria horizontalidade. Como exemplo, Nunes aponta para o dilema dos processos decisórios em espaços ditos horizontais, que ao se fixarem na inclusão ilimitada como única forma legítima de deliberação acabam paralisando-se diante de um ideal. Como alternativa, o autor aponta para a superação da ideia de horizontalismo como um caminho para aprender a lidar com essas falhas e limites, compreendendo-os como parte constitutiva da

horizontalidade. No entanto, isso não significaria romper com toda e qualquer forma de organização, mas de encontrar modos de lidar com os desafios que ela pode nos apresentar.

Ao afirmar a inexistência de modelos ideais de procedimentos democráticos, Nunes sugere que o termo mais adequado para ações coletivas horizontais seria o de *liderança distribuída*, um campo onde a verticalidade e a horizontalidade são forças em constante disputa. A horizontalidade seria, então, o esforço contínuo de impedir que o distribuído se concentre. Mas, diferentemente da noção de dominação hierárquica de uns sobre outros insinuada pelo termo, para o autor liderança se inscreveria como

[...] a capacidade que uma iniciativa tem de introduzir mudanças de comportamento de maior ou menor amplitude e maior ou menor complexidade, que serão adotadas ou adaptadas por outros, dentro de um sistema-rede. Liderar, em seu sentido mais básico, significa ser seguido, ou seja, orientar atenção e ação numa direção determinada. (NUNES, 2016, p. 4).

Portanto, o que essa concepção sugere é que na horizontalidade a questão não seria negar a existência de lideranças, ou de uma verticalidade, mas entender que essa é uma função real e necessária ao funcionamento de ações coletivas nas quais as “mudanças em comportamentos coletivos nunca acontecem de uma vez só, mas propagam-se a partir de um ou mais pontos” (p. 4). Isso quer dizer que, em princípio, não existiriam — ou não deveriam existir — estruturas organizacionais pré-estabelecidas e fixas. Além disso a função da liderança, uma vez que fosse menos limitada por estruturas formais, não se concentraria em algum lugar, mas poderia circular livremente entre os participantes de acordo com as ações propostas e o grau de adesão resultante delas. Assim, verticalidade e horizontalidade seriam vetores que instaurariam um campo relacional de forças.

Mas essa proposta nos encaminha para um novo desafio: o esforço constante e dinâmico de impedir que a liderança se concentre, ou seja, de encontrar mecanismos capazes de controlar a liderança ativamente, assim como de garantir que ela circulará entre os sujeitos envolvidos. É nesse sentido que Nunes argumenta que horizontalidade não deveria nunca ser um princípio e um fim em si, pois é seu próprio modo de funcionamento que engendra os desafios com os quais terá que lidar. Portanto, para o autor, horizontalidade deveria ser compreendida não em termos de forma — que tendencialmente se tornariam modelos ideais a serem replicados — mas em termos de forças, ou seja, “o esforço contínuo de manejar o máximo de compatibilidade e de ressonância interna entre forças heterogêneas.” (Ibid. p. 6). Por consequência, essa perspectiva conduziria a desconstrução de uma visão binária do problema — bom ou mau — para uma relação de aprender a lidar com eles conforme vão

surgindo, pois assim como existência do dissenso é fundamental para as engrenagens da democracia, os diferenciais de poder colocam-se como requisito da ação coletiva. Nesse sentido, poderíamos aproximar a noção de horizontalidade proposta pelo autor à concepção de multiplicidade e rizoma traçadas por Deleuze e Guattari, que dizem que para a constituição de sistemas rizoma é preciso fazer múltiplo, ou seja, de não submeter o múltiplo (n) à unidade totalizante (1). Portanto, seria um empenho constante em reduzir n a -1, entendendo que o uno é parte constitutiva do múltiplo (DELEUZE; GUATTARI, 1995-a, p. 13-14).

No movimento de ampliar o conceito de *liderança distribuída* proposto por Nunes, o urbanista Gabriel Schvarsberg (2016) evoca a noção de itinerância e revezamento de Isabelle Stengers e Philippe Pignarre<sup>25</sup> para argumentar que o problema de uma democracia selvagem — uma democracia tal impulsionada pelos atravessamentos de corpos desejanter e pela contingência cotidiana — seria o mesmo dos revezamentos. Mas como fazer revezar a produção selvagem do múltiplo sem incorrer na captura das forças totalizadoras do uno? Mas uma outra observação apontada por Schvarsberg é a percepção de que o verbo revezar implicaria, necessariamente, uma correspondência entre quem cede o turno da liderança e quem o assume. Assim aqueles que cedem devem reconhecer que não detêm o que estão passando, permitindo, portanto, que a nova ação possa manifestar-se em diferentes modos. Em outras palavras,

Aprender a arte de revezar, que implica modular os verbos, as ações, também entre apoiar, protagonizar, dar a vez, escutar, aprender, investir energia, poupar energia e silenciar. O revezamento se articula à ética do cuidado com os outros, mas também de si. A ecologia das práticas parece solicitar de nós também uma ecologia dos revezamentos (SCHVARSBERG, 2017, p. 303-304).

As reflexões apresentadas nos apontam principalmente para a questão do problema da identificação com a função da liderança. Mas a questão do revezamento não se restringe às lideranças e pode ser observada em outras funções e papéis no interior do CCBFV, tais como quem era responsável por fazer a chamada no *Facebook*, quem se responsabilizaria pela escrita e compartilhamento da ata nas redes sociais, quem faria os registros fotográficos dos encontros, quem assumiria o papel de liderar e mediar os encontros, como as pessoas se distribuiriam dentro dos grupos de trabalho voltados à realização dos eventos, quem ficaria responsável pela produção e distribuição dos materiais de divulgação dos eventos, etc. Todas as tarefas, apesar de ter a colaboração como pano de fundo, na prática e por força da inércia, tendiam a se concentrar em algumas pessoas. Isso ocorria, principalmente, quando tínhamos

<sup>25</sup> PIGNARRE, Phillippe; STENGERS, Isabelle. *Capitalist Sorcery: breaking the spell*. London, UK: Palgrave Macmillan, 2011.

poucas pessoas frequentando os encontros e a divisão de tarefas ficava restrita a poucos participantes. Mas também era resultado de um certo hábito de ter como dado quem era responsável por determinada tarefa. Por exemplo, quando uma pessoa se responsabilizava por registrar a ata do encontro várias vezes, o grupo acabava se comportando como se essa fosse a função dessa determinada pessoa. Ou se uma pessoa tinha mais facilidade para falar em público, existia uma tendência de que ela assumisse a função de porta-voz do grupo. De certo modo, poderíamos dizer que, por força do hábito, a assunção de funções assim como a distribuição de tarefas por habilidades ou por interesse pessoal poderia ser interpretada como um processo “natural”. Mas a recorrência dessas práticas poderia resultar na identificação e consequente centralização das funções em determinados participantes, enquanto outros permaneceriam esquivando-se das responsabilidades coletivas, sobrecarregando aqueles que se encarregavam das tarefas delegadas. Contudo, se a itinerância das funções é imprescindível para um melhor funcionamento das ações coletivas, quais são os mecanismos capazes de garantir o controle das lideranças e o revezamento dos turnos? E como organizar esses mecanismos sem que eles se tornem vetores puramente verticais de decisão, respeitando as singularidades do coletivo?

Figura 12 – Revezamento de chamadas e informes na página de *Facebook* do CCBFV



Fonte: página de *Facebook* do CCBFV.

No contexto do CCBFV, apesar do cuidado em promover abertura suficiente dos processos e práticas para estimular a circulação dos papéis e funções no interior do grupo, esse revezamento acontecia de modo menos fluido do que desejávamos. Isso porque, mesmo

que nosso discurso se pautasse por um fazer coletivo no qual os papéis e responsabilidades fossem mais difusos, o discurso não garantiria a democratização dos processos. Era preciso um esforço contínuo e coletivo para encontrar mecanismos que fizessem funcionar os revezamentos. Como exemplo, eu poderia descrever minha própria experiência enquanto designer no CCBFV. Aproveitando minha habilidade técnica, frequentemente encarregava-me pela produção dos materiais gráficos para divulgação dos eventos do Círculo. Em princípio essa função não era necessariamente um problema, mas com o tempo fui percebendo que ela acabou tornando-se concentrada em minhas mãos, e que a participação do grupo praticamente limitava-se à eleição de uma arte criada por uma única pessoa. Mais do que um fazer colaborativo, sentia-me como se estivesse realizando um mero serviço para o grupo. Além disso essa prática pouco contribuía para o revezamento dos papéis. Mas se o CCBFV se colocava enquanto como um fazer colaborativo, por que não tornar essa tarefa também um processo criativo mais participativo?

Uma alternativa foi experimentar outros modos de realizar essas tarefas, procurando aproveitar os encontros presenciais do Círculo como oficinas de processos criativos. A partir dessas experimentações pudemos notar duas mudanças principais. Uma delas foi o fato de mais pessoas se engajarem nesse fazer, explorando mais abertamente suas habilidades criativas na produção de cartazes, banners e até mesmo mobílias temporárias como a Biblioteca DedicadoLivro e o estandarte do CCBFV. Além disso, as pessoas envolvidas nesse fazer acabavam participando mais da divulgação do CCBFV e dos eventos. Esses processos contribuíram também para que alguns encontros fossem mais leves e criativos.

Figura 13 – Cartazes de eventos do CCBFV produzidos pela designer



(a)

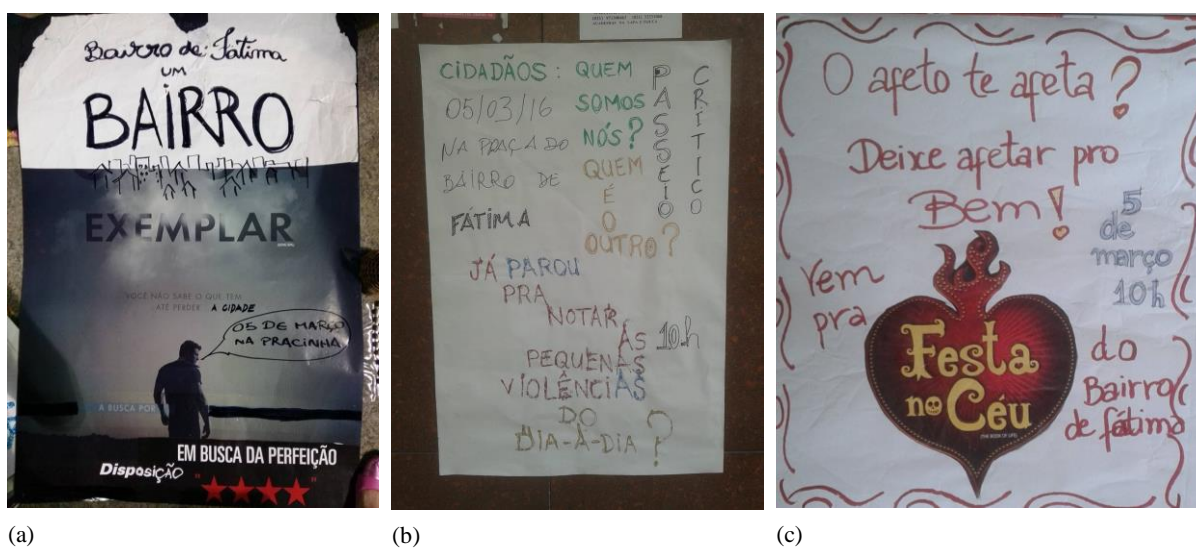
(b)

(c)

Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Uma outra característica desse processo foi uma significativa mudança na qualidade estética e na linguagem desses materiais pois, ao serem elaboradas colaborativamente pelos participantes, eles passaram a apresentar uma aparência menos “profissional” e uma linguagem mais informal. Ao fazer uso de uma linguagem mais despretenciosa, a proposta era que essa estética proporcionasse um convite mais familiar e mais próximo dos moradores do bairro e, portanto, mais alinhada aos objetivos que tínhamos no CCBFV — que era convidar e engajar os moradores do bairro e das redondezas a participar dos nossos encontros e eventos.

Figura 14 – Cartazes de evento de aniversário do CCBFV produzidos coletivamente



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

#### 4.2.3 Alteridade

Segundo uma concepção semiótica peirceana, o nosso estar-no-mundo é mediado por uma complexa rede composta por múltiplas linguagens responsáveis pelos modos como interagimos e nos comunicamos. Lúcia Santaella (2007), por exemplo, argumenta que nos comunicamos não apenas pela linguagem verbal (visual ou sonora), mas através de uma enorme variedade de linguagens que inclui todos os possíveis sistemas de produção de sentido, tais como formas, volumes, massas, dimensões, direções, interação e intensidade de forças, movimentos, gestos, expressões, imagens, sons, sinais, objetos e expressões. A partir de uma perspectiva fenomenológica da cultura, Santaella afirma que toda prática cultural se constitui como prática de produção de linguagem e de sentido. Assim, o ser humano, na busca pela compreensão dos fenômenos, investe no esforço de desvelar significados de todas as aparências sensíveis, estendendo o sentido de linguagem aos sistemas menos óbvios como a

linguagem das plantas, dos animais, dos sinais de energia vital emitidos pelos corpos, etc. (Ibid.). Como afirma o filósofo Merleau-Ponty (1999), tudo aquilo que é possível de se apreender com os sentidos constituiria o mundo sensível. No entanto, diferentemente de uma concepção tradicional da percepção baseada no processo cognitivo, no qual o aparelho sensorial é apenas um condutor de sensações apreendidas ‘do mundo’ e concebidas ‘na mente’, Ponty considera que a percepção não se efetuaria como um mero uso instrumental dos sentidos, mas se daria na relação dialógica e exploratória entre o perceptor e o mundo. Nessa relação todo movimento do perceptor seria um questionamento e toda a reação percebida no mundo seria uma resposta. O que define a qualidade e intensidade das respostas dependeria, então, do modo como o perceptor questiona, se movimenta e habita o mundo.

Propondo uma abordagem ecológica sobre a compreensão da percepção, Bateson (1972) esclarece que a mente – o mundo do processamento da informação – não se limitaria à pele, ou seja, às sensações promovidas pelos órgãos de sentido tais como visão, tato, olfato, paladar e audição, mas a concebe como imanente em todo o sistema de relações organismo-ambiente no qual nós, seres humanos, estamos necessariamente enredados, e não confinados dentro de nossos corpos individuais como contra um mundo de natureza externo a nós. Desse modo, Bateson propõe que a distinção entre mente e natureza seria dissolvida na medida em que compreendemos que os mecanismos neurológicos que subscrevem a apreensão do mundo pela mente fazem parte do próprio mundo que é apreendido. Em outras palavras, a experiência no mundo constituiria a percepção ao mesmo tempo em que esta constitui o mundo. Para Bateson esse processamento não se estrutura por etapas sistematicamente definidas e hierarquizadas, mas como o desdobramento de todo o sistema de relações constituído pelo envolvimento multissensorial do perceptor em seu ambiente.

Sobre a percepção e os modos como o ser humano opera no mundo, Ingold (2000) procura unir a antropologia social e cultural à biológica, argumentando uma complementaridade entre as dimensões biogenética e sociocultural da existência humana. Para o autor, a ponte construída entre essas duas abordagens aparentemente opostas tem seus pilares apoiados pela psicologia de Gibson (1966), segunda a qual a mente não seria entendida como um órgão distinto no interior da cabeça, e a percepção não seria resultado do trabalho da mente decodificando em dados corporais de sentido os sinais emitidos pelo mundo “lá fora”. Ao contrário, a percepção seria a realização do organismo como um todo em seu ambiente, e é equivalente ao próprio movimento exploratório do organismo através do mundo. Nesse sentido, a mente seria imanente na rede de caminhos sensoriais que se estabelecem em virtude da imersão do perceptor em seu ambiente. Consequentemente, o ser humano deixaria de ser uma entidade composta de partes

completares e separadas (corpo, mente, cultura), para ser um *locus* de criatividade crescente dentro de um processo contínuo de desdobramentos no campo das relações.

Acerca dos modos como o ser compreende o mundo, Ingold procura distinguir os conceitos de conhecimento e de informação, argumentando que o conhecimento consistiria na capacidade de situar a informação e de compreender seus significados através do envolvimento perceptivo direto com o ambiente. Seria, então, através do aperfeiçoamento das habilidades perceptivas que os significados imanentes no ambiente - isto é, nos contextos relacionais em que o perceptor se envolve no mundo - são mais revelados do que construídos. O que Ingold propõe é uma valorização da dimensão sensível da percepção, definindo o sentir como um modo de engajamento ativo com o mundo, um modo de estar literalmente em contato com ele. Para isso, o autor apresenta o conceito de “ecologia sensível” (*sentient ecology*) como um tipo de conhecimento baseado no sentir e que consiste nas habilidades, sensibilidades e orientações desenvolvidas através da experiência nos contextos relacionais e da compreensão intuitiva. Para o antropólogo, uma ecologia sensível se efetuaria a partir da dissolução da dicotomia entre mente e natureza, na qual o modo de aquisição de conhecimento sobre o mundo é feito através de uma percepção guiada por uma educação sensorial baseada no encontro de pistas. Consequentemente, o mundo não seria decodificado pela mente por meio de chaves para o significado, mas percebido por meio de contínuos processos de revelação. Assim, poderíamos dizer que uma ecologia sensível seria o efeito de se relacionar e conhecer o mundo por meio desse outro modo de perceber.

Outro termo relevante para compreender esse tipo de sensibilidade e responsividade, Ingold chama de intuição, que apesar de ser um conhecimento amplamente praticado pelos seres humanos, é tido pela tradição do pensamento moderno e das ciências ocidentais como um tipo de conhecimento menor e, portanto, inferior. Mas para Ingold, uma compreensão intuitiva não seria um método alternativo contrário à ciência ou à ética, nem apela ao instinto em detrimento da razão, mas repousaria em habilidades perceptivas que emergem, para cada ser, por meio de um processo de envolvimento em um ambiente historicamente específico. Como consequência, o conhecimento não seria, então, resultado do acúmulo de conteúdo mental, mas da própria experiência de mover-se no e com o mundo, através dos nossos múltiplos sentidos. Essa perspectiva coloca em foco o movimento da experiência como um modo de participação sensorial no mundo também em movimento, produzindo um tipo de conhecimento pessoal que consiste na sensibilidade íntima a outros modos de ser, aos movimentos particulares, hábitos e temperamentos que se revelam a cada um diferentemente. Além disso, lida com uma reformulação do conceito de linguagem não mais como transmissão da expressão do mundo



interior para o mundo exterior por meio da tradução de códigos, mas estaria mais próxima da noção de empatia. Em sentido semelhante, Merleau-Ponty (1999) sugere a ideia de ressonância com o ambiente como um outro modo de compreender o fenômeno da percepção, argumentando que a percepção se daria por processos de simbiose pelos quais o mundo encontraria modos de nos invadir, e nós, de responder a essa invasão.

A partir dessas perspectivas Ingold conclui que as convenções linguísticas de uma sociedade não são dadas à priori, nem impostas sobre as experiências de seus membros para que façam sentido, mas são continuamente forjadas e reforjadas nos processos em que os indivíduos se esforçam para se fazer entender uns aos outros. Assim, para o autor, ‘fazer sentido’ seria um processo contínuo de envolvimento profundo dos indivíduos entre si e com seu ambiente (INGOLD, 2000). Desse modo, poderíamos especular que uma *linguagem sensível* se estabeleceria em um movimento exploratório do perceptor-emissor-receptor e pelo seu envolvimento multissensorial nos contextos relacionais em que se envolve, afetando e sendo afetado por ele. Uma *linguagem sensível*, portanto, poderia ser aquela capaz não apenas de sentir e perceber uma infinidade de naturezas, formas e conteúdos de comunicação e experiência, mas, ao mesmo tempo, de elaborar, a partir desse vasto campo de possibilidades comunicativas, novos modos e mecanismos de resposta à complexidade de estímulos recebidos. Nesse sentido, uma *linguagem sensível* se ancoraria na constituição de um processo dialógico que passa por outros processos de produção de conhecimento baseados na intuição e na empatia, assim como em outros níveis de interação e de subjetividade, estimulando a cocriação de novos mecanismos de produção de sentido entre os indivíduos. Mas, se a relação no e com o mundo implica uma experiência de alteridade, até onde uma *linguagem sensível* seria capaz de estabelecer-se onde a relação com a exterioridade coloca-se não apenas como potência, mas também como limitação?

No contexto de práticas e ações coletivas do CCBFV, as relações que essas linguagens propõem nos levam a refletir sobre o próprio campo no qual as relações são forjadas. Dizer que o CCBFV se constitui como um grupo horizontal e democrático não garante que as relações serão equilibradas e justas, muito menos que a linguagem constituída pelo grupo será a mais adequada. Como já vimos, esse é um campo dinâmico de forças e poderes em constante disputa. Uma outra questão é entender que, apesar de um interesse comum em uma ação coletiva, e de um certo grau de semelhanças entre os sujeitos envolvidos nesse projeto, tais como classe social, tendência política e grau de escolaridade, o Círculo era constituído por pessoas oriundas de diferentes famílias, origens geográficas, faixas etárias, perfis de consumo, cultura. Nesse sentido, podemos afirmar que mesmo havendo certo grau de homogeneidade, o CCBFV era

constituído por singularidades, que por sua vez nos introduzem um outro desafio: como trabalhar colaborativamente em torno de um comum e ao mesmo tempo garantir as expressões singulares da heterogeneidade? Convoco, então, a noção de *alteridade* para nos aprofundarmos sobre os desafios que a valorização da heterogeneidade nos coloca.

Apesar da noção de *alteridade* de certo modo apoiar-se nos pressupostos da semelhança entre indivíduos, o antropólogo Viveiros de Castro (2002) esclarece que mais do que pelas afinidades, a experiência de alteridade realiza-se no plano das diferenças. De modo semelhante, o também antropólogo Marcio Goldman (2006), ao definir a experiência antropológica como um “estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal” (p. 167) propõe uma relação de oposição entre alteridade e identificação, a partir da qual alteridade se colocaria como uma atitude de disponibilidade para experienciar uma vivência junto a um grupo. Consequentemente, a relação com o que Goldman chama de “linguagens estranhas” — ou seja, a linguagem dos “outros” — levanta duas outras questões. A primeira reflete sobre em que medida, na experiência de alteridade somos capazes de deixarmo-nos contaminar pelos modos de dizer e fazer do outro. Uma contaminação que Goldman chama de positiva e criativa. Além disso, questiona até que ponto conseguimos nos transformar a partir dessas experiências. A segunda questão tem a ver com o modo como essas diferenças se relacionam, pois se a experiência de alteridade se coloca no plano das diferenças, naturalmente haverá diferenciais de força, tanto de cunho epistemológico, como ético e político. Assim, Goldman destaca a importância do cuidado em evitar a reprodução das relações de dominação de uns sobre outros. Considerando essa dupla possibilidade, Goldman afirma que a experiência de alteridade tem papel fundamental na expansão das experiências interculturais. E conclui dizendo que ao deixarmo-nos contaminar por uma cultura exterior, expandimos não só nossa própria cultura, mas caminhamos ainda mais em direção ao autoquestionamento e a nossa transformação pessoal.

Contudo, não podemos deixar de lembrar que a experiência de alteridade não é uma relação fácil. Apesar de rica ela contém desafios imanentes à sua própria realização. Um dos desafios que a experiência de alteridade nos colocou no CCBFV foi o encontro com seu José<sup>26</sup>, um antigo residente, reconhecido por muitos vizinhos — ainda que informalmente — como o “prefeito da praça”. Desde os primeiros encontros do CCBFV seu José era uma figura que frequentemente habitava nossas conversas. Quase sempre que convidávamos um morador mais antigo para participar do Círculo, éramos questionados se já havíamos falado com ele, uma

---

<sup>26</sup> O nome foi alterado para preservação da identidade do morador.

postura que sugeria que deveríamos ter solicitado algum tipo de autorização para ocupar aquele espaço. No entanto, sabíamos que seu José era um morador como outro qualquer, mas que por força do tempo e de uma habilidade política pessoal teria conseguido algumas conquistas para o bairro, como a aquisição de uma linha de ônibus e a reforma da praça, o que lhe rendeu o título informal de síndico. Mas apesar do cuidado que procurávamos ter com a construção das relações naquele território, preferimos, pelo princípio de nossa autonomia, não nos submeter de antemão a uma atitude que pudesse fortalecer uma relação de autoridade. Assim, sempre que nos perguntavam sobre seu José, respondíamos que teríamos o maior prazer em recebê-lo em nossos encontros. Não saberia dizer se essa foi ou não uma decisão correta, mas de certo modo ela contribuiu para uma certa desconfiança mútua. Se por um lado tínhamos alguma resistência em nos submeter a um poder político do bairro, por outro, percebíamos que ainda que fôssemos uma experiência pequena, para uma parcela mais tradicional do bairro representávamos um perigo em potencial. Esse jogo de desconfiança nunca chegou a se transformar num impasse político, mas contribuiu para que nosso encontro só acontecesse aproximadamente dois meses depois do primeiro encontro do CCBFV. Assim, foi somente depois de uma breve passagem na Feira de Doação que seu José veio ao nosso encontro.

Seu José chegou na praça e, como de costume, iniciamos nossa rodada de apresentações, procurando esclarecer quem éramos, quais eram nossas propostas e objetivos, bem como o funcionamento do encontro a fim de garantir a democratização das falas. Ao chegar sua vez seu José sacou uma pastinha debaixo do braço e começou a contar todas as realizações que ele conseguira para o bairro. Mostrava documentos, rascunhos, falava de como era um sujeito relacionado e dos planos que ainda tinha para o bairro. Questionamos como ele havia chegado àqueles resultados, se ele havia consultado os moradores, ou em que medida aquelas reformas atendiam a necessidade dos moradores. Tínhamos interesse em saber como ele, liderança local, articulava a população em torno das demandas, ou mesmo, como essas demandas surgiram. Nesse momento, me recorro da expressão de estranhamento do seu José que talvez pudesse ser traduzida por um “como assim?”. Em seguida, seu José foi categórico em afirmar que ele fazia as coisas pois, por ser um morador antigo, ele sabia das necessidades do bairro. Obviamente essa resposta não nos satisfez e insistimos mais um pouco para que ele explicasse melhor. À medida que ele tentava se explicar percebíamos que crescia a sensação de desconforto no grupo. No calor da discussão as falas se atravessavam e os temperamentos se exaltavam. A pauta se perdia e tudo girava em torno de seu José. Em momentos de luta para que a vez de fala fosse respeitada algumas vezes podíamos ouvir os berros: Nós somos democráticos! Resumo da

ópera: foi um encontro decididamente intenso e confuso. E seu José apesar de ter ficado até o final, deixou a reunião contrariado. Sequer recordo-me de ter retornado para outra.

Essa experiência nos mostra que o Círculo, com todo seu discurso sobre democracia e horizontalidade, também apresentava suas contradições. Seu José, com todas suas questões, havia mostrado-se disponível para estar na reunião. Por outro lado, a chave dialógica pela qual nos colocamos não foi capaz de superar as diferenças éticas e políticas presentes no debate. Não creio que tenha sido uma manifestação de intolerância, mas questiono se soubemos estar numa relação de alteridade com seu José. Talvez tivéssemos que adotar uma abordagem mais acolhedora e receptiva, ao invés de tentar impor o nosso modo sobre o dele. Nesse sentido, essa experiência mostra que o desafio democrático não é tanto agir no plano dos consensos para se chegar a encaminhamentos, e sim ampliar as habilidades de relacionar-se pela diferença, de criar laços por meio da experiência de alteridade. A experiência de alteridade implica, portanto, e antes de tudo, duvidar das próprias certezas e colocar-se em risco, estar disponível para um encontro com o desconhecido, de aprender a tatear mais do que definir, de entrar em ressonância com o lugar e com as pessoas. Convoca também a ouvir mais do que falar, prática em que a escuta atenta não se limita pelos códigos sonoros, mas procura perceber a sutil linguagem dos sinais e gestos que os corpos emitem. Nessa perspectiva, a ação coletiva seria, em seu sentido mais primário, o empenho contínuo de constituir uma linguagem coletiva que se dá pelo jogo das coafetações, em suma, uma *linguagem sensível*.

Além disso, pensar sobre alteridade significa pensar também em modos criativos de estabelecer relações com a diferença, como sugere Donna Haraway (2016). Refletindo sobre outros caminhos possíveis para a construção de relações heterogêneas, a antropóloga nos instiga a experimentar novos modos de operar sobre os desafios que se colocam para nós diariamente não necessariamente visando uma solução, mas antes, de disponibilizarmo-nos à permanência no problema, o que também demanda que aprendamos a estar verdadeiramente presentes. Assim, a autora convoca-nos a acionar a prática de um pensamento que ela denomina “pensamento tentacular” (*tentacular thinking*), uma prática que, em seu sentido mais radical, conduz à construção de parentescos inventivos e não-convencionais para além das famílias genealógicas e biogenéticas, constituindo o que ela chama de *string figures*, ou, em português, “cama de gato”. Um “tornar-se com” uns com os outros no sentido de desenvolvermos cooperativamente nossas habilidades para responder (*response-ability*) às perturbações que nos atravessam. Em sentido semelhante, Deleuze e Guattari acionam a noção de *devenir* como um encontro entre sujeitos heterogêneos que juntos constituem outros corpos, outros modos de ser, de viver, de sentir (ZOURABICHVILI, 2004). Para os autores

um *devoir* constitui-se não por semelhança, analogia ou representação, mas se propõe como um processo de ruptura a-significante no qual o “tornar-se com” o outro constitui novos territórios e novas subjetividades em constante movimento (DELEUZE; GUATTARI, 1995-a). Assim, o aprimoramento das habilidades de responder aos desafios do mundo não visa, necessariamente, encontrar soluções únicas para eles, mas, antes, procura expandir a compreensão sobre os problemas a fim de suscitar uma resposta potente e criativa a essas turbulências. Convém pensar, como Haraway reforça – *We must think! Think we must!* – em como podemos expandir as nossas redes de parentescos para aprender a habitar o mundo de modo mais responsável.

### 4.3 Designing

Como vimos nos capítulos anteriores, os processos de transformação pelos quais o campo do Design vem passando engendram mudanças não apenas sobre a própria ideia do que significa fazer design e ser designer, mas expandem o campo para que novas práticas e abordagens sejam experimentadas, como o Design Participativo e o Codesign. Segundo os pesquisadores Elring Björgvinsson, Pelle Ehn e Per-Anders Hillgren (2012), esses modos de projetar baseiam-se em práticas que procuram pôr lado a lado a relação entre designers, usuários e *stakeholders* a partir da valorização de suas habilidades como recursos, incluindo esses atores durante todo o processo projetual. Além de incrementar a participação de não-designers por meio de suas competências e habilidades na criação de objetos e artefatos, essas abordagens visam, também, legitimar a participação de não-designers em processos projetuais de modo a democratizá-los. A partir dessas perspectivas, podemos falar de um design que tem como uma de suas principais características a composição heterogênea de forças, conhecimentos e criatividade.

Também vimos que as práticas participativas e colaborativas de design vêm se aproximando de questões públicas, nas quais algumas de suas metodologias, ferramentas e abordagens vêm sendo experimentadas em contextos de práticas e ações coletivas e políticas como modo de estimular processos de democratização da democracia a partir da ampliação de uma participação cidadã mais direta. De outro modo, também podemos perceber por meio da experiência do CCBFV, como as práticas e metodologias participativas, ainda que exploradas de modo mais experimental e empírico, podem ser compreendidas como práticas de design.

No entanto, essas práticas constituem um território político onde diversos conflitos de interesses e visões de mundo entram constantemente em disputa. Nesse sentido, Björgvinsson, Ehn e Hillgren (Ibid.) argumentam a favor de uma mudança fundamental na prática de projeto, que consistiria na transição do design de objetos e artefatos (*things*) para o que Binder et al. (2011) chamam de design de “Coisas” (*Things*), ou seja, assembleias sociomateriais<sup>27</sup>. Para esses autores, a transição para as “Coisas de design” (*Design Things*) pode ser compreendida como um movimento que se distancia da ideia tradicional de “projetar” para se aproximar de um entendimento de práticas e estratégias de design como processos de criação de “infraestruturação” (*infrastructuring*) e de “fazer coisas” (*thinging*). Essas “Coisas”, por sua vez, expressam as *questões de interesse* em jogo e podem assumir diversas formas, tais como objetos, artefatos, dispositivos, esboços, materiais, *moodboards*, mapas, jogos, cenários, protótipos, projetos, lugares, infraestruturas, designers, usuários, stakeholders, públicos, etc. (BINDER et al., 2011; KOSKINEN et al., 2011). Nesse cenário, o Design Participativo pode ser compreendido como um modo de investigação e especulação, pelo qual o engajamento dos “usuários” com as “coisas de design” ensejam um espaço de diálogo onde os conflitos e a diversidade de interesses emergem para poderem ser debatidos e negociados, além de constituir estratégias para imaginar, discutir, analisar e ensaiar ideias e futuros possíveis.

A partir dessas concepções, neste capítulo abordaremos algumas experiências realizadas no âmbito do CCBFV, compreendo-as como processos de *design thinging*. Para isso, analisaremos como e em que medida as “Coisas de design” elaboradas nesse âmbito atuaram como articuladoras de ideias, constituíram espaços de diálogo, sensibilizaram para uma atenção diferenciada sobre as *questões de interesse*, estimularam a produção de imaginários coletivos sobre futuros possíveis, incrementaram a participação e o engajamento nos processos colaborativos e efeturaram transformações no espaço e nas relações. Além disso, refletiremos sobre a potencialidade dessas abordagens para ajudar a pensar e a atualizar o próprio design, investigando em que medida as “Coisas de design” puderam viabilizar o engajamento cidadão nas questões que concernem à coletividade, bem como incrementar a participação e atuação cidadã e ampliar a democracia.

---

<sup>27</sup> *The etymology of the English word “thing” reveals a journey from the meaning of a social and political assembly, taking place at a certain time and at a certain place, to a meaning of an object, an entity of matter. Originally, “Things” go back to the governing assemblies in ancient Nordic and Germanic societies. These pre-Christian Things were assemblies, rituals, and places where disputes were resolved and political decisions made. (BINDER, T. et. al. Design things. MIT press, 2011. p. 102.).*

#### 4.3.1 Dispositivos de conversação

Interessadas nas pesquisas que procuram estabelecer um campo de correspondências entre as práticas do design e da antropologia para constituir um campo híbrido denominado *Design Anthropology* (GUNN; OTTO; SMITH, 2013), as pesquisadoras Barbara Szaniecki e Zoy Anastassakis (2016) desenvolvem, a partir de práticas experimentais em campo, o conceito de *dispositivos de conversação*. Segundo as autoras, a elaboração desse conceito surge a partir de reflexões sobre as noções de *dispositivo* delineada por Foucault como um conjunto aberto de elementos e relações heterogêneas<sup>28</sup>, e das possibilidades de combiná-las com o conceito de *conversação* como um processo subjetivo de construção coletiva que acontece no nível molecular das relações e que tem potência para constituir “novos mundos possíveis”<sup>29</sup>. Entendido pelas autoras como uma ferramenta transdisciplinar entre design e antropologia, os *dispositivos de conversação* atuam como gatilhos para levantar questões e despertar reflexões sobre assuntos que concernem à coletividade. Além disso, as autoras apostam nos *dispositivos de conversação* como abordagem para construção de processos transdisciplinares, horizontais e transversais que possam incluir perspectivas e agentes heterogêneos. Desse modo, podemos dizer que *dispositivos de conversação* são “Coisas de design” que visam — por meio de experimentos participativos e de pesquisa especulativa e intervencionista no espaço urbano — estabelecer diálogos abertos e engajados com o público sobre questões emergentes, propondo modos alternativos de perceber e visualizar as *questões de interesse*, assim como de imaginar e ensaiar futuros possíveis. As autoras concluem que os dispositivos de conversação se constituem tanto como uma alternativa ao planejamento de cima para baixo, como uma contribuição aos processos de democratização da democracia. Nas palavras das autoras:

Através dos dispositivos de conversação, vislumbramos a possibilidade de criar espaço para a imaginação coletiva de possibilidades alternativas (Hunt 2011) para a cidade,

<sup>28</sup> For Michel Foucault (1994), the *dispositif* is, firstly, a heterogeneous set of discourses, organizations, and decisions, sometimes stated sometimes not. It is the network that can be established among all these elements. Secondly, between all these elements, discursive or not, he considers that there might be position changes or function modifications of different kinds. Finally, Foucault states that the *dispositif* has a dominant strategic function that implies some manipulation of power relationships by organized intervention in order to develop, to stabilize, or even to block them. In short, “The *dispositif* is precisely this: a set of strategies of the relations of forces supporting, and supported by, certain types of knowledge” (Foucault, 1977: 300), but still open to changes of position. (ANASTASSAKIS; SZANIECKI, 2016, p. 123).

<sup>29</sup> Conversation is understood by Gabriel Tarde as an infinitesimal constructivism, without distinction between nature and society, human and nonhuman. Conversation is the infinitesimal cause for all formations and social transformations, not only linguistic, but also religious, political, economic, aesthetic, and moral (Tarde apud Lazzarato 2006). (ANASTASSAKIS; SZANIECKI, 2016, p. 123).

desafiando forças dominantes e estabelecendo novos modos de diálogo público ou conversações que possam contribuir, de uma perspectiva antropológica de design, para a construção de uma ponte transdisciplinar que reconecta as ciências sociais e a sociedade (ANASTASSAKIS; SZANIECKI, 2016, p. 121, tradução nossa).<sup>30</sup>

No CCBFV, pudemos aproveitar as oportunidades de contato direto com o público do bairro que os eventos proporcionavam para experimentarmos alguns *dispositivos de conversação* como modo de criar esses espaços de diálogo aberto, tais como oficinas, jogos e modos alternativos de operar entrevistas. Concebidas algumas vezes de modo colaborativo pelos participantes do CCBFV, e outras, por iniciativa individual, essas ferramentas apresentaram estéticas e propostas diversas, contribuindo significativamente para a construção de laços, de imaginário coletivo, e para o levantamento de perspectivas diversas sobre a vizinhança do bairro e as relações que nela se inscreviam. A fim de ilustrar esses processos, a seguir, descreveremos alguns desses experimentos.

### **Troca de ideias**

O *Troca de ideias* foi um dos primeiros *dispositivos de conversação* elaborados pelo CCBFV. Estávamos preparando nosso primeiro evento na praça— 1ª Feira de Doação — e pensamos que poderia ser interessante aproveitar o evento para conversarmos com os moradores sobre as questões relativas ao bairro, a fim de realizarmos um primeiro levantamento sobre as *questões de interesse* dos moradores. No entanto, pensamos que seria mais interessante se, ao invés de ser um dispositivo que sublinhasse as questões problemáticas do bairro, ele pudesse destacar as potencialidades que mereceriam ser valorizadas. Pensamos, então, num dispositivo que tivesse uma estética informal e lúdica e que possibilitasse a circulação pela pracinha durante o evento. Criamos uma série de cartões que continham as seguintes frases para serem completadas pelos participantes: “O que gosto no Bairro de Fátima...” e “Eu gostaria que no Bairro de Fátima...” Esses cartões ficavam dentro de uma caixa de isopor identificada com um cartaz escrito “Troca de Ideias” que servia simultaneamente como suporte e como figurino. Além disso, tínhamos um pequeno estandarte para complementar o visual ambulante. O caráter ambulante do *Troca de ideias* foi pensado no sentido de estimular o movimento do *dispositivo de conversação*, favorecendo a

---

<sup>30</sup> *Through the conversation dispositifs, we envision the possibility of making room for the collective imagination of alternative possibilities (Hunt 2011) for the city by challenging dominant forces and establishing new forms of public dialogue or conversations which contribute, from a design anthropological perspective, to build a transdisciplinary bridge that reconnects social sciences and society.*



aproximação do primeiro contato com os participantes, pois, em vez de esperarmos alguém se aproximar de nós, nós é que íamos em direção dos moradores. A dinâmica consistia, então, em perambular pela praça, convidando os participantes da Feira de Doações para uma conversa a partir das reflexões sobre o que gostavam no bairro ou que gostaria nele acontecesse. Por ter um formato aberto, as conversas frequentemente ampliavam o tema das cartas. Por fim, solicitávamos que as pessoas escrevessem em cada uma dessas duas cartas, uma frase que pudesse exprimir suas perspectivas e seus desejos para o bairro, e que compartilhassem sua contribuição, pendurando-as no *Varal de Ideias* exposto durante a Feira de Doação. Além de se estabelecer como um mecanismo para recolher informações, o *Troca de Ideias* se mostrou capaz de atrair crianças, adultos e idosos, criando uma condição favorável para que o diálogo não se restringisse a um mecanismo de perguntas e respostas, mas para que ele estabelecesse um espaço de conversa com esses moradores em torno de *questões de interesse* da coletividade.

Figura 15 – Dispositivo de conversação ‘Troca de ideias’



Fonte: arquivo pessoal, 2015.

### Leve um cuzcuz, Doe uma palavra

Uma contribuição de uma recém-moradora do bairro e simpatizante do CCBFV, *Leve um cuzcuz, Doe uma palavra* foi um outro *dispositivo de conversação* proposto por Letícia Castilhos durante a 1ª *Feira de Doação*. Considerando a oportunidade de interlocução da Feira, Letícia criou uma abordagem que tornasse a doação do cuzcuz uma experiência criativa e afetiva por meio de uma ação poética em modo jogo. A proposta era incitar uma conversa, ainda que breve, com moradores e frequentadores do bairro, a fim de evidenciar discursos sobre o cotidiano, bem como questões sobre o bairro, a vizinhança e o espaço público. Inspirado pela imagem da quitandeira, o dispositivo consistia em um tabuleiro de cuzcuz doce apoiado sobre algumas caixas, que lembrava uma barraca improvisada de feirante. Abaixo do tabuleiro um cartaz com a frase: *Leve um cuzcuz, Doe uma palavra (se quiser, desejar, precisar...)*. A regra era doar uma palavra, qual fosse, em troca de um pedaço de cuzcuz. Ao abrir o tabuleiro, as pessoas rapidamente se enfileiraram para receber um pedaço da guloseima em troca da doação de uma palavra. Letícia conta, que embora o atrativo principal fosse a comida — que por sinal gerou considerável engajamento tendo em vista que o cuzcuz não durou nem meia hora — e a doação de palavras fosse algo opcional, quase todos que participaram corresponderam ao dispositivo, fosse com uma palavra, um desenho, ou mesmo depoimentos. Mesmo aqueles que alegaram timidez ou limitação para a escrita se esforçaram num ato de agradecimento pela comida. As palavras doadas foram peduradas num varal para quem quisesse ver. Letícia também levou purpurinas e chimarrão, o que contribuiu para que algumas conversas se prolongassem mesmo depois que o cuzcuz acabou.

Figura 16 – Dispositivo de conversação ‘Leve um cuzcuz, Doe uma palavra’



(a)

(b)

Fonte: arquivo pessoal, 2015.



## Construindo a Vizinhança

Um outro exemplo de *dispositivo* realizado na Feira de Doação foi uma oficina de zine oferecida para as crianças, por um dos participantes do CCBFV, Roosivelt. A partir da questão de como se constrói uma vizinhança, as crianças eram estimuladas a refletir sobre o bairro e as relações que nele se inscreviam a partir de suas próprias perspectivas e experiências. A medida em que Roosivelt provocava com questões, as crianças, em meio a diversos materiais de desenho e colagem, conversavam entre si, e iam, coletivamente, fazendo suas intervenções em um grande pedaço de tecido. Por meio de desenhos e colagens, elas criaram pequenos fragmentos narrativos que expressavam alguns dos valores relativos à convivência no bairro, à criação de laços de amizade, à valorização de momentos alegres e à relação de afeto que elas tinham pelo bairro. O resultado foi um cartaz composto por essas diversas visões e narrativas coletivas.

Figura 17 – Dispositivo de conversação ‘Construindo a vizinhança’



(a)



(b)



(c)

Fonte: arquivo pessoal, 2015.

## Preciso/Ofereço

Em ambas as Feiras de Doação realizadas pelo CCBFV, utilizamos o recurso de um cartaz interativo *Preciso/Ofereço* que pudesse facilitar a troca e a doação de coisas que não puderam ser levadas para a Feira, desde objetos como fogão, suporte para TV e cama, até ofertas e pedidos de emprego, escuta e abraço. O cartaz era constituído por uma grande folha de papel pardo presa sobre uma placa na praça, na qual as pessoas escreviam de um lado o que elas ofereciam, e do outro, solicitavam o que precisavam. Essa dinâmica se comportou como um *dispositivo de conversação* que, além de estabelecer um diálogo eficaz para a resolução de “problemas” — sendo a oferta e procura de objetos e serviços — contribuiu para a produção de um modo autônomo das pessoas se relacionarem e resolverem questões entre si, em que o único mediador era o próprio cartaz.

Figura 18 – Dispositivo de conversação ‘Preciso/Ofereço’



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte: arquivo pessoal, 2016.



## Plantação de Ideias

O *Plantação de Ideias* foi *dispositivo* que surgiu como desdobramento do *Troca de Ideias* na 2ª Feira de Doação. A partir da coleta e organização dos cartões produzidos na experiência do *Troca de Ideias*, analisamos e selecionamos algumas percepções, ideias e sugestões que foram mais recorrentes. Em seguida, construímos um cartaz interativo que funcionaria com um novo *dispositivo de conversação*. O cartaz era constituído por duas partes complementares. Na parte de cima — a nuvem de ideias — expomos e numeramos algumas das frases selecionadas pela análise dos cartões do dispositivo anterior. Na parte de baixo — o terreno de plantio — repetimos a numeração das ideias acima. A proposta era que as pessoas pudessem refletir sobre como as ideias sugeridas por outros participantes poderiam ser colocadas em prática e como poderiam contribuir para a realização dessas ideias, colaborando com sua proposta no cartaz. Assim como o *Troca de ideias*, esse *dispositivo* contribuiu para a constituição de um espaço de diálogo entre quem mediava o cartaz e os moradores que se aproximavam. No entanto, por ter sido uma proposta fixa em um ponto da praçinha, o *dispositivo* se mostrou um pouco menos convidativo que o anterior, consequentemente, resultando em um menor engajamento dos moradores.

Figura 19 – Dispositivo de conversação ‘Plantação de ideias’



(a)



(b)

Fonte: arquivo pessoal, 2016.

## Os eventos

Por fim, gostaria de propor, num sentido mais amplo, os próprios eventos realizados pelo o CCBFV como *dispositivos de conversação*. Como mencionado nos capítulos anteriores, apesar do CCBFV se colocar enquanto um grupo heterogêneo de pessoas que tinha como um dos principais objetivos engajar os moradores do bairro em seus encontros e ações, tínhamos grande dificuldade para estabelecer os convites e efetuar essa proposta. Experimentamos muitos modos e estratégias de convite, como panfletagem, divulgação pelas redes sociais, e mesmo abordando as pessoas diretamente durante nossos encontros na praça. Mas, sem que tivéssemos planejado, o caminho que se mostrou mais eficiente para a construção e efetuação do convite foram, sem dúvida, os eventos que o CCBFV realizou coletivamente. Primeiro porque, nos encontros que antecediam o evento, as pautas eram majoritariamente de ordem prática. Pensávamos o tema e a proposta do evento e, em seguida, distribuíamos os Grupos de Trabalho (GTs) que ficariam responsáveis por cada tarefa. Frequentemente os GTs distribuía-se em infraestrutura (responsável pela organização de recursos necessários para a realização do evento), comunicação (responsável pela criação de materiais gráficos, impressão, divulgação on-line e off-line), piquenique (responsável pela organização e mobilização do piquenique coletivo) e atividades (responsável por propor e organizar atividades no dia do evento). Assim, algumas pessoas que se engajavam em menor grau quando as pautas dos encontros eram mais concentradas nos debates, apresentavam um interesse e um engajamento muito maior quando se tratavam de questões práticas. Maria e Tereza — duas antigas moradoras do bairro — eram bons exemplos disso. Apesar de frequentarem bastante nossos encontros, ambas demonstravam um interesse bem maior quando a questão era participar da realização das ações que o CCBFV se propunha a fazer. As duas se alistavam no GT do piquenique em praticamente todo evento que fizemos. E graças a elas — além de muitas outras colaborações vizinhas, é claro — pudemos desfrutar de abundantes banquetes. Mas o que é mais interessante era como os eventos tinham capacidade de atrair e agregar em sua construção coletiva e colaborativa, sem que houvesse a necessidade de uma solicitação ou ordem de cima para baixo. Além disso, por ser um evento informal e quase sempre festivo, era muito mais fácil se aproximar das pessoas para divulgar o CCBFV. Nesse cenário, as relações aconteciam de modo mais leve e as pessoas estavam mais abertas para nos conhecer e conversar sobre questões relativas ao bairro. Algumas delas, inclusive, vieram a participar dos encontros seguintes do Círculo. Assim, os eventos se demonstraram como importantes oportunidades para a construção e ampliação das relações e laços tanto

entre as pessoas, como com o espaço, bem como de diluição de barreiras entre o CCBFV e os moradores do bairro, estabelecendo uma relação de maior confiança e, conseqüentemente, da ampliação das redes de colaboração para as futuras propostas de ação do CCBFV.

#### 4.3.2 Cartografias

Em seu texto “Um Prometeu cauteloso?: alguns passos rumo a uma filosofia do design” (2005), Latour nos coloca uma questão essencial para pensar a complexidade das questões. Ele nos incita a refletir sobre quais seriam as possíveis ferramentas de visualização capazes de representar as contradições e controvérsias inerentes às questões de interesse. Outros autores, como Ana Clara Torres Ribeiro, dedicaram extensas pesquisas sobre como essas ferramentas poderiam ser materializadas e como as metodologias de visualização podem auxiliar na construção de imagens e imaginários coletivos (RIBEIRO; CAMPOS; SILVA, 2011). Nessa direção, podemos investigar como as cartografias e os modos de cartografar podem contribuir com essas questões.

De modo geral, podemos dizer que a cartografia é — como veremos adiante com alguns autores — uma metodologia que, mais do que a apreensão de estruturas físicas e do estado de coisas — ainda que não possam ser ignoradas — tem como foco a investigação de processos, práticas e de subjetividades produzidas no território em questão. Colocando-se contra o modelo do método científico que se configura como um decalque estático da realidade e, assim, isenta-se de seu comprometimento com sua gênese, Deleuze e Guattari (1995-a) argumentam que a cartografia não opera por totalização, mas procura tratar a realidade como um plano de composição de elementos e funções heterogêneas, em que o pensamento se insere também como um agente produtor daquilo que se dedica a cartografar, ou seja, o processo de construção cartográfica é também um processo criativo. Segunda essa visão, a cartografia estaria menos interessada em produzir modos de representação, do que de acompanhar pistas e processos capazes de ampliar a possibilidade de elaboração de outras narrativas. A cartografia pode, assim, ser definida como o “acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas.” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 10). Uma metodologia processual que se constitui por um fazer experimental e aberto, e que encoraja o pensamento crítico, reflexivo, criativo.

Uma das maiores referências sobre processos e metodologias cartográficas no campo da geografia social e política no Brasil, foi a geógrafa Ana Clara Torres Ribeiro que elaborou, junto com seu laboratório de pesquisa LASTRO (Laboratório da Conjuntura Social Tecnologia e Território - IPPUR/UFRJ) o conceito de *cartografia da ação*, uma cartografia que, segundo a autora, é viva e dinâmica (RIBEIRO, 2011; 2012). A cartografia que interessa a Ribeiro é aquela capaz de apoiar a expressão da ação social de modo que, em oposição à cartografia social, que está interessada em indicadores como as desigualdades sociais, a *cartografia da ação* interessa-se pela construção, apropriação e uso do espaço através da ação do sujeito, do ator e dos gestos. Não é, portanto, uma espacialização da ação, mas uma apropriação do espaço. Trata-se de “fazer carta” e “fazer navegação”, onde de um lado o mapa é a expressão da ação cartografada (carta/mapa), e do outro, o mapa apoia a ação do sujeito (navegação/trajeto no espaço).

A cartografia é a grafia de uma carta efetivamente a tal forma a que você tenha como navegar. (...) Então a navegação é o desenho da carta, é a grafia da ação de modo que você possa sustentar a ação mais adiante, com os recursos disponíveis, com o que pode impedir a ação também, o que pode combater essa ação, o que pode destruir essa ação... (...) É uma cartografia voltada para o sujeito para que ele se oriente no espaço (RIBEIRO, 2016, p. 10).

No entanto, Ribeiro nos aponta alguns desafios a respeito das práticas cartográficas. O primeiro deles se refere à inserção da dimensão do tempo em sua grafia. Pois um mesmo espaço pode apresentar diferentes cartografias em tempos diferentes. Ela sugere que uma análise qualitativa que inclua essa dimensão talvez se dê por meio de outros recursos ou uma outra iconografia até então desconhecida, ou ainda por uma sobreposição (conexão) das sucessões de mapas. Ainda assim, perde-se a dimensão do movimento. Porém, mais importante do que representar o fenômeno é introduzir uma outra forma de enxergar o espaço.

Um segundo desafio é a questão da tradução que o método cartográfico implica. Ribeiro aposta nas cartografias como um modo capaz de expandir os desejos e o direito dos sujeitos, mas reconhece que a tradução é um assunto extremamente complicado. Por conta dos sujeitos envolvidos nesses processos muitas vezes não terem a prática de criação, existe um risco constante de que as traduções dessas cartografias sejam, muitas vezes, mímeses de formas pré-existentes de narrativas dominantes. A fim de minimizar os impactos da tradução e uma materialização prematura da cartografia, Ribeiro sugere que essa etapa seja feita no final do processo, expandindo o tempo de debate e tensão antes de encontrar uma solução. Inclusive, a autora questiona a prática da cartografia, indicando que é preciso refletir se o



início dos processos que procuram investigar a produção do território se dá pela cartografia ou se ela é algo para se pensar sobre, fazendo cartografia num sentido metafórico.

Por fim, a autora destaca que a *cartografia da ação* não é um instrumento propriamente dito, mas uma problemática. É a forma e o modo como o sujeito faz sua própria cartografia. É ver como o espaço ensina, é apropriado, junta atores, configura sujeitos coletivos. Por conta disso, Ribeiro aponta para os perigos que as cartografias implicam na medida em que expõem processos, práticas, sujeitos e vulnerabilidades territoriais. Portanto, uma cartografia, assim como um mapa, nunca é neutra, pois ao mesmo tempo que expressa potências, pode ser apropriada como instrumento de poder. E, nesse sentido, é preciso ter clareza de quem são os sujeitos da ação que serão afetados e/ou atendidos por elas.

Outra forte referência no campo da cartografia colaborativa são os Iconoclastas, um coletivo formado pela dupla argentina Julia Risler e Pablo Ares, que atua desde 2006 realizando o que eles chamam de mapeamentos coletivos itinerantes, uma metodologia cartográfica de código aberto para investigação crítica e colaborativa acerca de questões complexas sobre a produção do território (RISLER; ARES, 2013). A metodologia consiste no uso de diversos suporte visuais, com os quais os participantes elaboram suas interferências e narrativas por meio de exercícios performáticos que procuram dar visibilidade ao território, assim como sobre as questões complexas que dele emergem. Desse modo, a visualização dessas questões contribui para a atualização delas na medida em que se relacionam a outras questões. A partir do conhecimento e da experiência cotidiana dos participantes, a proposta dessas cartografias é desafiar as narrativas dominantes por meio da subversão do lugar de enunciação, produzindo, assim, novos enunciados, perspectivas heterogêneas e possibilidades alternativas de atuação.

Tanto as práticas cartográficas propostas por Ribeiro, como as metodologias compartilhadas pelo coletivo Iconoclastas expressam reverberações nas práticas de design participativo e colaborativo, que se propõe como modo de investigação e intervenção colaborativa. Além disso, essas práticas também apresentam pontos de contato com as práticas de copesquisa (*co-ricerca*) encabeçadas por pesquisadores militantes no interior das lutas operaístas italianas nas décadas de 1950 e 1960 (CAVA, 2012).

A seguir, abordaremos como algumas práticas cartográficas foram experimentadas no âmbito do CCBFV, tanto em seus encontros semanais, como durante as ações promovidas pelo grupo. Também veremos como essas práticas podem se expressar por diferentes modos e suportes cartográficos. Nesse sentido, investigaremos os pontos de contato entre metodologias colaborativas e os modos de cartografar, explorando como essas abordagens podem dar visibilidade à complexidade das questões de interesse, considerando suas controvérsias,

contradições e dissensos, bem como possibilitar a constituição de imaginários coletivos. Além disso nos interessa compreender em que medida a materialidade desses sistemas de representação alteram a percepção sobre as realidades trabalhadas.

### **Varal de ideias**

Parte da experiência do *dispositivo de conversação* “Troca de ideias”, descrito no capítulo anterior, o *Varal de ideias* consistia em um varal disposto em uma das laterais da tenda montada pelo CCBFV, no qual os participantes penduravam os cartões que haviam escrito sobre as frases “Eu gosto no Bairro de Fátima...” e “Eu gostaria que no Bairro de Fátima...”. Esses cartões iam gradativamente preenchendo o varal, compondo uma exposição de reflexões, desejos, memórias e imaginários coletivos sobre o bairro. A partir desses cartões, pudemos perceber algumas questões comuns entre os moradores, tais como o apreço pela tranquilidade do bairro, a valorização da relação de vizinhança e, ao mesmo tempo, certo receio de um crescente vulto da violência. Além disso, era interessante perceber o quanto questões tão localizadas no tecido micro do bairro estavam também relacionadas às questões macro da cidade, como questões de mobilidade urbana, coleta de lixo, o processo de requalificação urbana que a região central do Rio passava naquele momento, aumentando os aluguéis e gerando processos de gentrificação no bairro e no seu entorno. A partir desses desejos e inquietações, pudemos traçar algumas propostas que pudessem, de algum modo, encorajar o engajamento dos moradores nas ações coletivas do CBBFV. Foi o caso, por exemplo, da convocação para o “Debate da Bola”, em junho do mesmo ano, no qual procuramos criar um espaço democrático e aberto para discutir com os usuários da praça a questão do futebol dos meninos, e pensar como poderíamos negociar um horário de uso do espaço para evitar, ou pelo menos reduzir, as frequentes boladas causadas pelo futebol. Outros eventos também foram pensados a partir dessa cartografia de desejos, como o Sarau do Saci — respondendo ao anseio por mais eventos culturais na praça — e a Biblioteca Dedicada Livro — em relação ao desejo por uma biblioteca comunitária no bairro.

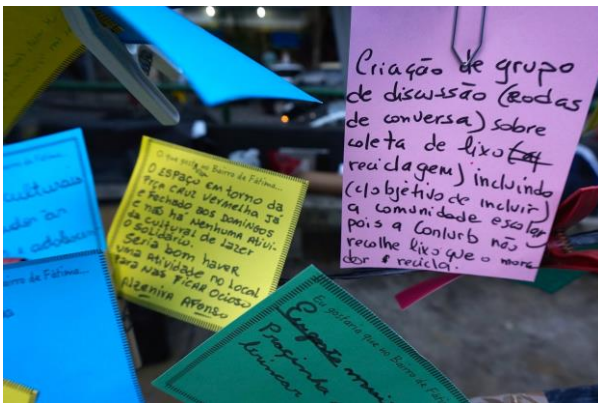
Figura 20 – Varal de ideias



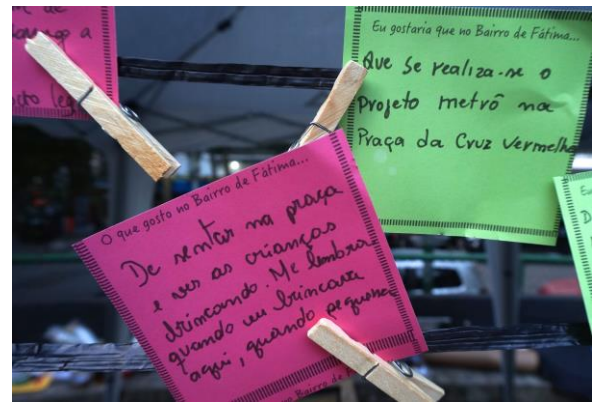
(a)



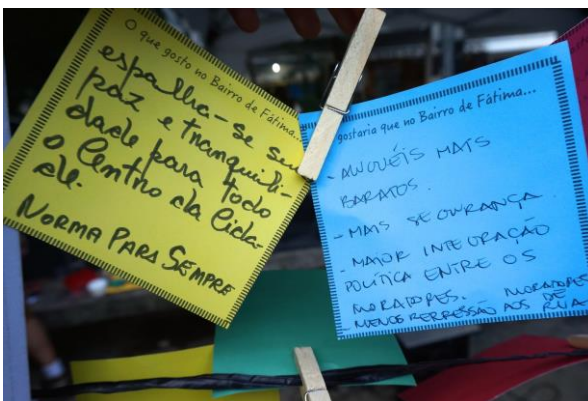
(b)



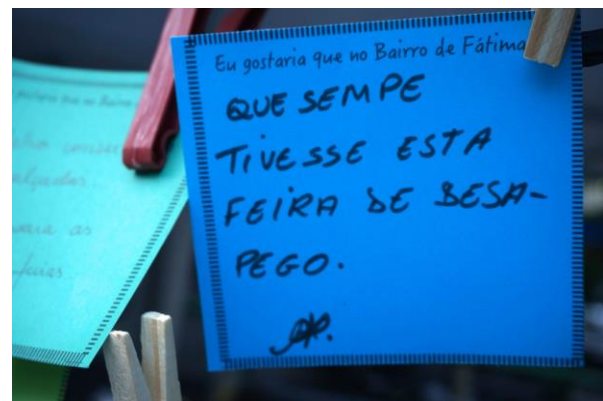
(c)



(d)



(e)



(f)

Fonte: arquivo pessoal, 2015.

**(RE)Imagine nossa praça...**

Aproveitando a oportunidade de contato com moradores e frequentadores do bairro durante a tradicional Festa Agostina do Bairro de Fátima, pensamos em criar um meio de mapear e compreender a percepção dos moradores sobre a praça. Assim, elaboramos o *(RE)Imagine nossa praça*, que foi simultaneamente uma proposta de um *dispositivo de conversação* e de um dispositivo cartográfico. O dispositivo consistia em um suporte de isopor sobre a qual foi colada a impressão da planta baixa da região, contendo somente com o traçado base da praça e da região diretamente em seu entorno, que chamamos de tabuleiro. Também foram produzidos, com desenhos e recortes de revista, uma ampla variedade de peças que serviam como representação de objetos, mobiliários, aéreas verdes, etc. Além do repertório de peças oferecido, colocamos à disposição papéis e canetinhas coloridas para que as pessoas pudessem criar suas próprias peças, caso fosse necessário. O tabuleiro foi montado na tenda do Círculo de Cidadania, durante os seis dias da Festa Agostina do bairro. A proposta do dispositivo era que cada pessoa, a partir dos recursos oferecidos, pudesse imaginar e recriar a sua praça ideal sobre o tabuleiro. Essa dinâmica buscava ativar nos cidadãos a perspectiva de uma atuação direta sobre as ações e transformações que poderiam efetuar no espaço. Ao final da dinâmica, tirávamos uma fotografia para registrar o planejamento de cada pessoa. A ideia inicial era atrair os moradores a participar dessa recriação coletiva sobre como a praça poderia ser. Num primeiro momento, por lembrar um jogo de tabuleiro, o dispositivo acabou atraindo mais crianças do que adultos. Nesse sentido, o dispositivo se aproximou muito de uma brincadeira. Mas à medida que elas chegavam para brincar, os responsáveis que as acompanhavam também se aproximavam, ainda que mais como observadores do que como participantes. Ao longo dessa experiência que durou seis dias no total, pudemos colher uma perspectiva abrangente sobre como principalmente as crianças gostariam de ter e aproveitar melhor a praça do bairro e seu entorno. Percebemos, por exemplo, uma demanda por uma melhor distribuição do mobiliário da praça, por mais oferta de brinquedos e por uma quadra poliesportiva. Uma outra questão recorrente foi a proposta de expansão da área de uso e de lazer da praça que, ora tomou forma de fechamento da rua para carros no entorno da praça, ora se manifestou pela eliminação do estacionamento ao longo das vias do bairro. Em oposição aos carros, muitas vezes as crianças optaram pela bicicleta como lazer e meio de transporte no entorno.



Figura 21 – (RE)Imagine nossa praça...



(a)



(b)



(c)



(d)



(e)

Fonte: arquivo pessoal, 2015.

## **Pesquisa "Quem estamos sendo"**

Apesar da cartografia “(RE)Imagine nossa praça...” não ter se mostrado um dispositivo eficaz para engajar adultos, o fato de ter atraído crianças facilitou sensivelmente a aproximação com os responsáveis que os acompanhavam. Assim, durante a própria festa, criamos um questionário base para entrevistá-los enquanto as crianças planejavam suas praças. Com o nome “Pesquisa quem estamos sendo / quem queremos ser”, coletamos, ao todo, 52 entrevistas, cujo conteúdo, além de nome, idade e local de residência do entrevistado, continha abordagens sobre questões como pontos positivos, negativos e demandas do bairro, da praça, e opiniões sobre a praça e a Festa Agostina. Aproveitamos, também, para abordar o tema polêmico do futebol na pracinha do bairro. A análise dessas entrevistas pode nos fornecer informações — e confirmações — sobre como as pessoas valorizam o bairro como um lugar tranquilo, familiar e que favorecia a relação comunitária. Mas apesar das qualidades apontadas, essas entrevistas também exprimiam uma demanda por recursos como maior oferta de comércio qualificado, como bares, cafés e padarias. Também, expunham uma certa insatisfação com serviços públicos, como coleta de lixo, pouca oferta de mobilidade urbana e inadequação do planejamento e reforma da pracinha do bairro já realizadas até então. Essas questões, além de demonstrarem uma baixa participação popular nas *questões de interesse* do bairro, expunham também uma Prefeitura pouco presente. Além disso, por conta de o questionário apresentar uma pergunta direcionada especificamente ao problema do futebol na pracinha, pudemos notar como essa era uma questão que dividia opiniões no bairro, onde uns entendiam que o uso daquele espaço também era um direito das crianças, e outros eram categóricos em defender a proibição da atividade na praça. De todo modo, quase todos apontavam a necessidade de uma quadra poliesportiva para o bairro.

## **Ata caosgráfica**

Como já mencionado, os eventos criavam espaços muito favoráveis para a experimentação de dispositivos e para a construção de diálogos. Mas fora desse ritmo tínhamos nossos encontros semanais no chão da pracinha, que, além de ter um formato mais convencional, frequentemente mantinha a mesma dinâmica: definição de quem faria o registro da ata, abertura do Círculo com a rodada de apresentações, definição da pauta, discussões, encaminhamentos e fechamento do encontro. A respeito das definições das tarefas,

frequentemente as mesmas pessoas acabavam assumindo algumas funções, como mencionado no tópico 4.2.2 que fala sobre revezamentos. E uma das tarefas que mais se concentrava, e que mais dava trabalho nos encontros, era o registro da ata e a posterior digitação e compartilhamento da ata em nosso grupo de *Facebook*. Além disso, por mais que a ata fosse compartilhada em rede para que pessoas pudessem comentar ou sugerir mudanças, ainda era uma tarefa que por ser realizada por uma única pessoa por vez, poderia carregar uma certa parcialidade. Tentamos algumas vezes fazer revezar essa função, mas por conta do duplo trabalho que ele oferecia e da dificuldade que alguns participantes expressavam em assumir a tarefa, ao longo dos encontros do Círculo, ela foi, pouco a pouco, sendo deixada de lado. No entanto, seu registro e compartilhamento eram de fundamental importância para que pudéssemos ter controle sobre nossos processos, bem como oferecer um meio de atualização do encontro para aqueles que não puderam estar presentes. Uma alternativa foi a experimentação de uma ata que fosse escrita coletivamente. Para isso, utilizamos uma grande folha de papel pardo disposta no chão sobre a qual deveríamos produzir, coletivamente, nossa ata. Conforme o encontro acontecia, íamos registrando tópicos, ideias e falas de modo mais aberto e experimental. Ao fim da reunião, fotografávamos a ata *caosgráfica*<sup>31</sup> e compartilhávamos a imagem no grupo do *Facebook*, adicionando os comentários caso fossem necessários. Apesar dos resultados não apresentarem uma leitura linear e objetiva sobre os assuntos tratados, a ata enquanto uma *caosgrafia* apresentava-se como um modo cartográfico possível para registrar os encontros naquele momento. Além disso, a visualização dos registros em tempo real estimulava uma reflexão mais colaborativa sobre as *questões de interesse* do grupo, uma atuação mais participativa sobre sua construção e a atualização das questões debatidas. Infelizmente, depois dessas primeiras experimentações, tivemos poucas oportunidades de testar outras dinâmicas para o aperfeiçoamento desse modo de cartografar pois, pouco tempo depois os encontros do CCBFV foram suspensos.

---

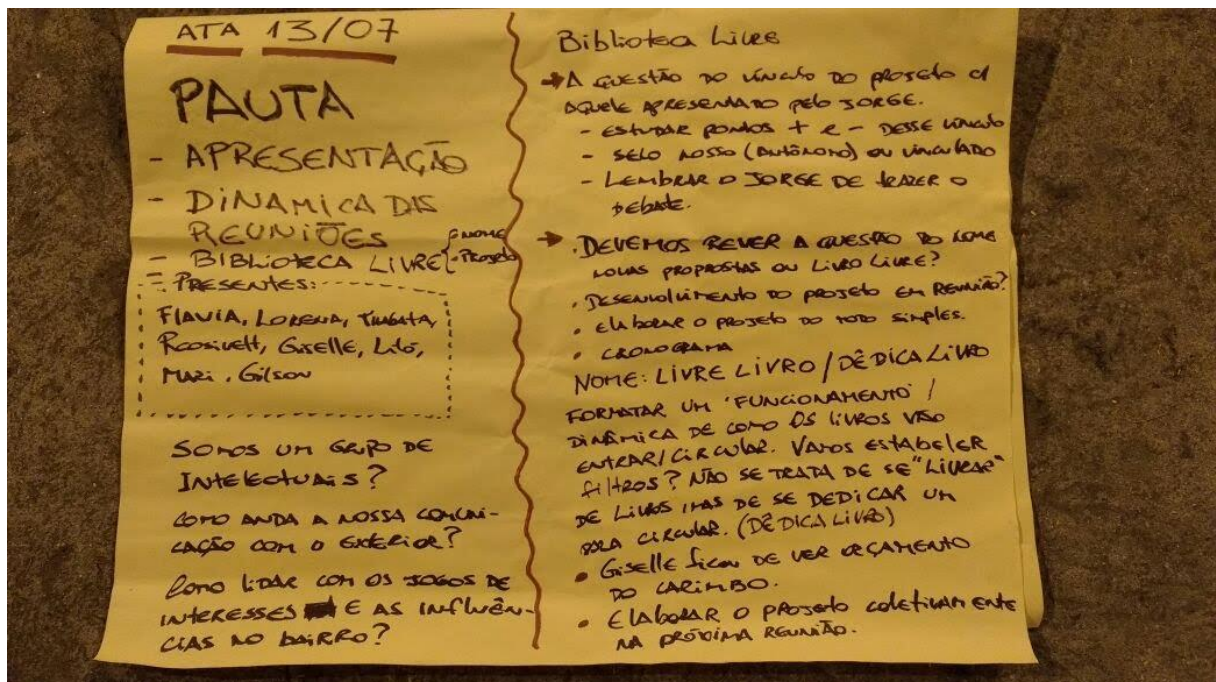
<sup>31</sup> *Caosgrafia* é um modo-jogo de fazer cartografia elaborado pelo Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura do Instituto de Planejamento Urbano da UFRJ. O modo caosgráfico caracteriza-se por não se apresentar enquanto um método fixo, pelo contrário, ele é capaz de abarcar diversos modos de dizer, performar e registrar, utilizando basicamente, um grande tabuleiro-palco de papel pardo sobre o qual as jogadas são realizadas. O jogo é disparado por um dispositivo, que pode ser um tema, uma frase, um assunto, etc. A partir dele, cada jogador é convidado a levar um fragmento que servira como peça de jogada no processo caosgráfico. Além disso, o processo pode contar com a disponibilidade de outros recursos a depender da proposta do jogo, tais como cola, fita adesiva, barbante, canetinhas, tinta, etc. Para mais informações acessar: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v18n37/2236-9996-cm-18-37-0899.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2018.



Figura 22 – Ata caosgráfica.



(a)



(b)

Fonte: arquivo pessoal, 2016.



### 4.3.3 Prototipação

No artigo “*Design Things and Design Thinking: Contemporary Participatory Design Challenges*”(2012), os pesquisadores Erling Björgvinsson, Pelle Ehn, Per-Anders Hillgren argumentam que um dos desafios do Design Participativo contemporâneo consiste não apenas em engajar as partes interessadas (*stakeholders*) como designers nos processos de design — compreendendo o Design Participativo em seu sentido tradicional de onde se originou, e a partir do qual designers procuram prever o uso dos objetos antes do uso efetivo —, como também o desafio de projetar para além do projeto e para futuros *stakeholders* não previstos anteriormente pelo projeto. Nesse sentido, os autores apontam para dois tipos de abordagem que emergem do processo de Design Participativo. Um que procura prever, a partir da participação de usuários no processo de design, os resultados do projeto, ou seja, o uso antes do uso efetivo (*use-before-use*). E um outro, complementar, que sugere adiar tanto o projeto de design, como a fase de participação nele, o que os autores denominam um design depois do design (*design-after-design*), reconhecendo o próprio uso como uma prática projetual. Isso porque, em um projeto de design existiriam outros *stakeholders* não previstos para além dos usuários imediatos.

Além disso, o que é antevisto como uso por designers nem sempre coaduna com a lógica do projeto uma vez que usuários podem se apropriar e propor novos usos daquilo que foi projetado. Essa abordagem contribui tanto para a abertura de possibilidades de uso em um projeto de design, como para a compreensão do design como um processo que é simultaneamente aberto e contínuo, e que procura antecipar visões, potencialidades e apropriações que poderão ocorrer durante o uso e após o projeto ser implementado. Em outras palavras, os autores sugerem que além dos designers profissionais, usuários em potencial também poderiam ser admitidos como designers. Além disso sugerem que o foco do Design Participativo deveria deslocar-se da preocupação em engajar usuários no processo de design para uma visão que reconhece toda situação de uso como um processo de design em potencial. Ao mesmo tempo, essa mudança de foco se move do design de “Coisas” que visa a produção de produtos e serviços úteis, para um design capaz de constituir ambientes propícios para que outras “Coisas” possam surgir no processo do uso.

É dessa perspectiva que os autores entendem que os processos de *design thinging* podem ser compreendidos como meios para a construção de infraestrutura (*infrastructuring*), as quais se colocam como suportes associados a outras estruturas sociomateriais e ultrapassam questões temporais e espaciais, além de não precisarem ser constantemente reinventadas.

Segundo Björgvinsson, Ehn e Hillgren (Ibid.), *infrastructuring* é um processo relacional e significa agenciar “Coisas” públicas por meio de processos participativos. Portanto, projetos de *design thinking* entendidos como *infrasctructuring* são aqueles que visam constituir práticas e estruturas capazes de apoiar tanto as “Coisas de design” do projeto, como aquelas que emergirão a partir do próprio uso.

Seguindo essas abordagens, os autores Hillgren, Seravalli e Emilson (2011), ao discutirem os papéis que protótipos podem assumir em projetos de inovação social, sugerem que protótipos podem ser admitidos como “Coisas” (*Things*), ou seja, como relações sociomateriais por meio das quais podemos abordar as *questões de interesse*. Segundo eles, protótipos são modos criativos de testar e refinar ideias, de explorar oportunidades e destacar dilemas que emergem do projeto, de levantar questões e apontar controvérsias. Assim, os autores defendem que mais do que ferramentas para testar modelos, típico das práticas de prototipagem rápida, protótipos relacionados a questões sociais deveriam ser concebidos e experimentados em processos mais longos capazes de incluir transformações — uma perspectiva que se relaciona à ideia anteriormente apresentada de *design-after-design*.

As abordagens acima descritas apontam para um movimento nos processos e práticas de projeto em direção a um design para autonomia, ou seja, práticas de *design thinking* e *infrastructuring* que possam estimular a apropriação das “Coisas de design” e, conseqüentemente do próprio projeto. Mas, como veremos adiante nas experiências do CCBFV, essa não é uma prática fácil de ser estimulada e realizada. Ainda que o engajamento de usuários nas “Coisas de design” possa acontecer de modo mais fácil — a depender da proposta e do evento —, o estímulo e a apropriação dessas “Coisas” demandam um esforço continuado. Além disso, apresentávamos algumas limitações de recursos — financeiros e humanos — para conseguir instaurar as práticas de prototipagem como processos iterativos de reajustes e aperfeiçoamentos que eventualmente consolidariam um produto final. Ao contrário, a prototipação, nesse âmbito, apresentava ainda mais seu caráter experimental, admitindo seus erros e inacabamentos como um “produto final”. Um projeto quase sempre “torto” que poderia, ou não, ser melhorado. Tudo dependeria da possibilidade, desejo e engajamento dos participantes. Desse modo, podemos dizer que os processos e práticas do CCBFV tendiam a ser mais táticos do que estratégicos, nos quais as melhorias e refinamentos dos protótipos não eram processos necessariamente obrigatórios, mas aconteciam na medida das contingências do Círculo. A seguir veremos alguns exemplos de prototipação experimentados pelo CCBFV e como eles se desdobraram.

## Oficina de horta caseira

Em dispositivos realizados em eventos anteriores, como o *Troca de Ideias* e o *(Re)Imagine nossa praça...* uma das ideias que surgiu e que reverberou bastante no grupo foi a criação de uma horta urbana coletiva. Já no início do CCBFV em 2015, o grupo havia participado de uma ação cidadã promovida por um outro grupo de pessoas interessados nessa temática, que propuseram a reocupação de pracinha que fica no encontro das ruas Monte Alegre e Cardeal Leme, uma pracinha logo acima da praça Aguirre Cerda no Bairro de Fátima. Esse grupo realizou alguns mutirões de limpeza e plantio, mas devido à dificuldade de logística para as regas das plantas e ao excessivo número de gatos na praça, esse projeto não chegou a se desenvolver muito. Mas o desejo de uma horta urbana frequentemente retornava à pauta de discussões do Círculo. Então, uma das participantes do grupo, que tinha conhecimento sobre hortas caseiras, propôs oferecer uma oficina para estimular a relação com a comida saudável, com o plantio e com o meio ambiente. Essa oficina foi realizada durante toda a tarde da 2ª Feira de Doação. No dia do evento nossaicineira levou para a pracinha um berçário com pequenas mudas de hortaliças, terra, garrafas pet para a produção de potinhos e minhocas. A oficina era aberta e gratuita, contando com o auxílio daicineira para montar sua própria horta caseira. Por ser uma oficina bastante prática e que não demandava nenhum conhecimento prévio, o engajamento gerado foi bastante significativo, pois além da participação e da aprendizagem, as pessoas levavam para casa algo que elas mesma tinham criado. Inclusive, semanas após a oficina, algumas pessoas relataram que não só conseguiram colher as hortaliças, como foram estimuladas a continuar o plantio em casa. Essa experiência, assim como outras que abordaremos adiante, nos mostra que é mais fácil engajar pessoas para tarefas práticas que tenham resultados imediatos do que para as rodas de conversa, cujo foco é debater questões sobre democracia e cidadania.

Figura 23 – Oficina de horta caseira



(a)



(b)

Fonte: arquivo pessoal, 2016.

## **Criação coletiva de cartazes**

No capítulo 4.2.2 abordamos o desafio sobre o revezamento de funções e tarefas. Além do problema da concentração da função de quem fazia a ata, já mencionado no item *cartografias* do capítulo anterior, outra função que geralmente se concentrava em torno de um indivíduo era a criação dos materiais gráficos. Por ser designer de comunicação visual, frequentemente essa pessoa era eu. Pensando em como descentralizar essa função e torná-la mais coletiva, propusemos construir os cartazes de uma das ações do Círculo durante os próprios encontros e de modo mais artesanal. Assim, no dia do encontro, coletamos cerca de 20 cartazes antigos de uma videolocadora da proximidade para usar como base e levamos materiais como cola, tesoura, tintas e canetinhas coloridas para produção dos cartazes. A ação a ser realizada era a festa de comemoração de um ano do CCBFV e queríamos convidar a vizinhança para uma tarde de festejo na praça conosco. A partir dos materiais disponíveis, os participantes eram estimulados a criar livremente suas propostas de cartazes para o evento. Espalhamos os cartazes e os materiais pelo chão e logo os cartazes começaram a tomar forma. Alguns aproveitaram o próprio conteúdo dos cartazes para criar intervenções sobre eles. Outros foram criados a partir do verso do cartaz original. Esse fazer artesanal atraiu também algumas crianças e adolescentes que estavam na praça. Assim, ainda que apresentassem uma característica bastante artesanal, o resultado desse processo foram cartazes com uma linguagem significativamente rica e heterogênea. Essa experiência não só se mostrou bastante eficiente — todos os cartazes originais foram reaproveitados e a partir deles produzimos cerca de 10 cartazes novos — mas se tornou uma oficina que estimulou a prática colaborativa e a criatividade.<sup>32</sup>

## **Bibliotecas DêDica Livro**

Uma das últimas ações promovidas pelo CCBFV foi a realização da Pré-primavera do Livro e a Primavera do Livro, respectivamente. Ambas pensadas a partir de uma ideia surgida nos encontros do Círculo de criação de uma biblioteca comunitária no bairro. A Pré-primavera foi proposta como uma tarde de oficinas como um processo preparativo que resultaria na Primavera do Livro, durante a qual realizaríamos o lançamento e a distribuição de pequenas bibliotecas comunitárias pelo bairro. Assim, na primeira fase da ação foram

---

<sup>32</sup> Exemplos desses cartazes podem ser encontrados na página 108.

realizadas contações de histórias para as crianças e algumas oficinas de leitura, de carimbo e de aproveitamento de livros em más condições de uso. A Pré-primavera também contou com doações de livros que seriam aproveitados para a criação dos protótipos de bibliotecas comunitárias a serem distribuídas no evento seguinte. A proposta da biblioteca não era apenas incentivar a leitura, mas consistia na democratização do conhecimento por meio da livre circulação de livros de qualidade e na criação de uma biblioteca de propriedade coletiva que fosse cuidada e alimentada por todos. Não se tratava, portanto, de doação de qualquer publicação, como revistas rasgadas, material de divulgação religiosa ou catálogos. Além disso, a proposta de se criar um evento distribuído em vários momentos era estimular a construção de uma relação mais afetiva com a leitura e com a biblioteca, partindo da ideia de que os livros oferecidos para as bibliotecas não eram doações simplesmente, mas dedicações de leitura para outros possíveis leitores. Daí o nome pensado para as bibliotecas, DêDica Livro. Voltando à organização do evento, como de costume, nos distribuímos pelas tarefas a serem realizadas, em que alguns ajudavam na oficina de carimbos, outros na organização dos livros que chegavam, outros no acolhimento e conversa com o público que se aproximava. Também recebemos três caixas de feira para montarmos e distribuímos as pequenas bibliotecas pelo bairro. Dando continuidade, o evento seguinte manteve mais ou menos a mesma dinâmica do anterior, com a contação de história, troca de livros, oficinas de carimbo, e contou ainda com oficinas de serigrafia e estêncil. Nesse fazer coletivo terminamos de organizar e criar nossas primeiras bibliotecas DêDica Livro. Três bibliotecas foram organizadas nas caixas de feira doadas e foram distribuídas em estabelecimentos locais do bairro: uma loja de doces, um bar e uma sorveteria. Além dessas, construímos também uma quarta biblioteca que seria instalada na própria pracinha. Essa biblioteca nos apresentava como um desafio ainda maior, pois tínhamos que levar em conta condições meteorológicas como chuva, vento e...o futebol da pracinha. Tínhamos que considerar, também, o tipo de mobiliário que poderíamos colocar na pracinha de modo que não acentuasse ainda mais a questão da limitação de espaço. E por fim, deveríamos pensar em um material barato e simples para facilitar sua reposição caso fosse necessário. A solução encontrada foi a utilização de isopores frequentemente descartados por restaurantes. Um material leve, gratuito e que daria conta de questões como chuva e vento. Assim, durante o evento, preparamos a biblioteca-isopor para ser instalada na praça. Para isso, aproveitamos a própria estrutura de sua grade e de uma placa para prendê-la. Enquanto pudemos acompanhar, tivemos um bom retorno sobre o uso das bibliotecas. Mesmo a da praça, que teve que ser substituída logo duas semanas depois por conta de uma bolada que destruiu sua tampa, tinha seus livros

frequentemente dedicados e adotados. A constante rotatividade de livros indicava que havia, de fato, uma demanda por esse tipo de iniciativa. No entanto, as bibliotecas precisavam de constantes manutenções, sendo frequentemente preciso reorganizá-las e fazer uma certa seleção e limpeza dos livros. Assim, da realização desse último evento em setembro de 2016 até o fim deste ano, pudemos continuar acompanhando e cuidando das bibliotecas. Mas conforme o tempo passava, a experiência que um dia foi novidade foi perdendo a importância para os moradores. Possivelmente essa seria uma experiência que precisaria de mais tempo de dedicação de nossa parte para ajudar a construir uma estética do cuidado e um processo que fosse capaz de se manter do modo mais autônomo.

Figura 24 – Bibliotecas DêDica Livro



(a)



(b)



(c)



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Figura 25 – Bibliotecas DêDica Livro



(a)



(b)



(c)

Fonte: arquivo pessoal, 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a questão da participação como modo de democratizar a democracia tem sido um tema caro a diversos campos teóricos, inclusive no Design. As teorias abordadas nos proporcionaram um importante arcabouço para alinhar alguns conceitos-chave desse trabalho, traçando algumas relações entre design, democracia e cidadania. No entanto, considerando os desafios da questão de pesquisa, foi possível perceber que, apesar de significativas, as contribuições teóricas ainda se mostram insuficientes para respondê-la. Além disso, grande parte das teorias aqui apresentadas têm suas perspectivas ancoradas em realidades oriundas de países centrais, como é o caso das práticas participativas e colaborativas escandinavas. Essas abordagens nascem de contextos inteiramente diferentes do Brasil e, como vimos durante o trabalho, tanto as práticas de design colaborativo como os discursos sobre democracia e cidadania não se adequam plenamente à nossa realidade, ainda que possam apresentar muitos pontos de contato. Assim, é importante refletir criticamente sobre essas experiências estrangeiras, compreendendo-as não como “*cases* de sucesso” que podem ser replicados em outros contextos, mas como experiências que podem nos ajudar a pensar as práticas locais. Além disso, ainda que as teorias e abordagens participativas do campo do Design apresentados nesse trabalho apresentem uma perspectiva que admita uma certa abertura projetual e que se mostrem mais interessadas nos processos, elas ainda parecem se preocupar com questões como a sistematização de metodologias e a avaliação de resultados. Assim, podemos considerar que, mesmo que estejamos falando de um Design que busca construir vias alternativas de produção, ele ainda está conectado às noções de demanda, de resultados, de sistematização, de otimização, temas caros à tradição modernista. Além disso, essas questões levantam reflexões sobre até que ponto o campo admite práticas experimentais enquanto modos alternativos de fazer design, ou se a dificuldade em reconhecer essas práticas aponta para uma preocupação com a manutenção de uma tradição e de um campo de pensamento, ainda que aparentemente emergente. Contudo, quando abordamos contextos nos quais as noções e práticas de design escapam ao controle e às sistematizações projetuais devido às contingências cotidianas — como era a realidade do CCBFV — como podemos medir resultados? Como medir engajamento ou democratização da democracia? Que parâmetros adotar e quem elege esses parâmetros? Como sistematizar metodologias em um contexto que se propõe experimental? E qual é a parcela de responsabilidade de designers nos contextos nos quais ser designer não o/a coloca como um(a) agente especial no processo? Essas são questões que, apesar da minha relação direta no CCBFV



como designer e cidadã, ainda não sei responder de modo definitivo. No entanto, como pudemos acompanhar por esse trabalho, esse tipo de experiência local e territorializada no espaço urbano aponta para a necessidade de constantes transformações e atualizações das práticas e processos projetuais. Isso significa, por exemplo, compreender que o tempo desses processos se coloca numa perspectiva diferente da linear que pressupõe incício, meio e fim. Significa, também, acolher as divergências e contingências do campo de trabalho como aspectos positivos no sentido de nos convocar constantemente uma percepção reflexiva e auto-crítica de nossas práticas e processos a fim de construir espaços de diálogos abertos e convidativos e de garantir a participação ampla e democrática de todos os envolvidos.

Mas assim como as teorias do campo do Design ajudam a pensar as práticas participativas e colaborativas voltadas à construção de espaços políticos democráticos, podemos observar, também, a questão no seu sentido inverso, ou seja, como as práticas de democracia, cidadania, participação e colaboração experimentados nesses espaços atravessam o campo do Design, convocando designers tanto a refletir sobre sua própria atuação, quanto perceber as transformações que as abordagens do Design podem sofrer em contextos de baixo controle projetual, produzindo transformações, fissuras, esgarçamentos e aberturas em suas teorias, práticas e metodologias. Assim, convém destacar a importância da experiência de campo como um caminho não apenas para tensionar teoria e prática, pelo qual o pensamento se coloca como um processo criativo de experimentação, mas para oferecer algumas pistas de como o experimentalismo democrático tem potencial de gerar novas gramáticas sociais e políticas, e de contribuir para a abertura de algumas brechas democráticas, oferecendo outras possibilidade de atuação política no chão da cidade e por mãos de cidadãos, um pouco mais distante dos modelos representação. Nesse sentido, o CCBFV se inscreve como uma iniciativa que, ainda que pequena, frágil e efêmera, pouco a pouco introduz no tecido social a ideia de uma outra possibilidade de produção política e de modos de vida. Apesar de ser insuficiente para resolver a questão da democratização da democracia ela é, assim como outras experiências, fundamental para introduzir brechas democráticas na atual estrutura política e social, contribuindo para a construção de outros imaginários políticos, de uma imaginação coletiva de outros modos de vida, e da constituição de uma cultura política mais participativa e democrática, fortalecendo, aos poucos, a noção de cidadania. Podemos dizer, então, que CCBFV se realizaria como um devir político menor ou como um design menor que atua no campo das possibilidades e das experimentações.

Por outro lado, a experiência do CCBFV nos mostrou que, em primeiro lugar, a realização de espaços políticos plenamente participativos e democráticos é um desafio difícil

de ser superado, e que, portanto, o foco desse processos talvez não deva ser a busca por sua realização enquanto fim, mas de entender que esses são processos vivos e que comportam diversos agentes e interesses heterogêneos, encarnando assim, um campo de forças em constante disputa. Em segundo lugar, vimos que a inclusão de abordagens participativas não garante a participação pois, ainda que ela possa contribuir para o fortalecimento da democracia, nem todos os agentes envolvidos, direta ou indiretamente, querem participar, ou ainda, não querem participar segundo um modo específico de participação. Além disso, a questão da participação e engajamento no CCBFV não se pautava somente por uma cultura democrática de baixa intensidade, mas pelas contingências e urgências vividas por boa parcela de cidadãos que os impedem de se envolver em outras frentes de ação para além dos desafios enfrentados cotidianamente, como as intensas jornadas de trabalho e a precarização da vida. Portanto, não podemos afirmar que sentar-se na pracinha com o CCBFV era somente uma questão de posicionamento político, mas também de privilégio social. Essas reflexões me levam a acreditar que, paralelamente à implementação de práticas participativas nos espaços políticos institucionais brasileiros, seria preciso considerar e incentivar experimentações políticas alternativas e locais como meios para fortalecer a construção de uma cultura de cidadania, de democracia e de participação política.

Um outro ponto se refere a efemeridade dessas experiências. Se por um lado, a existência do CCBFV não se sustentou para além desse tempo de aproximadamente dois anos, creio que a própria natureza experimental do Círculo seja um fator que influencie na sua duração. Enquanto um agenciamento coletivo, poderíamos dizer que, assim como um organismo vivo que nasce, cresce, se desenvolve e morre, o tempo do CCBFV é efêmero. Sobre a questão da morte, gostaria de convocar uma perspectiva bem pouco ortodoxa na qual Deepak Chopra, médico indiano radicado nos Estados Unidos, propõe que o oposto de morte não seria vida, mas nascimento. Chopra propõe essa leitura a partir de estudos feitos sobre o processo de regeneração celular no qual a morte é entendida como um processo não apenas natural, mas indispensável para que a vida se renove, ou seja, para que novas células possam surgir. E nesse processo de morte e nascimento, o que faz um ser continuar sendo quem é numa perspectiva molar — ainda que diferente numa escala molecular —, seria a passagem da memória celular de uma célula para a outra, um processo que poderíamos chamar de atualização de um corpo. Nessa mesma perspectiva, podemos reconhecer na “morte” do CCBFV um processo fundamental que abre espaço para que novas experiências surjam e para que noções como as de cidadania e participação possam ser atualizadas. Um processo que tem a ver com o próprio movimento de atualização das estruturas democráticas. Por essa

perspectiva, a memória celular equivaleria, na sociedade, à cultura. Portanto, os agenciamentos estão eternamente se refazendo, se reorganizando, se desfazendo para constituir outros novos. Resiliência é isso. É preciso que as estruturas se modifiquem, por força interna ou externa, para que possa se reinventar, inventar e inspirar outras.

Mas apesar das limitações e desafios apresentados, e a partir de uma perspectiva de um design menor e expandido para questões públicas, vimos como as práticas participativas e colaborativas podem se mostrar como potentes ferramentas para auxiliar os processos de organização e ação do grupo. Essas abordagens foram capazes de, em maior ou menor grau, construir redes de conhecimento e solidariedade entre os participantes, seja por meio das redes digitais ou presencialmente. Foi possível observar, também, como as ações realizadas durante os eventos despertaram nos participantes, mesmo que pontualmente, o sentido de cidadania e de pertencimento a uma comunidade. E como os próprios eventos se tornaram dispositivos de engajamento cidadão na construção coletiva de espaços de diálogo e de criação, onde a própria organização e realização dos eventos se construíram como ações coletivas e solidárias. Outro exemplo foram os dispositivos de conversação que foram capazes de estabelecer verdadeiros espaços de diálogo abertos e criativos, e os dispositivos cartográficos que contribuíram para a identificação e reflexão de questões de interesse relativas ao Bairro de Fátima, seus moradores e a produção de cidade. A visualização do conhecimento sobre o território e as demandas sociais que emergiram desses dispositivos ajudaram a organizar e a entender melhor as questões discutidas e a desenhar planos de ação para os eventos seguintes. Além disso, a apropriação, ainda que intuitiva, de processos organizacionais do campo do Design Participativo e Colaborativo, ajudaram tanto na organização das tarefas e funções do grupo, como na realização de procedimentos mais democráticos nas dinâmicas do CCBFV. Procedimentos como a ordenação e registro das falas durante as reuniões, levantamento de temas relevantes às questões de interesse coletivo, estabelecimento de critérios na escolha de prioridades e tomadas de decisão, e a definição de encaminhamentos bem como a delegação de tarefas específicas foram capazes de auxiliar na distribuição do poder de decisão e de responsabilidade no grupo, bem como construir colaborativamente possibilidades para a transformação positiva do espaço, englobando um esforço contínuo pela valorização das singularidades dos sujeitos envolvidos.

Por outro lado, o foco do CCBFV estava mais voltado para a abertura dos processos do que para os resultados. Enquanto um grupo experimental, sabíamos mais ou menos como gostaríamos que os processos acontecessem, mas não estávamos muito preocupados com a elaboração de soluções para problemas específicos do bairro. O rompimento com a noção de

funcionalidade, então, operaria como brecha para que novas subjetividades pudessem surgir. Nesse sentido, o design se coloca em devir e se manifesta na construção de relações. Portanto, a proposta do CCBFV se conecta com o desejo de produzir novos corpos, novos dizeres e novos agenciamentos coletivos. Aqui a temporalidade da experiência é não-linear e pressupõe um descontrole na medida em que coloca em jogo o lugar pretensamente dado do pesquisador e de um lugar de fala. O *ethos* do Círculo pautava-se na experiência do encontro, no movimento de estar para e com os indivíduos, de operar na e pela diferença, experimentando um deslocamento de nós mesmos e de nossos supostos papéis. Portanto, essa pesquisa se coloca como um desafio de expandir as possibilidades de atuação do Design para desenhar relações nas próprias relações. De caminhar caminhando juntos. Um caminhar que tão pouco é retilíneo e unidirecional. Em algum momento esse caminhar pode ser avante, outros nos convoca retornos, outros nos convida a pegar atalhos, mudar de direção...

Por fim, vimos que muitos pesquisadores vêm apostando tanto numa virada ontológica do pensamento, quanto na valorização de prática colaborativas e participativas como caminho para a democratização da democracia. Essas experiências nos mostram que processos e organizações colaborativas apresentam tantos desafios como outros modos de operar, e que, portanto, não são garantia de uma tal realização de um mundo ideal por vir. Como Nunes nos lembra, os sistemas-rede não supõem, necessariamente, a horizontalidade, muito menos democratização da democracia. Aliás, sistemas-rede não são sequer exclusividade de sistemas horizontais, pois até mesmo organizações verticais podem ser organizadas em rede. Por outro lado, numa perspectiva pós-estruturalista, não estaríamos todos, humanos e não-humanos, enredados em sistemas-rede, ou rizoma, como sugerem Deleuze e Guattari? Mas qual seria a “cola” desses agenciamentos? E o que faz acontecer esses encontros? Seria uma tal perspectiva do comum, uma que propõe elos alternativos entre às dicotomias entre o público e o privado, o indivíduo e a sociedade? E como o design atuaria nessa perspectiva? Ou o contrário, como uma perspectiva do comum, assim como da participação e colaboração, atravessam e atualizam o campo do design? Talvez possamos convocar às reflexões sobre distopia de Marco Antônio Gonçalves para pensar um outro caminho para as práticas de design. Um caminho possivelmente torto e inacabado, e que demanda esforço, criatividade e, acima de tudo, disponibilidade para colocar-se no lugar do risco. Um caminho que possa ser pensado por meio de um design menor, um design disposto a atualizar-se no próprio caminhar.

## REFERÊNCIAS

AAGAARD, I. et al. *Democratic design experiments: drawing things together with codesign*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, 2013.

ANASTASSAKIS, Z.; SZANIECKI, B. “Conversation Dispositifs: Towards a Transdisciplinary Design Anthropological Approach”. *Design Anthropological Futures*. London: Bloomsbury, 2016.

ANDERSON, C. *Makers: The New Industrial Revolution*. New York: Crown Business, 2012.

ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

BAQUERO, M. “Cultura política participativa e desconstrução democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo”. *São Paulo em Perspectiva*, v.15, n.4, p. 98-104, 2001.

BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine Books, 1972.

BINDER, T. et. al. “Democratic design experiments: between parliament and laboratory”. *CoDesign*, v. 11, n. 3-4, p. 152-165, UK: Taylor & Francis, 2015.

BINDER, T. et. al. *Design things*. MIT press, 2011.

BJÖRGVINSSON, E.; EHN, P; HILLGREN, P. “Design Things and Design Thinking: Contemporary Participatory Design Challenges”. *DesignIssues*, v. 28, n. 3, p. 101-116, 2012.

BONSIEPE, G. “Design and Democracy”. *Design Issues*, v. 22, n. 2, p. 27-34, Spring 2006.

BOUTANG, Y. M. *Cognitive Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2011.

BUCHANAN, R. “Rhetoric, Humanism, and Design”. In: Buchanan, Richard und Victor Margolin [Pub.]: *Discovering Design: Explorations in Design Studies*, Chicago 1995, p. 23-68.

CARDOSO, R. *Design para um mundo complexo*. 1ª ed. eletrônica. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

\_\_\_\_\_. *Uma introdução à história do design*. São Paulo: Blücher, 2000.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CAVA, B. “A copesquisa militante no autonomismo operáista”. *Lugar Comum* (UFRJ), n. 37, p. 17-38, 2012.

\_\_\_\_\_. *A Multidão foi ao deserto: As manifestações no Brasil em 2013*. São Paulo: AnnaBlume, 2013.

CAVA, B.; COCCO, G. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014.

COCCO, G.; MENDES, A. F. *As eleições de outubro: entre o consenso e a brecha democrática*. 2014. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/as-eleicoes-de-outubro-entre-o-consenso-e-a-brecha-democratica/>>. Acesso em 13 jul. 2018.

COCCO, G.; SZANIECKI, B. *Creative Capitalism, Multitudinous Creativity: Radicalities and Alterities*. Lanham: Lexington Books, 2015.

COCCO, G.; P. GALVÃO, A.; SILVA, G. (orgs). *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CROSS, N. “Design Participation”. *Proceedings of the Design Research Society Conference*, London: Academy Editions, 1971.

\_\_\_\_\_. *Designerly ways of knowing*. London: Springer, 2006.

DELEUZE G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 1995-a.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 2. São Paulo: Editora 34, 1995-b.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DESIGN COMMISSION. *Designing Democracy: How Designers are Changing Democratic Spaces and Process*. London: Design Commission, 2015.

DISALVO, C. *Adversarial Design: Design Thinking, Design Theory*. Massachusetts: The MIT Press, 2012.

\_\_\_\_\_. “Design and the Construction of Publics”. *Design issues* 25.1, p. 48-63, 2009.

\_\_\_\_\_. “Design, democracy and agonistic pluralism”. *Proceedings of the design research society conference*. Montreal: Design Research Society, 2010.

ESCOBAR, A. *Autonomía y diseño: La realización de lo comunal*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

ESPINOSA, B. *Obras completas*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores).

FORTY, A. *Objetos de desejo: design e sociedade desde 1750*. São Paulo: CosacNaify, 2007.

GIBSON, J. J. *The senses considered as perceptual systems*. Boston: Houghton Miffling, 1966.

GOLDMAN, M. “Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica”. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, 2006.

GONÇALVES, M. A. “Moscou: O encontro marcado entre Coutinho e Tchekhov e a construção de uma estética distópica”. *Novos Estudos Cebrap*, v. 35, n. 3, p.157-170, São Paulo, 2016.

GUATTARI, F. *A revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUNN, W.; OTTO, T.; SMITH R. C. (eds.) *Design anthropology: theory and practice*. A&C Black, 2013.

HALSE, Joachim; BRANDT, Eva; CLARK, Brendon; BINDER, Thomaz. *Rehearsing the Future*. Copenhagen: The Danish Design School Press, 2010.

HARAWAY, D. J. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Declaração: isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1, 2014.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2008.

HILLGREN, P. A.; SERAVALLI, A.; EMILSON, A. "Prototyping and infrastructuring in design for social innovation". *CoDesign*, v. 7, n. 3-4, p.169-183, 2011.

INGOLD, T. *Being alive: Essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.

\_\_\_\_\_. *The Perception of the Environment*. London: Routledge, 2000.

IRWIN, T. "Transition design: A proposal for a new area of design practice, study, and research". *Design and Culture*, v. 7, n. 2, p. 229-246, 2015.

JÉGOU, F.; MANZINI, E. *Collaborative services: social innovation and design for sustainability*. Milano: PoliDesign, 2008.

JUNIOR, C. P.; FARBIARZ, J. L.; SPITZ, R. "Tecnologias de redes e produção colaborativa: o novo paradigma do design aberto". *Blucher Design Proceedings*, v. 2, n. 9, p. 116-126, 2016.



KOSKINEN, I.; ZIMMERMAN, J.; BINDER, T.; REDSTROM, J.; WENSVEEN, S. “Design things: model scenarios, prototypes”. *Design research through practice: From the lab, field, and showroom*, Elsevier, 2011.

KRIPPENDORFF, K. “On the Essential Contexts of Artifacts or on the Proposition that “Design Is Making Sense (Of Things)””. *Design Issues*, v. 5, n. 2, p. 9-39. Massachusetts: MIT Press, 1989.

LATOUR, B. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. “Um Prometeu cauteloso?: alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk)”. *Agitprop*: revista brasileira de design, São Paulo, v. 6, n. 58, jul./ago. 2014.

LAZZARATO, M. *As Revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LESSA, W. D. “Objetivos, desenvolvimento e síntese do projeto de design: a consciência do método”. WESTIN, Denise; COELHO, Luiz Antonio (org.). *Estudo e prática de metodologia em design nos cursos de pós-graduação*. 1ªed. Rio de Janeiro: Novas Idéias, 2011. p.18-54. (versão de 2013)

MANZINI, E. *Creative communities, collaborative networks and distributed economies*. Milão: Politecnico di Milano, 2006.

\_\_\_\_\_. *Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e redes projetuais*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

\_\_\_\_\_. “A Cosmopolitan Localism: Prospects for a Sustainable Local Development and the Possible Role of Design.” Hazel Clark and David Brody (eds), *Design Studies: A Reader*, p. 448–453. New York: Berg, 2009.

\_\_\_\_\_. *Design, When Everybody Designs. An Introduction to Design For Social Innovation*. Londres, Cambridge: The MIT Press, 2015.

MARGOLIN, V. “Design history or design studies: subject matter and methods”. *Design Studies*, v.13, n. 2, p. 104-116, 1992.

\_\_\_\_\_. “Global expansion or global equilibrium? Design and the world situation”. *Design Issues*, v.12, n. 2, 1996.

MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAYER, J. G. M. “Do privado ao Comum, práticas de uma reforma urbana radical”. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Ano XV, n. 474. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2015.

Disponível em

<[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6177&secao=474](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6177&secao=474)> Acesso em 07 de out. 2016.

MEGGS, Philip B. *História do Design Gráfico*. São Paulo: CosacNaify, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERONI, A. *Creative communities: People inventing sustainable ways of living*. Milano: PoliDesign, 2007.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

NEGRI, A. *5 Lições sobre o império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NUNES, R. “Liderança distribuída”. *Piseagrama*, n. 9, set, p. 10-19, 2016.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge Press, 1990.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAPANÉK, V. *Design for the real world: human ecology and social change*. London: Thames & Hudson, 2nd Edition, 2006.

PELLEJERO, E. A. “A estratégia da involução: o devir-menor da filosofia política”. *Caderno de notas 2* (2011): 17-28. Disponível em:

<file:///Users/Lilo/Downloads/Eduardo\_Pellejero\_A\_estrategia\_da\_involuo\_-\_O\_devir\_menor\_da\_filosofia\_polti.pdf> Acesso em 4 abr. 2018.

PEREIRA JR, C. G. “Design e a construção de sentidos sobre questões de interesse público”. *Arcos Design*. Rio de Janeiro: PPDESDI - UERJ. Edição Especial Outubro 2017. p. 55-75. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>> Acesso em 28 mai. 2018.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. [org.]. *História da cidadania*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2009.

REIS, A. D. “Os sonhos não cabem nas urnas”. *O Globo*. Disponível na internet por http em: <<http://oglobo.globo.com/opiniaos-sonhos-nao-cabem-nas-urnas-19163874>> Acesso em 26 abr. 2016.

RIBEIRO, A. C. T. “Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: por uma cartografia da ação”. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, p. 03-12, 2012.

RIBEIRO, A. C. T.; CAMPOS, A.; SILVA, C. *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

RISLER, J.; ARES, P. *Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa*. 1ª ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

RIZZO, F. *Strategie di co-design*. Teorie, metodi e strumenti per progettare con gli utenti. Milano: Francoangeli Ed, 2009.

ROLNIK, R. "As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações". Maricato et al (org.) *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 7-12.

ROSA, M; WEILAND, U. *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*. Berlim: Jovis, 2013.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SANDERS, E.B.; STAPPERS, P. J. "Co-creation and the new landscape of design". *Codesign* v.4, n. 1, p. 5-18, 2008. Disponível em <<https://www.researchgate.net/p>> Acesso em 06 set. 2016.

SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleções primeiros passos).

SANTOS, B. D. S. *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, E. L. et al. "Desenvolvimento: um conceito multidimensional". *Desenvolvimento Regional em debate*, vol. 2, nº 1, jul. 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215/284>>. Acesso em: 10/4/2018.

SANTOS, R. D. J. L. D. "Modelos de engajamento." *Estudos Avançados*, n. 19, v. 54, p. 391-427, 2005.

SELLONI, D. *CoDesign for Public-Interest Services*. Springer International Publishing, 2017.

SIMONSEN, J.; ROBERTSON, T. (Eds.) *Routledge International Handbook of Participatory Design*. Routledge, 2012.

SCHÖN, D. A. *The reflective practitioner: how professionals think in action*. Basic Books, 1983.

SCHVARSBERG, G. *Política das ruas: Devires, feitiços, encruzilhadas e outras histórias de cidade*. 2017. 317 p. Tese (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

STENGERS, I. "Introductory notes on an ecology of practices". *Cultural Studies Review*, v. 11, n.1, p. 183-196, March 2005.

SZANIECKI, B. "Amar é a Maré Amarelado: multidão e arte, RJ 2013". *Uninômade*, 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/amar-e-a-mare-amarildo-multidao-e-arte-rj-2013/>> Acesso em 26 jun. 2016.

TEIXEIRA, A. "Até onde vai a participação cidadã?" *Rede Nacional De Mobilização Social (COEP)*. Das ruas às redes: 15 anos de mobilização social na luta contra a fome e a pobreza. Rio de Janeiro: COEP, 2008.

THACKARA, J. *In the bubble: designing in a complex world*. Massachusetts Institute of Technology, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "O nativo relativo." *Mana*, v. 8, n.1, p. 113-148, Rio de Janeiro, 2002.

WINOGRAD, T.; FLORES, F. *Understanding computers and cognition: a new foundation for design*. Norwood, NJ: Ablex Publishing Corporation, 1986.

ZOURABICHVILI, F. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Ifch-unicamp, 2004.